

PROGRAMA DE  
PÓS-GRADUAÇÃO  
CIÊNCIA DA  
INFORMAÇÃO

**Convênio:**

**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

**UFRJ** - Universidade Federal do Rio de Janeiro

**ECO** - Escola de Comunicação

MARIA ODILA FONSECA

ARQUIVOLOGIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO : (RE) DEFINIÇÃO DE MARCOS  
INTERDISCIPLINARES

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em  
Ciência da Informação da Escola de  
Comunicação da Universidade Federal do Rio  
de Janeiro e Instituto Brasileiro de Informação  
em Ciência e Tecnologia para obtenção do  
grau de Doutor em Ciência da Informação

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> MARIA NÉLIDA GONZÁLEZ DE GOMEZ

Rio de Janeiro

2004

T  
651.5:02  
F676a

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Sandra Lucia Rebel Gomes  
Doutora em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ

---

Prof. José Maria Jardim  
Doutor em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ

---

Prof. Aldo Albuquerque Barreto  
Ph.D em Ciência da Informação, City University, Londres

---

Prof<sup>a</sup> Rosali Fernandes  
Ph.D. em Ciência da Informação , Polytechnic of North London/CNAA, Londres

---

Prof<sup>a</sup> Maria Nélide González de Gómez - orientadora  
Doutora em Comunicação, UFRJ

---

SUPLENTES

---

Prof<sup>a</sup> Gilda Olinto  
Doutora em Comunicação, UFRJ

---

Prof. José Mauro Loureiro  
Doutor em Ciência da Informação, IBICT/UFRJ

## AGRADECIMENTOS

Sempre há que agradecer. E devo fazê-lo a todos aqueles que, de formas diferentes, contribuíram para a realização desta tese. Nesse sentido agradeço :

A minha orientadora, Prof. Maria Nélide Gonzalez de Gómez, cuja generosidade intelectual construiu um espaço interdisciplinar de grande fertilidade;

Aos meus colegas do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense, em especial aos professores Mara Eliane Rodrigues, Lídia da Silva Freitas, Sandra Rebel e José Maria Jardim, com quem tem sido um privilégio e um prazer partilhar as tarefas cotidianas da docência;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, pela acolhida que sempre deram às questões provocadas pelos interesses arquivísticos;

As minhas queridas amigas Marilena Leite Paes, Roseli Rondinelli, Célia Costa, Adelina Cruz e Suely Braga da Silva pela solidariedade e incentivo com que sempre me acolheram;

A minha querida amiga Cynthia Vasconcellos, cujas aulas de alongamento me ajudaram a passar incólume pelas incontáveis horas de estudo;

A Silvinha Rebel pelo "auxílio luxuoso" no levantamento de dados;

Ao Admilson, secretário do Departamento de Ciência da Informação, pela paciência e solidariedade com que tolerou aquela "certa loucura" que atinge a todos na fase final de redação de uma tese...

Enfim, a todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para que este trabalho pudesse ter sido finalizado, o meu muito obrigada.

"O documento não é o feliz instrumento de uma história que seja, em si própria e com pleno direito, memória: a história é uma certa maneira de uma sociedade dar estatuto e elaboração a uma massa documental de que não se separa."

Michel Foucault

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
  - 2.1 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS ORIGENS HISTÓRICAS: UM BREVE PANO DE FUNDO
  - 2.2 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PRINCIPAIS TENTATIVAS DE CONCEITUAÇÃO
  - 2.3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES
3. ARQUIVOLOGIA: ORIGENS E CIRCUNSTÂNCIAS
  - 3.1 ARQUIVOLOGIA E MODERNIDADE
    - 3.1.1 Estado Nacional e Administração Pública: eficiência e burocracia
  - 3.2 A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E SUA IMPORTÂNCIA NA CONFIGURAÇÃO DA ÁREA
    - 3.2.1 O Princípio da Proveniência
    - 3.2.2 A Gestão de Documentos e a Teoria das 3 Idades
  - 3.3 A TRADIÇÃO MANUALÍSTICA E SUAS LIMITAÇÕES: A GENERALIZAÇÃO DO PARTICULAR E O IMPÉRIO DA NORMA
  - 3.4 O OBJETO E SUAS MÚLTIPLAS FACETAS
4. ARQUIVOLOGIA HOJE: MAPEANDO RUPTURAS
  - 4.1 RUPTURA DE PARADIGMAS
  - 4.2 ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA
  - 4.3 ARQUIVOLOGIA NO BRASIL
5. QUADROS EM MOVIMENTO

## 5.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E OS PERIÓDICOS

5.1.1 Os periódicos e a Ciência da Informação

5.1.2 Os periódicos e a Arquivologia

## 5.2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E A PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 8. ANEXOS

8.1 TABELA GERAL: ORDENAÇÃO POR AUTOR

8.2 TABELA GERAL : ORDENAÇÃO POR ANO

8.3 TABELA GERAL : ORDENAÇÃO POR TITULAÇÃO

8.4 TABELA GERAL: ORDENAÇÃO POR ORIENTADOR

8.5 QUADRO DE PROFESSORES ORIENTADORES E VINCULAÇÃO A GRUPOS DE PESQUISA

## 9. APÊNDICES

9.1 ATIVIDADES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS E SEUS DOCUMENTOS

9.2 ORIGEM E ESTRUTURA DA INFORMAÇÃO DENTRO DE UM ORGANISMOS

9.3 JOURNAL OF INFORMATION SCIENCE AND TECHNOLOGY – AIMS AND SCOPE

9.4 ESCOPO TEMÁTICO PARA ANÁLISE DA REVISTA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

9.5 SUBJECTS OF E-JOURNALS ARTICLES

9.6 ESCOPO DOS CAMPOS DE PESQUISA EM ARQUIVOLOGIA



## RESUMO

Estudo das relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, a partir de suas delimitações como campo de conhecimento vinculado à formação do Estado moderno, dedicada à busca da solução de problemas relacionados à administração de arquivos públicos, a ruptura com este modelo de entendimento das suas funções, e sua busca de reconhecimento como campo de saber autônomo e capaz de estabelecer relações interdisciplinares conseqüentes e frutíferas. Análise da produção do conhecimento arquivístico no Brasil e como as características desta produção podem iluminar o estado da questão da Arquivologia como campo autônomo de saber.

## ABSTRACT

The study of the interdisciplinary relations between Information Science and Archival Science through its definitions and relations within Modern Era , searching solutions for the problems toward the public archives administration and the rupture with this model and its consequent search to recognition as a autonomous knowledge field, able to establish useful interdisciplinary relations. Knowledge production on archival field in Brasil is used as a tool to lighten the state of the art of Archival Science as an autonomous and independent field.

## 1. INTRODUÇÃO:

O interesse pela busca de possíveis espaços de interlocução entre a Arquivologia e a Ciência da Informação se consolida com a publicação, em 1992, do artigo, escrito com José Maria Jardim, *As relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação*, cuja repercussão na área arquivística sugeriu o seu desdobramento nesta pesquisa. O artigo é o único título brasileiro incluído na categoria *Teoria Arquivística*, no trabalho "What Students in Archival Education Learn: A Bibliography for Teachers," do Conselho Internacional de Arquivos<sup>1</sup>. inspiração

As afirmações em torno das características interdisciplinares da Ciência da Informação têm estado presentes na maior parte dos estudos que objetivam aprofundar as reflexões sobre esta disciplina científica. Pinheiro afirma:

---

<sup>1</sup> Disponível em <http://www.gslis.utexas.edu/~issa/section1.html>. Acessado em 9 de março de 2004.

" Durante vinte anos de estudos de Ciência da Informação nossa percepção é de que a Ciência da Informação tem seu estatuto científico, como ciência social que é, portanto, **interdisciplinar por natureza...** (grifo nosso) (1997, p. 1) "

O pensamento expresso por Pinheiro é partilhado por alguns dos principais pensadores da Ciência da Informação, e, em que possam pesar algumas divergências, a Biblioteconomia, a Ciência da Computação, a Ciência Cognitiva, a Comunicação e a Lingüística constituem-se nas áreas mais presentes nas análises das mais evidentes relações interdisciplinares da Ciência da Informação. (JARDIM & FONSECA,1992)

Tem sido predominante a omissão da Arquivologia como disciplina com a qual estes autores possam identificar elementos comuns à Ciência da Informação. E esta omissão é mútua, pois a Arquivologia não tem considerado a Ciência da Informação como área afim. De fato, ao contrário do que ocorre com a Ciência da Informação, a questão da interdisciplinaridade é bastante periférica nas reflexões arquivísticas.

A não percepção das relações interdisciplinares entre estas duas áreas do conhecimento é instigante, na medida em que tais relações parecem bastante óbvias, quando se identifica a informação como elemento central do conjunto de objetos dos quais ambas se ocupam.

No entanto, aquilo que parece óbvio " a olho nu" ,muda de feição ao se considerar o fato de que o pensamento hegemônico na área arquivística não considera a informação entre os objetos preferenciais da Arquivologia:

Alguns exemplos deste pensamento foram elencados por Jardim a partir de alguns formadores de opinião na área arquivística, nos planos nacional e internacional:

" Delmas, que analisou o tema sob uma perspectiva francesa. Para ele, a Arquivologia é 'a ciência que estuda os princípios e os procedimentos metodológicos empregados na conservação dos documentos de arquivos, permitindo assegurar a preservação dos direitos, dos interesses, do saber e da memória das pessoas físicas e morais'...Para Vasquez (1994) 'a Arquivologia ou Ciência da Administração de Documentos e Arquivos é um campo de saber cujos objetos de estudo são: os documentos de arquivo ...;os arquivos e os sistemas de arquivos; os arquivistas e as associações de arquivistas.'...Na Terminologia... sistematizada por colegas portugueses (1996).....Arquivística é 'a disciplina que estuda os princípios teóricos e práticos do funcionamento do Arquivos do tratamento dos seus fundos'... Para Esposel (1968), a Arquivologia é 'uma disciplina auxiliar da administração e da história, que se refere a criação histórica, organização e função dos arquivos e seus fundamentos legais ou jurídicos'. (1998, p.3-4 e 8)

Assim, a informação não tem sido considerada como objeto privilegiado da Arquivologia, aparecendo, na literatura clássica da área, como

uma consequência do documento de arquivo, que, por sua vez, é visto como um elemento do arquivo: “Importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e *sua ordem* (grifo nosso): arquivos - documentos de arquivo - informação.” (Heredia, 1993,p.32).

Considerando as afirmações acima, e sintetizando as definições de Arquivologia apresentadas, pode-se concluir que **1) os arquivos**, e os documentos que os constituem; **2) as instituições arquivísticas**, espaço privilegiado e regulatório da intervenções feitas nestes conjuntos **3) e os arquivistas**, profissionais formalmente habilitados a estabelecer estas intervenções, tem sido os principais objetos de interesse da Arquivologia.

Indícios de uma possibilidade renovadora deste pensamento hegemônico tem surgido no panorama arquivístico internacional. Entre tais indícios destaca-se a criação, em 1987, do *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique* - GIRA (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia). O grupo de pesquisa foi criado na Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal – ESBI, no Canadá. O artigo publicado por seus fundadores em 1988, *L'archivistique a-et-elle trouvé son identité*, pode ser considerado um marco nas reflexões sobre a Arquivologia como área autônoma de conhecimento numa perspectiva contemporânea e a criação do grupo de pesquisa constitui-se em importante espaço de reflexão em

torno das especificidades do fenômeno informacional arquivístico , na busca da construção de um conceito de informação arquivística.

"Ao final de uma evolução transformadora de sua missão e definição, a Arquivologia aparece , hoje, como uma disciplina cujo razão de ser situa-se no seio da gestão da informação, recurso vital das organizações..... Todos os membros da organização tem necessidade de informação para cumprir suas funções respectivas. As informações necessárias serão buscadas no interior ou no exterior da organização. Estas informações podem ser verbais ou registradas sobre suportes como, por exemplo, o papel, a fita magnética, o disco ótico ou o microfilme. *Podem ser orgânicas, quer dizer, elaboradas, expedidas ou recebidas no quadro das funções do organismo ou não orgânicas, quer dizer, produzidas fora do quadro das funções do organismo....As informações registradas orgânicas nascem no arquivo do organismo.*" (Couture, Ducharme, Rousseau, 1988, p. 53-54 grifo nosso)

É na perspectiva estimulante de se debruçar sobre estes indícios, observados nos planos nacional e internacional, que esta pesquisa delinea-se, considerando como pressupostos de trabalho que :

- ♦ A partir do final dos anos 80, sobretudo, desenvolve-se um novo processo e um novo *lócus* de produção do conhecimento arquivístico, identificados com a pesquisa de pós-graduação, em especial com programas de pós-graduação em Ciência da Informação.

♦ Como consequência, uma nova pauta de reflexões vem contribuindo para uma redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo, em especial no sentido de rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais.

♦ Um alargamento nas reflexões sobre a Ciência da Informação sugere que se tende a incorporar a informação arquivística um novo objeto de interesse.

É no quadro geral destes pressupostos que formula-se a questão central desta pesquisa, encaminhada para a possibilidade de investigar se a emergência de novos espaços de produção do conhecimento arquivístico e de uma nova pauta de reflexões em torno da redefinição dos objetos prioritários da Arquivologia se verifica no Brasil. Na medida em que, historicamente, a produção do conhecimento arquivístico tem se estabelecido em relação privilegiada com as instituições arquivísticas e com a sua missão institucional de gerenciar grandes massas documentais oriundas da administração pública, indaga-se a emergência destes novos espaços pode ser identificada com a pesquisa universitária de pós-graduação, especialmente referida à programas de pós-graduação em Ciência da Informação?

Analisar as características da reformulação em torno das áreas predominantes de reflexão e pesquisa dentro da Arquivologia, identificando um quadro de interseção de interesses com a Ciência da Informação, contribuirá,

↳ objetivo não explícito

Justificativa

ainda que modestamente, para o delinear os contornos da Arquivologia como campo de conhecimento e para o alargamento das suas fronteiras acadêmicas. Por outro lado, o estudo também poderá contribuir para a incorporação do fenômeno informacional arquivístico aos territórios da Ciência da Informação.

Para procurar responder às questões expostas acima, este estudo se constitui num mapeamento dos territórios disciplinares da Ciência da Informação e da Arquivologia, a partir de uma revisão de literatura que enfatize, dentre os aspectos que Heckhausen (1972) sugere como características de uma disciplina científica, o seu domínio material e de estudo, o seu nível de integração teórica e as contingências históricas da sua produção e desenvolvimento.

A verificação empírica das mudanças a que se refere a questão central desta pesquisa se dá na análise da produção do conhecimento na área arquivística, a partir a) de alguns de seus principais periódicos e b) da produção de teses e dissertações com temática arquivística em diferentes programas de pós-graduação brasileiros. Tal análise se dá na esfera de levantamentos originais e na incorporação de levantamentos semelhantes relatados na literatura revisada em ambas as áreas.

Esta tese se estrutura em 7 partes, dentro da seguinte configuração: no capítulo 2 se procura mapear os aspectos relativos à Ciência da Informação e suas origens históricas, suas principais tentativas de conceituação e suas



relações interdisciplinares. Os autores em se apóiam, principalmente, as idéias ali contidas são Shera, Cleveland, Hayes, Belkin e Zang. No capítulo 3, delineam-se contornos da Arquivologia, com ênfase na sua inserção na episteme da Modernidade e suas conseqüências na configuração da área, na sua tradição manualística e nas múltiplas facetas que designam os arquivos. Na elaboração deste capítulo destacam-se as idéias de Silva, Jardim e Martín-Pozuelo. No capítulo 4 se procurou estabelecer as principais questões da Arquivologia hoje, quando já se podem observar as mudanças de que trata a questão de pesquisa deste trabalho. (Neste capítulo se inclui a reflexão sobre a Arquivologia no Brasil, com ênfase nos marcos institucionais de seu crescimento e inserção, uma vez que a área no Brasil não se caracteriza pela produção de reflexões de caráter epistemológico.) Neste capítulo destacam-se as contribuições de Cook, Jardim e Thomassen. O capítulo 5 é o espaço de explicitação dos dados colhidos no campo empírico, num período de 10 anos, a partir de 1992, ano da realização do Congresso Internacional de Arquivos em Montreal, cujo tema central, *Atuação do Arquivista na Era da Informação* (JARDIM, 1998, p.3), sugere a oportunidade de sua eleição como marco cronológico. A partir daí será mapeada a produção do conhecimento arquivístico, em torno de dois eixos considerados representativos: os artigos de periódicos e as teses e dissertações. No capítulo 6 se tecem as <sup>universo</sup> considerações suscitadas pelo desenvolvimento do trabalho. No capítulo 7 listam-se as obras consultadas e citadas nesta pesquisa.

)  
Por serem considerados complementos importantes à leitura do texto principal elaborou-se tabelas e apêndices, incluídos após as referências bibliográficas.

## 2. A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

"A informação é uma noção nuclear, mas problemática. Daí, toda a sua ambigüidade: não se pode dizer quase nada sobre ela, mas não se pode passar sem ela".

Edgar Morin

O aprofundamento das características epistemológicas da Ciência da Informação seria extrapolar os objetivos deste estudo, especialmente se este aprofundamento estiver referido aos parâmetros sugeridos por Heckhausen (1972) para analisar uma disciplina científica : seus domínios material e de estudo, seu nível de integração teórica, seus métodos, seus instrumentos de análise, seu grau de aplicabilidade e as contingências históricas da sua produção e desenvolvimento. Aprofundar-se, aqui, implicaria num estudo específico, os quais tem sido tão bem contemplados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica, que não se pretende correr o risco da redundância.

No entanto, parece necessário iluminar certos aspectos destas características, como pano de fundo para as questões específicas abordadas neste estudo. Dentro desta perspectiva serão sublinhados alguns pontos relativos

- 1) à origem histórica da Ciência da Informação, com ênfase da conjuntura em que tal origem se insere, na medida em que podem ser observados expressivos elementos de contemporaneidade entre a Ciência da Informação e a Arquivologia, elementos estes que, situando as duas áreas na *episteme* da Modernidade, ajudam a explicar seu desenvolvimento a partir de claras necessidades políticas de eficácia e eficiência;
- 2) às principais tentativas de conceituação sobre a disciplina e seu objeto de estudo, com ênfase nas tentativas de explicitação deste objeto, na medida em que podem ser iluminadas certas áreas de interseção, especialmente no que diz respeito à uma certa noção de informação científica e tecnológica que parece excluir a informação produzida pelo aparelho burocrático que movimenta o campo da pesquisa e do desenvolvimento e que está registrada em relatórios, notas, correspondência, etc., enfim, em fontes arquivísticas.

- 3) às suas relações interdisciplinares, com ênfase nas reflexões em torno destas características como constitutivas da Ciência da Informação.

## 2.1 – A Ciência da Informação e suas origens históricas: um breve pano de fundo

Em seu clássico artigo "History and Foundations of Information Science", (1977) Jesse Shera e Donald Cleveland traçam uma minuciosa cronologia das principais questões que marcaram a Ciência da Informação, desde o seu surgimento. O artigo aborda estas questões em sua ocorrência tanto na América do Norte quanto na Europa, desde os primeiros esforços no sentido de sistematizar informações bibliográficas até a chegada do que eles chamam "a era da Ciência da Informação" (SHERA & CLEVELAND, 1977 p.258).

As principais balizas escolhidas pelos autores para delimitar este caminho são: a documentação e as tecnologias da informação. Para Shera e Cleveland o primeiro marco a ser considerado nesta escalada é o encontro de Paul Otlet e La Fontaine em Bruxelas, em 1892, a partir do qual são lançadas as bases para a criação do Instituto Internacional de Bibliografia – IIB, com o propósito de estabelecer a compilação internacional da informação bibliográfica registrada. O Instituto foi criado em 1895 e, mantendo em perspectiva os objetivos desta pesquisa, é interessante ressaltar:

1) a inserção diacrônica das mais "primitivas" origens da Ciência da Informação coloca esta área do conhecimento numa relação de contemporaneidade com a Arquivologia, inserindo ambas na *episteme* da Modernidade e sua conseqüente busca pela racionalidade e eficiência. Não é demais lembrar as palavras de Paul Otlet na Introdução aos Trabalhos do Congresso Mundial de Documentação, ocorrido em Paris, no ano de 1937 : " Razão pela qual o termo Documentação está, hoje em dia, indissolúvelmente ligado à cadeia destes seis termos: Ciência, Técnica, Cultura, Educação, Organização Social, Civilização Universal" . Mais moderno, impossível...

2) a definição de documento proposta pelo Instituto em 1908 : "tudo aquilo que represente ou expresse por meio de sinais gráficos (escrita, diagramas, mapas, algarismos, símbolos) um objeto, uma idéia ou uma impressão. *Textos impressos (livros, revistas, jornais) constituem, hoje, a categoria mais numerosa de documentos*". (Shera & Cleveland, op. cit. p. 251, grifo nosso, tradução nossa). O grifo, neste caso, é para iluminar, a partir desta definição, a exclusão do documento de arquivo como objeto *consciente* de interesse da incipiente área da Documentação, ou seja: a definição de documento é abrangente e obviamente inclui documentos arquivísticos; o comentário à definição, quando afirma que documentos impressos constituem a categoria mais numerosa de documentos, exclui, certamente, a produção documental da burocracia pública e privada. Nunca é demais enfatizar que quando se fala em burocracia se está

falando dos processos de encaminhamento de ações administrativas em todas as esferas das atividades humanas, inclusive as científicas e tecnológicas... (Pelo que pode esclarecer sobre a importância, raramente lembrada, da informação arquivística de caráter científico e tecnológico, foi traduzido e transcrito o "Quadro das Atividades Científicas e Tecnológicas e Seus Documentos", elaborado pela arquivista do Massachusetts Institute of Technology, Helen Samuels.<sup>2</sup>). Em 1937, num alargamento desta definição, o próprio Otlet afirma que "Documento é o livro, a revista, o jornal; é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música; é, também, atualmente, o filme, o disco e toda a parte documental que precede ou sucede a emissão radiofônica."

não tem  
apêndice

contradição

Em 1931 o IIB passa a ser conhecido como Instituto Internacional de Documentação e em 1938, passa a se chamar Federação Internacional de Documentação – FID. Documentação é definida, então, como "a reunião, classificação, distribuição de documentos de todos os tipos, em todos os campos da atividade humana". (SHERA & CLEVELAND 1977, p.251 tradução nossa).

A década de 1930 é marcada, principalmente nos Estados Unidos, pelo interesse no desenvolvimento da microfotografia – posteriormente denominada microfilmagem – e suas possibilidades. "Pelos meados de 1930, a literatura profissional bibliotecária era abundante em previsões de que os microfilmes iriam eventualmente suplantarem os livros convencionais, que as fichas catalográficas teriam textos microfilmados inseridos e que deveriam circular

<sup>2</sup> Ver Apêndice 1.

(não tem)

largamente, e até serem dadas aos usuários". (idem, p.252 , tradução nossa). Em 1936 foi criado um grupo dentro da American Library Association interessado em estudar as questões relacionadas à reprodução documental. Este grupo incluiu diferentes interesses profissionais e em 1938 lançou um periódico especializado – Journal of Documentary Reproduction, cuja publicação foi interrompida em 1943 em função da Guerra Mundial.<sup>3</sup>

A importância deste interesse na microfilmagem é de tal ordem que Shera & Cleveland escrevem:

" Na Europa, na Índia (através da influência de S.R. Ranganathan), e de uma maneira ampla na América Latina , a compreensão do que é documentação permaneceu relativamente estável e fundamentalmente francesa. *Nos Estados Unidos, no entanto, documentação tomou um caminho bastante diferente*, em função, principalmente, do desenvolvimento de emulsões fotográficas de gramatura fina e da câmera de miniatura, usando um filme de 35 milímetros, com uma base de acetato, não explosiva. Esta nova tecnologia, emprestada da indústria cinematográfica, tornou possível o uso da microfotografia em bibliotecas..... *No auge deste crescente interesse em novos métodos de reprodução de documentos, foi criado o American Documentation Institute (ADI)*. (idem, p.252-3 , tradução e grifo nossos)

---

<sup>3</sup> Um dado interessante dentro do espectro desta pesquisa é que o editor deste periódico foi Vernon Tate, chefe da Divisão de Arquivos Fotográficos e Pesquisa do Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Note-se que a Divisão de Pesquisa do Arquivo Nacional americano dedicou-se ao estudo e experimentação de qualquer desenvolvimento tecnológico passível de interesse para os arquivos.



O desenvolvimento tecnológico associado à Segunda Guerra Mundial é de notório conhecimento, e na área das chamadas tecnologias da informação podemos apontar o uso extensivo da microfilmagem e do microfilme. Mas, mais importante, do ponto de vista da emergência de uma Ciência da Informação, foram os primitivos experimentos feitos em várias agências governamentais norte-americanas usando equipamentos associados à tecnologia dos cartões perfurados da IBM para a análise de conteúdo de documentos.

“Durante a Segunda Guerra o microfilme foi extensivamente utilizado, particularmente a recém desenvolvida emulsão Diazo, para cópia e distribuição de documentos capturados e outros materiais dos serviços de inteligência..... Mas um evento mais importante do ponto de vista de uma Ciência da Informação emergente, foi o trabalho feito em várias agências governamentais na análise subjetiva de documentos usando equipamento IBM de cartões perfurados. Na Divisão Central de Informação do Office of Strategic Service , JH Shera e seus colaboradores estavam experimentando técnicas primitivas para indexar interceptações da censura na correspondência estrangeira.” (Shera & Cleveland,p. 254, grifo nosso, tradução nossa)

No imediato pós-guerra, ainda em 1945, foram divulgados dois documentos de autoria de Vannevar Bush considerados entre os marcos fundadores do desenvolvimento científico subsequente e de uma Ciência da Informação emergente: o artigo “As We May Think” e o relatório do “Office of Scientific and Research Development” do qual Bush era presidente. A importância

do relatório (que ficou conhecido na literatura como OSRD Report) demonstra-se na criação, por ele sugerida, da National Science Foundation em 1950.

“ De relevância específica para a informação científica e a ciência da informação, o relatório OSRD identifica muitos dos temas que tem sido importantes em nosso campo: intercâmbio internacional de informação científica, publicação de informação científica, suspensão de restrições de segurança para uma disseminação mais ampla de informação científica, incentivo à publicações acadêmicas e ao desenvolvimento de ferramentas bibliotecárias”.  
(HAYES, R.M. 98 p. 224)

Hayes reproduz em seu artigo palavras do próprio relatório, justificando sua importância para o campo, então emergente, da Ciência da Informação:

“Bibliotecas técnicas adequadas são uma arma indispensável para os pesquisadores. Parece provável que o uso das ferramentas de catalogação e seleção agora disponíveis em forma de “business machines” e técnicas de microfilmagem devem caminhar para o desenvolvimento dos métodos atuais de busca de literatura e elaborar bibliografias” (BUSH,V. apud HAYES, R.M. 98 p. 224)

O período do pós-guerra, identificado por muitos autores como sendo o espaço cronológico do surgimento da Ciência da Informação, foi marcado pela polarização entre os Estados Unidos e a União Soviética, conhecida como Guerra

Fria. Os esforços contínuos para manter as respectivas lideranças num mundo dividido em dois blocos hegemônicos geraram uma produção científica e tecnológica sem precedentes. A assim chamada "explosão da informação" exigia mecanismos cada vez mais sofisticados e rápidos para que a informação científica e tecnológica pudesse ser usada como recurso econômico e político. Nesse sentido o lançamento do Sputnik pelos soviéticos em 1957 foi definitivo. Hayes afirma : "este evento chocou as instituições militares, industriais e científicas dos Estados Unidos e as influenciou, diretamente , em alguns dos mais cruciais desenvolvimentos em nosso próprio campo" . (HAYES, R.M. 98 p. 225)

Neste período, o American Documentation Institute trabalha basicamente com os temas relacionados aos métodos e técnicas para a análise subjetiva do conhecimento registrado: problemas lingüísticos de análise documentária e recuperação da informação. Apesar do crescimento observado em relação à informação científica na época, o Instituto "luta para sobreviver".

"Paradoxalmente , apesar do destino do ADI estar periclitante, o interesse em melhorar o acesso ao conhecimento acumulado , especialmente o conhecimento científico, está aumentando." (Shera & Cleveland, 1977,p. 257).

Como resultado dos eventos, e suas conseqüências, mencionados anteriormente, a década de 1960 é marcada pelo crescente desenvolvimento dos mecanismos tecnológicos aplicados à documentação e à recuperação da informação :

"Transferência de informação é uma parte inseparável da pesquisa e do desenvolvimento. Tudo o que é relativo à pesquisa e desenvolvimento – cientistas, engenheiros, instituições industriais e acadêmicas de pesquisa, sociedades técnicas, órgãos governamentais – devem aceitar sua responsabilidade em relação à transferência de informação no mesmo grau e no mesmo espírito em que aceitam a responsabilidade pela pesquisa e pelo desenvolvimento eles mesmos. (Relatório Weinberg, apud Shera & Cleveland, 1977, p. 257)..

Cresce significativamente o interesse científico e governamental sobre as questões relacionadas à informação; desenvolvem-se os sistemas nacionais de informação por agências governamentais e surgem organizações de informação, tais como: Science Information Exchange, National Referral Center, Committee on Scientific and Technical Information. O Instituto Americano de Documentação – ADI, torna-se, em 1968, a Sociedade Americana para Ciência da Informação - *American Society for Information Science* – ASIS.

A questão, agora, não é mais a definição de documentação, mas sim a definição e interpretação de "ciência da informação". Estabelece-se um grande esforço acadêmico para tratar-se de: **1)** reconhecer a polissemia do termo "informação" e as diferentes características do fenômeno informacional, **2)** reconhecer e exercer a interdisciplinaridade da área, **3)** de perceber a real participação das "tecnologias da informação" na área, repudiando a interpretação de "ciência da informação" como sinônimo de "informática".

\*)

Desde então, a Ciência da Informação ultrapassou as fronteiras do interesse norte-americano e ganhou estatura acadêmica e institucional em diferentes países.

## 2.2 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: PRINCIPAIS TENTATIVAS DE CONCEITUAÇÃO

No item anterior tentou-se estabelecer , ainda que de forma pouco exaustiva, o pano de fundo sobre o qual começa a urdir-se a Ciência da Informação.

Embora não haja consenso<sup>4</sup>, muitos autores identificam o ano de 1962 e a Conferência no Georgia Institute of Technology como sendo a hora e o local de nascimento formal da área, entendida, então como "a ciência do armazenamento e recuperação da informação" (Pinheiro & Loureiro, 1995,p.1)

\*  
nascimento  
da CI

A definição emanada da conferência "uma das mais antigas definições de Ciência da Informação é a que ganhou aceitação básica, na medida

---

<sup>4</sup> É interessante reproduzir aqui parte do e-mail do Prof Aldo Barreto, veiculado em 13 de fevereiro, na tradicional e utilíssima lista de discussão que mantém." Para tudo se procura um início. ... A ciência da informação, no meu entender, nasceu do artigo de Vannevar Bush "Como nós pensamos" publicada no periódico "Atantic Mountly" em 1945 e que causou tamanha repercussão que terminou na Reunião sobre informação da *Royal Society* de Londres em 1948 com perto de 300 participantes e 700 páginas de Anais. Alguns citam o começo em uma pequena reunião realizada em 1961 e de novo em 1962 na Georgia Tech, Universidade da Georgia, nos EUA. Pequena reunião que agregou somando os dois anos cerca de 59 pessoas e tratou exclusivamente do treinamento de especialistas da informação para os EUA e não chegou a um resultado concreto é o que revela as 100 laudas de seus Anais. Por não consultar os documentos originais muita confusão se faz com esta Reunião e o início de qualquer coisa"

em que a maioria das outras constitui-se em variações sobre ela" (Shera & Cleveland, 97, p. 264)

"A Ciência que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que governam o fluxo de informação e os meios de processar a informação para ótima acessibilidade e uso. O processo inclui a origem, a disseminação, a coleta, a organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. O campo é derivado ou relacionado com Matemática, Lógica, Lingüística, Psicologia, Tecnologia da Computação, Pesquisa Operacional, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração e alguns outros campos" (SHERA & CLEVELAND, 1977, p.265)

Em seu "Study of information : interdisciplinary messages", de 1983, Machlup & Mansfield sistematizam o que consideram os usos fundamentais do termo Ciência da Informação na literatura: 1) estudo sistemático da informação, podendo incluir a combinação de diversas disciplinas acadêmicas; 2) estudo de fenômenos de interesse para aqueles que lidam com computadores enquanto processadores da informação , observado quando expressa-se em termos de Ciência da Informação e Computação ; 3) estudo preocupado com a aplicação de novas tarefas e novas tecnologias junto às práticas tradicionais de biblioteconomia, observado quando expressa-se em termos de Ciência da Informação e Biblioteconomia ; 4) nova área de estudos desenvolvida a partir da interseção das outras três áreas mencionadas, interessada, sobretudo, em facilitar a comunicação da informação científica e tecnológica e a aplicação de métodos de

pesquisa para o estudo de sistemas e serviços de informação. Este último é aquele que os autores consideram como a aplicação do termo Ciência da Informação em seu sentido mais restrito e discutem a possibilidade de uma Ciência da Informação em que o problema da informação não esteja relacionado nem à Ciência da Computação nem à Biblioteconomia.

É tentadora a "subliminar" proposta adjacente à categorização de Machlup & Mansfield de se estabelecer um quadro classificatório das propostas de definição de Ciência da Informação tal como aparecem na literatura, mas, tal tarefa exigiria objetivos exclusivos. Assim, considera-se que a síntese proposta pelos autores é suficiente para os objetivos deste capítulo, conforme explicitado acima, em que serão abordadas as principais tentativas de conceituação sobre a Ciência da Informação e seu objeto de estudo, com ênfase nas tentativas de explicitação deste objeto. Esta ênfase se justifica na medida em que à temática da interdisciplinaridade interessa cotejar os objetos de estudo das disciplinas em questão.

A proposta de sistematização trazida por Klaus Otten em seu Basis for a Science of Information, de 1970, justamente sublinhada por Shera & Cleveland (1977, p.265), estabelece quatro pontos que deveriam ser considerados pedras angulares nas fundações de uma Ciência da Informação: 1) o reconhecimento do caráter "multi-nível" da informação; 2) o reconhecimento da existência de diferentes conceitos de informação; 3) o reconhecimento da

interdependência entre matéria, energia e informação; 4) o reconhecimento da importância fundamental do processo comunicacional para a existência da informação.

Esses itens, considerados no aspecto mínimo de sua contribuição para as discussões na área, apontam para a enorme complexidade relacionada ao conceito de informação, dificuldade que tem marcado inequivocamente a área e à qual pode ser atribuída alguns níveis de sua pouca densidade teórica.

Em 1978 Belkin publica seu artigo "Information Concepts for Information Science" e afirma que seu principal objetivo é revisar as contribuições em torno da construção de um conceito de informação para a Ciência da Informação, o qual ainda não teria se estabelecido como conceito capaz de sustentar o conjunto das suas práticas e das suas demandas de construção teórica.

Para Belkin, a questão central não é o estabelecimento de uma definição singular para informação, mas sim de conceitos de informação, em cuja pluralidade se poderia identificar maneiras de olhar e interpretar o fenômeno informação, mais do que afirmar o que ele é ou defini-lo. Sugere, portanto, que se analisem os conceitos de informação segundo um conjunto mínimo de requisitos utilizados para a definição de qualquer conceito científico e que podem ser classificados como se segue: "metodológicos - tendo a ver com a utilidade do conceito: " comportamentais" – tendo a ver com os fenômenos que o conceito



deve explicar; e "definicional", tendo a ver com o contexto do conceito." (BELKIN, 1978, p. 60). Jardim & Fonseca (1998) sistematizaram as idéias de Belkin:

"No âmbito definicional estariam os tipos de informação que concernem à Ciência da Informação: informação dentro de um sistema de comunicação de conhecimento; informação na relação entre o gerador e o usuário e entre estes e a informação (informação desejada). No âmbito comportamental são identificadas as questões relativas às diferentes "respostas" que diferentes usuários fornecem ao mesmo conjunto de informações, às diferentes respostas que os mesmos usuários oferecem aos mesmos conjunto de informações em diferentes épocas, e à influência que a apresentação do conjunto de informações tem na natureza da reação que provoca. No âmbito metodológico estão inseridas as questões relativas ao uso instrumental do conceito." (p.2)

Continuando sua análise, Belkin (1978) sugere o seguinte quadro para explicitar requisitos para um conceito de informação:

- " 1. Deve referir-se à informação dentro de um contexto de comunicação voluntária e compreensiva (D)
2. Deve referir-se à informação como um processo social de comunicação entre seres humanos ( D )
3. Deve referir-se à informação que é solicitada ou desejada (D)
4. Deve referir-se ao efeito da informação sobre o receptor (D/C)
5. Deve referir-se às relações entre informação e o mapa cognitivo do gerador ou receptor ( D/C);

6. Deve referir-se às variações observadas no efeito de mensagens apresentadas de diferentes formas(B);
7. Deve ser generalizável além do caso individual (M);
8. Deve oferecer meios de prever os efeitos da informação (M).

D Requisito Definicional

C Requisito Comportamental

M Requisito Metodológico

Requisitos 1- 6 são requisitos relevantes

Requisitos 7 e 8 são requisitos operacionais " (p. 62)

Para dar conta de sua proposta de um *survey* sobre os conceitos de informação para a Ciência da Informação, Belkin (1978) constrói um quadro classificatório, dividido em oito categorias, baseado na generalização e aplicabilidade decrescentes, a partir das quais analisa diferentes conceitos de informação, cotejando-os os requisitos expostos acima e os critérios de operacionalidade e relevância. Pela sua importância como padrão geral de análise sobre o conceito de informação para Ciência da Informação e, principalmente, pela importância do estabelecimento (ou do não estabelecimento) de um conceito claro dos objetos disciplinares para o aprofundamento das análises interdisciplinares que são objeto deste estudo, elaborou-se uma síntese extensiva (JARDIM & FONSECA, 98 ) da categorização de Belkin.

**1. conceitos decorrentes da teoria matemática da comunicação**, na qual o conteúdo é dissociado da informação, considerando como relevante a sua escolha num rol de mensagens possíveis. Segundo Belkin (1978), apesar das

tentativas de Artandi e Belzer para aplicar a teoria da comunicação matemática no âmbito da Ciência da Informação, o consenso entre os estudiosos da matéria - e só aí ele existe - é de que a informação para a Ciência da Informação deve ser significativa, devendo ser considerado seu efeito sobre o receptor.

**2. informação como fenômeno geral**, ou seja, a ciência da informação deve ocupar-se da informação como fenômeno geral. Como representante desta linha, Belkin (1978) ressalta a proposta de Otten, de que a Ciência da Informação deve ser a ciência geral da informação. Apesar da generalização não permitir a operacionalização, o conceito de informação proposto por Otten traz uma contribuição interessante, na medida em que estabelece um conceito geral de informação, no qual esta é uma mudança interna no sistema, possa ou não ser observada externamente.

**3. informação como categoria e como propriedade da matéria**, baseando-se nos preceitos do marxismo-leninismo sobre as propriedades da matéria: variedade e reflexo. A principal tentativa de estabelecer uma conexão entre esta idéias filosóficas e a Ciência da Informação foi, conforme Belkin (1978), a tentativa de Ursul, cujo objetivo era construir um conceito de informação capaz de incorporar todos os conceitos de informação estabelecidos. Assim, Ursul formula um conceito no qual a informação é uma propriedade da matéria e da consciência, agindo para conectar os dois níveis pelo seu relacionamento com a variedade e a reflexão. Apesar dos aspectos de operacionalidade do conceito, este

mostrou-se inadequado em sua tentativa de estabelecer uma característica universal da informação como propriedade fundamental da matéria.

**4. informação semântica formal**, na qual Belkin (1978) destaca a contribuição de Shreider , que estabelece um conceito de informação segundo o qual à Ciência da Informação concerne ao que um receptor pode aprender de um texto. Shreider estabelece uma forma de mensurar este aprendizado, a partir de uma fórmula que lida com a indexação e tesauro, o que significa que seu conceito está demasiadamente vinculado à medida e à meta-informação, dificultando a sua operacionalização à nível relevante.

**5. informação como evento**, é o conceito desenvolvido por Pratt, que situa a informação como evento que ocorre num estágio particular do processo de comunicação. Este conceito que parte de uma abordagem nova, pois não considera a informação como propriedade da matéria, nem como mensagem ou como receptor : " informação é a alteração de imagem que ocorre quando se recebe uma mensagem." (PRATT apud Belkin, idem, p. 73). Apesar do inquestionável interesse do conceito, ao cotejá-lo com os requisitos expostos anteriormente percebe-se que não foi definido, operacionalmente, em dois aspectos: não se pode generaliza-lo de um evento informativo para outro e não há base para previsões tendo como base a informação, na medida em que a informação reside no receptor e não existe externamente.

**6. informação e incerteza**, identificam o modelo proposto por Wersig, no

qual a informação é definida como a resposta à condição de dúvida - incerteza - de um organismo numa situação problemática que não pode ser resolvida diretamente pelos seus estoques de conceitos, eventos e programas. A não adequação do conceito de Wersig aos requisitos de operacionalidade relevante relacionam-se ao fato de que, como está referido à incertezas do indivíduo, não pode ser utilizado para estabelecer previsões ou em qualquer situação fora do ponto de vista individual.

**7. informação e tomada de decisão**, constitui a base do conceito desenvolvido por Yovits, a partir do qual as informações são dados relevantes para a tomada de decisões. Por tomada de decisão considera ações propositadas e comportamento inteligente. Assim, tomar decisões significa reduzir incertezas.

**8. informação social e científica**, cuja premissa inicial é a de que o objeto da Ciência da Informação deveria limitar-se à informação científica. Os principais representantes desta categoria de conceitos seriam Mickailov, Chernyi e Giliarevskii, que chegaram ao conceito de informação científica dividindo, sucessivamente, a idéia de informação (intuitiva) em informação social e não-social, informação social em semântica e não semântica, e informação semântica em científica e não científica. Apesar de responder aos requisitos expostos anteriormente, não considera o efeito da informação sobre o receptor.

Segundo Mickailov (1980) o recorte que define o objeto da Ciência da Informação, ou Informática, é bastante claro: "Visto que o termo anglo-

americano ciência da informação pode levar alguém a interpreta-lo num sentido amplo ,i.e., como uma ciência que trata de todos os tipos de informação, da informação em geral, achamos necessário enfatizar que a palavra informação aqui significa apenas informação científica."... "Informática é uma disciplina científica que estuda a estrutura e propriedades gerais da informação científica, bem como as regularidades de todos os processos de comunicação científica."

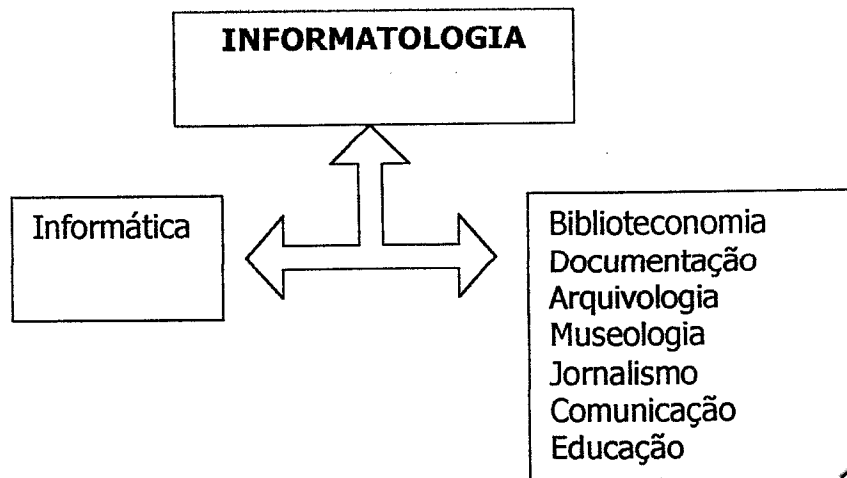
Outro autor que se alinha nesta perspectiva é Zhang (1988), segundo quem, o domínio de estudos da Informática – termo que usa numa interpretação segundo Mickailov - seria a comunicação da informação científica. A informação científica seria uma subcategoria da informação do conhecimento, a qual "refere-se à categoria de informação transmitida na comunicação científica, incluindo aquelas relativas às ciências tecnológicas e sociais. Informação não científica refere-se à informação em outras formas de comunicação de conhecimento , tais como aquelas praticadas por disciplinas do mesmo nível que a Informática , ou seja: Educação, Biblioteconomia, Arquivologia, Documentação, Museologia, Jornalismo e Comunicação Social. Todas estas disciplinas teriam em comum fundamentos teóricos e esforços de aplicabilidade. Do ponto de vista teórico, as suas bases estariam nos problemas de natureza, função, geração, transformação e avanço do conhecimento através das comunicações. Em termos práticos estas disciplinas partilham estudos de metodologias e meios de comunicação do conhecimento. Seus pesquisadores utilizam-se das tecnologias da

crítica

informação visando modelar sistemas de informação para a comunicação do conhecimento. Os esforços práticos e fundamentos teóricos comuns resultariam numa meta- ciência , assim chamada na medida em que:

"1) permite a descrição da bases comuns de disciplinas relacionadas num nível maior de abstração do que é possível dentro dos limites de contribuição de disciplinas individuais; 2) estabelece uma linguagem comum para cientistas e tecnólogos em diferentes campos de especialização; 3) estabelece os meios de traduzir conhecimento reunido em um campo para outros campos relacionados" (OTTEN,K.& DEBONS ,A apud ZHANG, 1988, p. 486)

Ainda seguindo as idéias de Otten e Debons, Zhang chama esta meta-ciência de Informatologia ou seja, o estudo dos princípios fundamentais subjacentes à estrutura e uso da informação. A proposta por Zhang, parcialmente esquematizada no quadro abaixo é de especial interesse para os objetivos desta pesquisa, na medida em que estabelece relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Informática (sublinhe-se que o autor usa o termo Informática numa perspectiva segundo Mickailov) :



**9. informação como substituto de conhecimento**, conceito no qual a informação é considerada como a representação de um conhecimento ou pensamento. No processo de comunicação, o autor do conceito – Farradane (1976) - nota que a única parte observável externamente é a representação daquilo que se quer comunicar, ou seja, informação.

**10. informação como estrutura**, como Thompson (1968) propõe, ou seja, uma organização de dados significantes e experiência. Sua proposta trata da informação não como a estruturação decorrente do evento informativo, como Pratt (1977), mas como a estrutura mesma resultante. Belkin cunhou, nesta categoria, um dos conceitos de informação mais recorrentes dentro da área : "informação é aquilo que é capaz de transformar estruturas" (BELKIN, & ROBERTSON, apud BELKIN, 1978, p. 80)

### 2.3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E SUAS RELAÇÕES INTERDISCIPLINARES



Um dos aspectos mais recorrentes nas análises feitas sobre as características da Ciência da Informação é a afirmação em torno das suas características interdisciplinares. Na produção dos autores que se poderia chamar de fundadores do pensamento epistemológico da área pode-se identificar um interesse constante em relação à natureza interdisciplinar da Ciência da Informação.

Borko (1968) ao corroborar a definição emanada do Congresso da Georgia em seu clássico artigo "Information Science: What is it" afirma que a ciência da informação é interdisciplinar e esta interdisciplinaridade se expressa nas relações com os campos tais como: "matemática, lógica, lingüística, psicologia, tecnologia da computação, pesquisa operacional, artes gráficas, comunicação, biblioteconomia, administração, entre outros"<sup>5</sup> (p.3)

Fosket (1973) percebe relações interdisciplinares entre a Ciência da Informação e "a antiga arte da Biblioteconomia, a nova arte da Computação, as artes dos novos meios de comunicação, e aquelas ciências como a psicologia e a lingüística" (p.164)<sup>6</sup>

Brookes (1980) em seu questionamento sobre a disciplinaridade mesma da Ciência da Informação transcreve o que pensa que é o pensamento dominante sobre a área: "ciência da informação é uma mistura peculiar de

---

<sup>5</sup> "mathematics, logic, linguistic, psychology, computer technology, operations research, the graphic arts, communications, library science, management, and other similar fields."

<sup>6</sup> "the ancient art of librarianship, the new art of computing, the arts of the new media of communication, and those sciences such as psychology and linguistics."

lingüística, comunicação, estatística, metodologia da pesquisa, junto com algumas técnicas da biblioteconomia, com indexação e classificação." <sup>7</sup> (p.128)

Autores mais contemporâneos, caracterizados pelo aprofundamento epistemológico da discussão em torno desta ciência emergente, ou em formação, como Le Coadic (1996) alargam um pouco, em suas análises, o espectro das ( pelo menos das mais perceptíveis) relações interdisciplinares: "a ciência da informação é uma dessas novas interdisciplinas, um destes novos campos de conhecimento onde colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a lingüística, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a sociologia, a economia, o direito, a filosofia, a política, e as telecomunicações" ( p. 22)

Sem apontar explicitamente para a existência de um projeto interdisciplinar envolvendo tais disciplinas, Deschâtelet (1990) refere-se ao surgimento cada vez mais freqüente da expressão "information studies" no lugar de "information science" para denominar o que ele chama de imenso quebra-cabeça:

"Alvin Shrader levantou, em 1984, 695 definições diferentes da ou das ciências da informação, nenhuma, no entanto, segundo ele, verdadeiramente aceitável, na medida em que nenhuma define verdadeiramente o sentido do termo. Existem, de toda forma, diversas "ciências da informação", algumas, como a *arquivologia*, a *biblioteconomia*, a *informática*, o *jornalismo* e a *comunicação*, cujo objeto de

---

<sup>7</sup> "information science is a peculiar mix of linguistics, communication, computer science, statistics, research methods, together with some techniques from library science such as indexing and classification".

estudo e de pesquisa imediato é a transferência de informação, e outras, como a *psicologia, a sociologia ou as ciências cognitivas, para as quais certos aspectos da transferência de informação representam um objeto de estudo e pesquisa importante*. Assim é que vemos aparecer, mais e mais, o rótulo "estudos da informação" para substituir "ciência da informação". É um pouco como tentar montar um imenso quebra-cabeças sem ter acesso à imagem da tampa da caixa!" (p. 217, tradução e grifos nossos)

Como é possível observar nas citações acima, para Deschâtelet (idem) o objeto da Ciência da Informação é mais a transferência da informação de uma fonte a um usuário do que a informação em si mesma. Assim, esta área do conhecimento estaria voltada para o estudo da aquisição de conhecimentos, ou sejam, informações às quais se imprimiu uma significação. A partir de um ponto de vista semelhante ao de Zhang, para Deschâtelet esta ciência em gestação seria constituída por várias ciências da informação, como, por exemplo, a Arquivística, a Biblioteconomia, a Informática, o Jornalismo e a Comunicação, as quais têm como objeto de pesquisa imediatos a transferência da informação.

Tendo em vista sua importância como teórico da Ciência da Informação, com especial destaque para sua presença no desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil o pensamento de Saracevic sobre o assunto reveste-se de especial interesse. Afirma ele que a Ciência da Informação tem três principais características, as quais são vetores de seu desenvolvimento e evolução. As três características são: a ciência da informação é interdisciplinar; a ciência da

informação é inexoravelmente referida à tecnologia da informação; a ciência da informação tem sua evolução marcada pelo desenvolvimento da chamada sociedade da informação. As áreas com as quais Saracevic reconhece as mais "significativas e desenvolvidas" relações interdisciplinares com a Ciência da Informação são: a biblioteconomia, a ciência da computação, a ciência cognitiva e a comunicação"<sup>8</sup> (1995 p. 6)

SMIT, TÁLAMO & KOBASHI (2003) analisam o campo científico da Ciência da Informação a partir de um estudo terminológico, e, em relação aos aspectos da onipresente interdisciplinaridade, afirmam:

"a alta proporção de 'noções emprestadas' é reveladora, a nosso ver, de uma interdisciplinaridade formal, que não reflete uma interdisciplinaridade real mas um 'empréstimo' de termos de outras áreas sem que haja uma adaptação, ou customização, dos conceitos aos propósitos da área" ( p.6)

Tendo em vista os objetivos indicativos deste capítulo, parece suficiente apontar desta forma breve alguns pontos para encaminhar a argumentação sobre a questão de pesquisa que orienta este trabalho.

---

<sup>8</sup> "I will concentrate on interdisciplinary relations with four fields: librarianship, computer science, cognitive science, and communication. Obviously, other fields have also interdisciplinary relations, but these are the most significant and developed ones." (p. 6)

### 3 . A ARQUIVOLOGIA: ORIGENS E CIRCUNSTANCIAS

"Entre a ciência e a experiência há o saber: não a título de mediação invisível, de intermediário secreto e cúmplice, entre duas distâncias tão difíceis ao mesmo tempo de reconciliar e desembaraçar.

M. Foucault.

O interesse por uma reflexão sistemática sobre o contexto de surgimento da Arquivologia como uma área do conhecimento com limites e fronteiras próprias não tem sido prioritário entre os arquivistas.

"No Congresso<sup>9</sup> realizado, em 1988, em Paris, abordou-se o tema dos documentos produzidos pelas novas tecnologias da informação. Os variados aspectos referentes à atuação do arquivista na era da informação foram contemplados no Congresso de 1992, em Montreal. Em 1996, em Beijing, o tema central foi "Os arquivos ante ao final do século: balanços e perspectivas". Em doze anos, portanto, a comunidade arquivística internacional discutiu respectivamente os documentos, os arquivistas e os arquivos.

**A Arquivologia - enquanto campo de conhecimento científico - tem sido alocada periféricamente como**

---

<sup>9</sup> O Conselho Internacional de Arquivos é um órgão internacional, criado em 1950, sob os auspícios da UNESCO. Com sede em Paris, o CIA congrega instituições arquivísticas, associações de arquivista e membros individuais de todo o mundo. Além de uma grande variedade de ações de fomento, o CIA promove o Congresso Internacional de Arquivos, a maior reunião internacional da área.

*justificativa para o meu trabalho*

**objeto de discussão, não constituindo o foco central dos temas abordados.** Observa-se, portanto, que o balanço proposto pelo CIA no seu último Congresso, ateu-se muito mais ao percurso da profissão de arquivista do que a Arquivologia como campo do conhecimento. "(Jardim, 1998, p.3 – grifo nosso)

Não obstante, os textos que se ocupam em estabelecer as inserções históricas relativas à evolução das práticas arquivísticas, ainda que de forma breve e superficial, são unânimes em afirmar a longevidade da atividade arquivística, considerando que a história dos registros arquivísticos confunde-se com a história das civilizações humanas pós-escrita e que os arquivos, ainda que em suas formas preliminares, surgiram na área do chamado "crescente fértil" e do Oriente Médio, há cerca de 6 milênios

" De facto, os primeiros arquivos reúnem já ingredientes que vieram a tornar-se clássicos e hoje são ainda defendidos pela disciplina. A mais importante das revelações tem a ver com o respeito pelos aspectos orgânicos da estrutura arquivística, como se comprovou em Ebla (Síria). Mas havia também grandes cuidados com a identidade e a autenticidade dos próprios documentos. As placas sumérias evidenciam também, desde cedo, uma estrutura diplomática coerente e eficaz, a qual, em grande medida, servirá de modelo às chancelarias europeias da época medieval e moderna. A correspondência e os contratos administrativos incluem, conforme os casos, a identificação das partes, o nome das testemunhas ou do

escriba, a menção da data e, até, a estampagem de selos de validação." (SILVA et al., 1999, p. 46.)

Não cabe, aqui, um aprofundamento no fascinante mundo da reconstituição arqueológica dos arquivos, mas é interessante observar, a partir do minucioso histórico elaborado pelos arquivistas portugueses Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos e Manuel Luis Real, em sua obra Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação, de 1999, a estreita relação, estabelecida desde seus primórdios, entre o conhecimento arquivístico, a administração e o governo. Este trabalho traz, sem dúvida, a mais minuciosa e acurada história dos arquivos e das tradições arquivísticas já escrita em língua portuguesa. Além de todos os seus outros méritos, é leitura indispensável para aqueles interessados no aprofundamento do tema da história dos arquivos e das instituições arquivísticas em todo o mundo.

Apesar de reconhecerem estes aspectos que poderiam ser identificados como primitivos, alguns autores, notadamente autores europeus, consideram que os primórdios do que se poderia chamar de Arquivologia<sup>10</sup> situa-se a partir do século XVI.

Armando M. Silva e seus companheiros afirmam que:

" A partir do século XVI, as rotinas da profissão começam a ser freqüentemente disciplinadas por normas regulamentares, algumas inclusive de caráter oficial. Não

---

<sup>10</sup> Neste trabalho será empregado o termo Arquivologia em detrimento do termo Arquivística.

obstante o conteúdo programático das mesmas, verifica-se que elas têm já imanentes princípios gerais de natureza arquivística, os quais irão adquirir depois a forma de postulados, levando ao nascimento de uma nova disciplina – a Arquivística – como construção conceptual e sistemática do saber adquirido por uma prática milenar da gestão dos arquivos..... O “saber” e a “prática” estavam já intimamente ligados desde as civilizações mais antigas. São duas realidades indissociáveis, mesmo na fase em que tal “saber” ainda não encontrava suporte em termos regulamentares. A ordenação sistemática, as primeiras etiquetas e os primeiros inventários são já expressão desse saber.” (SILVA, et. al. 1999 p.93-94)

Duranti considera, mais precisamente, que “os primeiros elementos da doutrina arquivística (archival doctrine) podem ser encontrados no último volume da obra monumental de Dom Jean Mabillon sobre diplomática, publicada em 1681” (1993, p.9) . Este momento é marcado pela valorização dos exemplares diplomáticos, que eram perscrutados e analisados individualmente. Na opinião de Marc Bloch, fundador do movimento da História Nova, conhecido como a Escola dos Annalles, “naquele ano de 1681, ano da publicação do “*De Re Diplomatica*”, na verdade uma grande data na história do espírito humano, a crítica aos documentos de arquivo foi definitivamente fundada” (LE GOFF, 1990,p.28).

Não se pode, naturalmente, considerar a publicação deste tratado clássico de Diplomática como uma obra isolada. Em meados do século XVII várias obras do mesmo carácter foram escritas, tendo o interesse pelo estudo das



características de validade dos documentos legais, ainda chamados de diplomas, surgido do questionamento do valor legal da "doação de Constantino",

"... o famoso humanista florentino Lorenzo Valla demonstra, mediante argumentos filológicos e em resposta à demanda de Afonso o Magnânimo, rei de Aragão e de Sicília, no seu tratado *De falso credito et ementita Constantini donatione declamatio* (1440), que a famosa doação de Constantino, com a qual o imperador teria feito dom ao papa do Estado pontifício, é um falso. A *Declamatio* é publicada apenas em 1517." (LE GOFF, 1984,p.100).

No século XVIII assiste-se à constituição de depósitos centrais de arquivos em São Petersburgo, em 1720, em Viena, em 1749, em Varsóvia, em 1765, em Veneza, em 1770, em Florença, em 1778. Da mesma forma, surgem os grandes museus públicos e nacionais: o Louvre, em 1793, o Museu de Versalhes, em 1833, o Museu das Antiguidades Nacionais, em Berlim, em 1830, o Museu Nacional do Bargello, em Florença, em 1859.

" Sabe-se da importância metodológica que assumiram estes espaços e essas distribuições "naturais" para a classificação, nos fins do século XVIII, das palavras, das línguas, das raízes, dos documentos, dos arquivos, em suma para a constituição de todo um ambiente de história.....A conservação cada vez mais completa do escrito, a instauração de arquivos, sua classificação, a reorganização das bibliotecas, o estabelecimento de catálogos, de repertórios, de inventários representam, no fim da idade clássica, mais que uma sensibilidade nova ao tempo, ao seu passado, à espessura da história, uma forma de introduzir na linguagem

já depositada e nos vestígios por ela deixados uma ordem que é do mesmo tipo da que se estabelece entre os seres vivos." (FOUCAULT, 1990 p.145-146)

Observa-se, no entanto, uma majoritária regularidade entre os autores em apontar a publicação do manual escrito pelos arquivistas holandeses S. Muller, J.A. Feith e R. Fruin em 1898 como o marco inaugural do que se poderia identificar como uma disciplina arquivística, como um campo autônomo de conhecimento.

"Arquivologia clássica (isto é, Arquivologia assim como foi codificada pelo Manual de Muller, Feith e Fruin em 1898..." ( THOMASSEN, 1999, p.2)

" Do ponto de vista da contribuição universal para a arquivística o mais importante manual escrito sobre administração de arquivos é, provavelmente, o de um trio de arquivistas holandeses, ....." (SCHELLENBERG, 2002, P.36)

" O desenvolvimento da Arquivologia moderna tem muito a ver com a difusão do Manual dos arquivistas holandeses Muller, Feith e Fruin, editado em 1898....." (HERREDIA, 1993, p.28).

"... o século se fecha com a publicação do famoso manual de Arquivologia, redigido sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Holandeses em 1898...." (LODOLINI,1990, p.119)

" Publicada em 1898 por Muller, Feith e Fruin, esta obra representa a libertação da Arquivística da posição secundária a que tinha sido remetida pelo historicismo do século XIX. Ainda hoje surpreende pela sua grande actualidade..... pode-se afirmar que a fundamentação

teórica e a grande maioria das recomendações nela contidas permanecem irrepreensíveis" ( SILVA ET AL, 1999, P.117)

Esta obra, intitulada "*Handeigling voor het ordenen en beschrijven van Archieven*" foi publicada sob os auspícios da Associação de Arquivistas Holandeses com a colaboração dos Arquivos de Estado do Reino da Holanda e do Ministério do Interior<sup>11</sup> e consiste no arrolamento de 100 regras ou princípios considerados fundamentais para o arranjo e descrição de arquivos, sendo que "cada uma das 100 regras foi amplamente discutida na Associação durante a década de 1890." (COOK, 1997 p.4). Tendo ficado conhecida como o "Manual dos Holandeses" foi amplamente traduzida e adotada. "... o Manual Holandês teve a maior influência, porque foi o primeiro e porque alcançou muitos arquivistas através de traduções para o francês, alemão, inglês, italiano, português, chinês, entre outras". (idem, p.4). No Brasil, o Manual foi traduzido e publicado em 1960, pelo Arquivo Nacional, quando era seu Diretor Geral o historiador José Honório Rodrigues, que em seu prefácio afirma: "Obra fundamental, sua publicação é mais um sinal da renovação arquivística do nosso país". Em 1973 foi publicada uma 2ª edição, também pelo Arquivo Nacional.

---

<sup>11</sup> "Os Arquivos de Estado do Reino da Holanda são administrados por Arquivistas de Estado, atualmente subordinados ao Ministério da Instrução Pública, Artes e Ciências, embora na época em que foi escrito este Manual estivessem subordinados ao Ministério do Interior..." (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1975, p.13)

O Manual dos Arquivistas Holandeses é um texto exaustivo, em cuja introdução seus autores afirmam: "é este um livro enfadonho e meticuloso. Fica o leitor avisado." De forma alguma! O Manual dos Holandeses é fundamental e, em que pese seu caráter pragmático e as referências obrigatoriamente fixadas, geográfica e historicamente, sua leitura, como aquela de qualquer clássico, explica o caminho percorrido e ilumina o que se há de percorrer.

A partir do estabelecimento do Manual dos Holandeses como marco fundador da codificação disciplina arquivística podem ser apontados alguns tópicos importantes na análise das características de configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto de sua inserção histórica e geográfica. A análise destes pontos remete: **1)** à inserção da Arquivologia na *episteme* da Modernidade, especialmente na assim chamada "esfera política", **2)** a decorrente importância das instituições arquivísticas e seu objetivo de responder aos problemas de uma administração pública que deve ser eficiente **3)** a subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, uma certa idéia predominante de que se a idéia de arquivo estiver clara, estará clara a idéia de Arquivologia e **4)** a tradição manualística da área, suas limitações e as tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma. \*

### 3.1 – ARQUIVOLOGIA E MODERNIDADE

O primeiro destes pontos diz respeito à inscrição do nascimento da Arquivologia na Modernidade, que "se refere aos modos de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que se tornaram subseqüentemente mais ou menos mundiais em sua influência" (GIDDENS, apud ROUANET, 2001, p.48).

As discussões em torno das características e da importância da modernidade tem sido "amplas, gerais e irrestritas...". Não poderia deixar de ser assim, se considerarmos que:

"Sim, a modernidade leva consigo alguns lemas fundamentais: razão e esclarecimento, ordem e progresso, evolução e racionalização, ordem e progresso, evolução e racionalização, reforma e revolução, democracia e cidadania, ou razão e emancipação. São lemas que assinalam tendências predominantes no vasto e intrincado processo de desencantamento do mundo. Processo esse que se expressa ou simboliza em criações tais como as seguintes: o "príncipe" de Maquiavel, em busca da melhor integração entre a "virtù" e a "fortuna"; os "ídolos" que Bacon considera impedimentos ao exercício da reflexão e do experimentalismo; o "penso, logo existo", com o qual Descartes institui o primado do sujeito do conhecimento; o "bom selvagem", com o qual Rousseau reflete criticamente sobre a formação da sociedade civil, isto é, burguesa; a "razão iluminista", que Kant considera prerrogativa do homem moderno; a "autoconsciência" emergindo da dialética "servo e senhor", conforme a alegoria de Hegel; a "luta de classes", como lei geral da história, com a qual Marx desvenda as condições e as possibilidades da "sociedade sem classes"; a

"racionalização do mundo" diagnosticada por Weber em suas pesquisas sobre o capitalismo moderno; o contraponto "id-superego" revelado por Freud, indicando o que pode haver de "inconsciente" ou "não-racional" em cada indivíduo, inclusive filósofo, cientista ou artista; a antinomia "razão crítica" e "razão instrumental", sempre presente no desencantamento do mundo em curso nos tempos modernos, de acordo com as formulações de Adorno, Horkheimer e Marcuse." (IANNI, 2002, p 2.)

Não serão feitas, portanto, tentativas de aprofundar esta reflexão, o que ultrapassaria largamente os objetivos deste trabalho e as possibilidades teóricas de sua autora. Pretende-se, apenas, observar alguns aspectos daquilo que Foucault chama de *episteme*, ou seja:

"... algo como uma visão do mundo, uma fatia de história comum a todos os conhecimentos que imporia a cada um as mesmas formas e os mesmos postulados... Por *episteme* entende-se, na verdade, o conjunto das relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados..." (FOUCAULT, 1995, p.217)

Assim, seguindo a análise feita por Rouanet (2001, p.48-49) poder-se-ia dizer que a modernidade é o resultado dos processos desencadeados por dois vetores: a eficácia e a autonomia, nas esferas política, econômica e cultural. Na esfera econômica a modernidade refere-se à "livre mobilidade dos fatores de

produção, o trabalho assalariado, a adoção de técnicas racionais de contabilidade e de gestão, a incorporação incessante da ciência e da técnica ao processo produtivo" e também "a capacidade de obter pelo trabalho os bens e serviços necessários ao próprio bem estar...." A modernidade política poderia sintetizar-se na idéia do Estado moderno "dotado de um **sistema tributário** eficaz, de um exército permanente, do monopólio da violência, de uma administração **burocrática racional**", mas também "significa capacidade de exercer plenamente a cidadania, um estado de direito que assegure a vigência integral da democracia e dos direitos humanos" . Na esfera da cultural, modernidade " implica a diferenciação de esferas de valor, até então embutidas na religião: a ciência, a moral, o direito e a arte..... significa o livre uso da razão, sem tutelas de quaisquer natureza ..... num contexto institucional "desencantado" secular, liberto de todos os jugos espirituais...." (grifo nosso)

Por razões que se espera fiquem claras ao longo do texto, o desdobramento desta análise se dará prioritariamente naquilo que é identificado como a esfera política da modernidade, mais precisamente, nos aspectos que se associam aos objetivos desta pesquisa, a saber: a burocracia e a busca da eficiência na esfera da administração pública e a criação das instituições arquivísticas modernas.

foco da autora

### 3.1.1 Estado Nacional e Administração Pública : eficiência e burocracia.

"O aparelho de Estado é dominado pela burocracia"

José Maria Jardim

As idéias subjacentes à formação do Estado Moderno passam, pelas reações ocorridas contra o Estado Absolutista, através das quais se desenvolve o pensamento político dos séculos XVII e XVIII. Grande parte das teorias elaboradas em direção à formação do Estado liberal e democrático estão inspiradas numa idéia fundamental: o estabelecimento de limites ao poder do Estado.

Segundo a síntese elaborada por Fonseca ( 1996) as teorias propostas contra o abuso de poder podem classificar-se em três grandes grupos:

1. Teorias dos direitos naturais, em cuja base filosófica ergue-se o argumento de que existe, além do direito proposto pela vontade do soberano, um direito inerente ao homem individual pela sua própria condição humana, independentemente do fato de pertencer à esta ou àquela comunidade política. 2. Teorias da separação dos poderes, cuja base reside na idéia de que, mesmo considerando direitos naturais preexistentes e externos ao Estado, ainda assim é mais conveniente distribuir o poder estatal, como melhor forma de limitá-lo, distribuindo-o entre diversas pessoas e diferentes órgãos. Esta teoria preconiza que o limite do poder nasce de sua distribuição, por duas razões: a) cada pessoa terá apenas uma parte do poder, ninguém jamais terá todo o poder; b) os diferentes órgãos aos quais serão atribuídas funções distintas exercerão um



controle recíproco. As funções do Estado - executiva, legislativa e judiciária - serão exercidas por poderes distintos, de tal forma que possa haver controle mútuo. Tal forma de organização foi chamada Estado Constitucional.

3. Teorias da soberania popular ou democracia, cujo argumento principal reside não na limitação do poder do soberano pela evocação dos direitos naturais ou pela distribuição deste poder, mas na obtenção da participação de todos os cidadãos. Trata-se não mais de limitar o poder do Estado, mas, antes, mudar seu titular.

Esta síntese, ainda que brevemente, ajuda a estabelecer a importância das instituições formadoras da administração pública, entre as quais as instituições arquivísticas, como base mesmo da idéia de Estado moderno e democrático. \*

Em sua obra "Transparência e Opacidade no Estado Brasileiro : usos e desusos da informação governamental", de 1999, mais precisamente em seu segundo capítulo - "Contornos à meia luz: estado e informação", José Maria Jardim analisa profunda e extensivamente a questão do Estado como campo informacional, enfatizando particularmente as especificidades dos arquivos, vistos tanto como conjuntos documentais produzidos pela administração burocrática quanto como instituições inseridas no aparelho burocrático. Serão, portanto, considerados como pressupostos deste trabalho os resultados da análise de Jardim, alguns dos quais vêm ao encontro dos objetivos deste item:

- "A informação arquivística reflete e fornece elementos à construção de uma **racionalidade estatal**;
- Os dispositivos de gestão dessa informação expressam **um domínio do saber - o arquivístico - que resulta dessa mesma racionalidade**;
- Os arquivos - **sejam como conjuntos documentais ou como agências do aparelho de Estado** - constituem um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico;" ( 1999, p. 47, *grifo nosso*)

Da análise de Jardim emergem três pontos que merecem consideração especial dentro do espectro desta pesquisa: 1) a questão da racionalidade na gestão do Estado; 2) as relações entre esta racionalidade e a constituição de um "saber arquivístico"; 3) a superposição terminológica – e os seus significados menos evidentes – entre os arquivos como um dado conjunto de documentos e como um determinado tipo de instituição dentro da administração pública. Nesse item será abordado o primeiro destes pontos, desdobrado na reflexão sobre o conceito weberiano de burocracia e sobre o conceito de administração pública.

Uma forte conotação negativa acompanha o termo burocracia<sup>12</sup>

desde que foi empregado pela primeira vez, na metade do século XVIII, para designar o poder do corpo administrativo de funcionários especializados sob a

<sup>12</sup> Uma reflexão mais extensiva sobre o conceito weberiano de burocracia encontra-se em FONSECA, Maria Odila. *Direito à informação: acesso aos arquivos municipais no Brasil*. Dissertação de Mestrado. UFRJ/IBICT. Rio de Janeiro. 1996.

monarquia absoluta e dependente do soberano. Esta conotação institucionaliza-se na linguagem comum para indicar, de forma pejorativa, a proliferação de normas e regulamentos, sufocando a iniciativa, a eficácia e a eficiência das organizações públicas e privadas. Também nas análises dos pensadores marxistas o termo burocracia aparece com forte conotação negativa, e é usado para indicar a rigidez do aparelho do Estado, e do partido.

Ao contrário, a tradição técnico-jurídica germânica, desenvolveu, durante o século XIX, uma outra concepção de burocracia, empregando o termo num sentido técnico, para designar uma teoria e uma práxis da administração pública eficiente, baseada em normas, em funções específicas, em atribuição de esferas de competência bem delimitadas e aos critérios de assunção e de carreira no serviço público.

“ Estas três acepções do termo - disfuncionalidade organizativa, antidemocraticidade dos aparelhos dos partidos e dos Estados, técnica da administração pública - confluíram no vocabulário das ciências sociais modernas, originando uma extraordinária proliferação conceitual. Recentemente um autor identificou até sete conceitos modernos de burocracia (Abrow, 1970, pp. 113-43) e perante esta ambigüidade do termo alguns estudiosos se questionaram se não seria mais oportuno considerar o vocábulo como um exemplo das incertas formulações das ciências sociais primitivas e eliminá-lo do léxico científico moderno. Essa pessimística conclusão pode ser, todavia, evitada se tomarmos

como ponto de referência a conceituação dada por Max Weber, que considera a burocracia como uma específica variante moderna das soluções dadas ao problema geral da administração." (Bobbio, 1993, pp. 124-25)

A burocracia weberiana se define basicamente: a) pela existência de regras abstratas às quais está vinculado o poder, o aparelho administrativo e aqueles que lhes são subordinados. Assim, os comandos são legítimos quando referidos à ordem jurídica impessoal e a obediência aos mesmos é devida, também, nos limites estabelecidos por essa ordem; b) por relações de autoridade entre posições definidas hierarquicamente, dentro de esferas de competência claramente estabelecidas, por uma divisão profunda entre pessoa e cargo e por funções exercidas de modo continuado e com base em documentos escritos; c) os funcionários são contratados em virtude de qualificações específicas, em troca de salários estipulados em dinheiro e tem carreiras regulamentadas, em dedicação integral.

"A burocracia moderna funciona da seguinte forma específica:

I . Rege o princípio de áreas de jurisdição fixas e oficiais, ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, por leis ou **normas administrativas.....**

III. **A administração de um cargo moderno se baseia em documentos escritos ("os arquivos"), preservados em sua forma original ou em esboço.... O quadro de**

funcionários que ocupe ativamente um cargo "público", juntamente com seus arquivos de documentos e expedientes, constitui uma "repartição".

IV A administração burocrática, pelo menos toda a administração especializada - que é **caracteristicamente moderna - pressupõe habitualmente um treinamento especializado e completo.** .....

VI O desempenho do cargo segue **regras gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos exaustivas, e que podem ser aprendidas.**" (Weber, 1979, p. 231-233, *grifo nosso*)

Segundo Ampudia Melo, "os documentos e os arquivos são, como já se disse, a expressão material mais clara e o mais firme sustentáculo da natureza institucional da Administração Pública." (1988, p. 38).

Ao se falar em administração pública no âmbito dos objetivos deste item, é aconselhável deter-se brevemente na questão preliminar da delimitação do sentido de "público".

A dicotomia publico x privado é considerada como uma das grandes dicotomias das quais diferentes disciplinas servem-se para delimitar, representar, ordenar seu campo de investigação (Bobbio, 1990, p. 13-14) e embora a análise das categorias constitutivas da dicotomia *público x privado* possa levar à polis grega, somente com a formação dos Estados Nacionais "é que, num sentido

**especificamente moderno**, separam-se esfera pública e esfera privada.”

(Habermas, 1984, p.24, *grifo nosso*)

“ A redução da representatividade pública que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais através dos senhores feudais cede espaço a uma outra esfera, que é ligada à **expressão esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público**. Esta se objetiva numa **administração permanente** e no exército permanente; ..... Neste sentido estrito, “público” torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à “corte” representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao **funcionamento regulamentado**, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força. (*ibid.*, p. 31 e 32, *grifo nosso*)

### 3.2 A CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS E SUA IMPORTÂNCIA

#### NA CONFIGURAÇÃO DA ÁREA

Apesar das iniciativas no sentido da centralização de arquivos desde o século XIII, , desde quando “praticamente todas as cidades italianas e flamengas organizam a organização e administração de seus arquivos dentro de suas instituições municipais. Depósitos de arquivos como estes são definidos como *loci publici in quibus instrumenta deponuntur*, i.e. ‘ locais públicos onde documentos legais são guardados’ ”(Duchein, 1992 p. 15) pode-se afirmar que

"a descentralização dos arquivos é o traço característico da administração de arquivos antes da Revolução Francesa" (POSNER, 1964,P.61).

O surgimento das instituições arquivísticas, como hoje as identificamos, iniciou-se com a criação, em 1789, do Arquivo Nacional da França, primeiramente como arquivo da Assembléia Nacional e transformado, em 24 de junho de 1794, no estabelecimento central dos arquivos do Estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes nas províncias. Para estes depósitos deveriam ser recolhidos os documentos produzidos pelos diferentes níveis da administração pública na França.

Conforme tem sido amplamente sublinhado na literatura especializada, podem ser apontados três aspectos contidos no modelo pioneiro criado na França e que, ressalvadas as necessárias especificidades de cada país, foram amplamente reproduzidos na Europa e nas Américas, estabelecendo um modelo institucional , que, permaneceu o mesmo até meados do século XX.

"Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais.... Compreendê-los é compreender a história da formação nacional<sup>13</sup> e identificar os fluxos e dessintonias do Estado moderno..... A legislação de arquivos

<sup>13</sup> Neste sentido é ilustrativo lembrar a criação do Arquivo Nacional dos Estados Unidos apenas em 1934. Uma análise superficial poderia sugerir uma criação tardia, mas ao se analisar a forte característica federalista do país e inserir a criação do Arquivo na esfera do New Deal de F.D.Roosevelt , com sua premissa de fortalecer um governo central para fazer frente à depressão econômica pós- 29, ficam claras as relações de que falam Bastos & Franco.

é um ensaio micro-administrativo da realidade político-constitucional de cada nação" BASTOS & FRANCO (1986,p.1)

Os aspectos a partir dos quais se estabeleceu este modelo, qual seja, a instituição arquivística como aquele órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização, se caracterizam por:

1. uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos; alguns autores chegam a referir-se a "uma rede de arquivos do Estado" (SILVA, 1999,p.103);

2. o Estado reconhece sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado, e aos documentos por ele produzidos;

3. a proclamação e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos: "... todo cidadão tem direito de pedir em cada depósito,... a exibição dos documentos ali contidos" (Lei de 7 Messidor, artigo 37).

A formulação deste princípio de acesso, não significou, no período imediatamente posterior à Revolução, ao longo de todo o século XIX e até meados do século XX, uma mudança substantiva em relação ao acesso extensivo



aos documentos recolhidos às instituições arquivísticas, tampouco significou um maior controle da sociedade civil sobre a administração pública; consolidava-se uma visão positivista da História e tornava-se um conceito generalizado a idéia de que os arquivos constituíam a base da pesquisa histórica, e, que, desse modo, os Estados tinham a obrigação de mantê-los acessíveis.

"Em nenhum país - salvo na Suécia, caso único - , o direito de acesso aos arquivos estava explicitamente vinculado ao exercício dos direitos democráticos; dito de outra maneira : as leis e regulamentos estavam concebidos para facilitar a investigação de índole histórica e erudita, que se baseia nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais" (Duchein, 1983, p. 5. Tradução nossa)

A evolução política da França , a ascensão de Napoleão e sua estratégia expansionista para a consolidação do Império, não deixou de ter reflexos importantes na situação dos arquivos. A partir de 1808 foram promulgadas leis no sentido de obrigar à transferência para Paris dos arquivos dos países dominados, territórios anexados ou ocupados, que, somados àqueles do Antigo Regime, levou a uma concentração arquivística sem precedentes. Com a ruína do Império napoleônico foi procedida a devolução dos arquivos aos países de origem, a qual não se deu com facilidade, tendo havido perdas e destruição de documentos.

Tal concentração levou a que se tratasse este grande conjunto documental como se fosse único. Assim, a classificação adotada no Arquivo Nacional de França considerava como um conjunto único a grande massa documental ali reunida. Os documentos eram divididos em cinco seções metódico-cronológicas: seção legislativa, para os documentos das assembleias revolucionárias; seção administrativa, para os papéis dos novos ministérios; seção dominial, para os títulos de propriedade de Estado; seção judiciária, para os papéis de tribunais e, por fim, a seção histórica, constituída de documentos arbitrariamente selecionados como de particular interesse histórico. (JARDIM & FONSECA, 1992)

O estabelecimento de tal quadro de classificação, distribuindo os documentos " por cinco secções " cronológico-metódicas" , ou seja, séries sistemáticas, muito à moda das concepções teóricas herdadas do iluminismo e do enciclopedismo ..... conduziu à desarticulação dos sistemas tradicionais de arquivo, obrigando depois ao estabelecimento de princípios correctores" (SILVA et al. op. cit. P. 103-104)

### 3.2.1 O Princípio da Proveniência:

O princípio corretor a que se referem Silva et. al. é o "princípio da proveniência"<sup>14</sup>. É farta na literatura arquivística europeia a controvérsia sobre a origem primeira do princípio da proveniência. Martin-Pozuelo ( 1996) afirma que : "a formulação do princípio da proveniência não é resultado de um único momento, nem acontece num único lugar" (p.25). Não obstante, a autora identifica três formulações fundadoras, senão do princípio, pelo menos de seu transbordamento das esferas nacionais e sua aceitação como princípio básico de uma área que se pretende disciplinar. São estas:

1. a formulação francesa do "*respect des fonds*" do arquivista e historiador Natalys de Wally, então chefe da Seção Administrativa dos Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, emanada de uma instrução de serviço deste Ministério : a "Instructions pour la mise en ordre et le classement des archives departamentales et communales" , de 24 de abril de 1841. Seus termos podem ser resumidos:

"... reunir os documentos por fundos, isto é , **reunir todos os títulos provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo**, e dispor em determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que apenas se refiram a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, corporação ou família... Se, em lugar desse método fundamentado, por assim dizer, na natureza das coisas, se propõe uma ordenação teórica... os arquivos

---

<sup>14</sup> No Brasil usa-se, quase indiscriminadamente, a expressão " princípio do respeito aos fundos" e "princípio da proveniência" . Neste trabalho será usada preferencialmente a expressão "princípio da proveniência".

cairão numa desordem difícil de remediar... Em qualquer outra classificação que não seja por fundos corre-se o grande risco de não se saber onde encontrar um documento". (Wailly apud Duchein, 1982,p.16 grifo nosso)

2. a formulação alemã<sup>15</sup> de Max Lehmann, diretor do Arquivo Secreto do Estado de Berlim, autor do Regulamento de 1881, a partir do qual estabelecia-se a relação entre o respeito à proveniência e o sistema alemão do *Registratur*,<sup>16</sup>, procedendo-se à organização dos documentos nas instituições arquivísticas centrais levando-se em consideração a origem e a ordem originária, " a partir das marcas que haviam recebido no curso da atividade oficial da repartição respectiva " (POSNER, op. cit. p. 67)

3. a formulação contida no Manual dos Holandeses, em cujas normas 1, 2 e 16, segundo Martin-Pozuelo (1996) se estabelece o princípio, partindo da definição mesma de arquivo : " 1. Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários ,na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário." (Associação Dos Arquivistas Holandeses, op. cit. p. 12) e do seu caráter indivisível: "2. Um arquivo é um todo orgânico"

<sup>15</sup> Aqui é importante lembrar que a Alemanha unificou-se em 1871.

<sup>16</sup> *Registratur* : órgãos existentes nas administrações de origem germânica, cuja função é registrar e classificar todos os documentos recebidos ou produzidos pelos organismos administrativos, usando para este fim meios de referência tais como letras, números, etc.)

(idem, p. 18) para formular os princípios de sua organização: "16. O sistema de arranjo deve ser baseado na organização original do arquivo, a qual, na sua essência, corresponde à organização do órgão administrativo que o produziu" (idem, p.44).

Aqui não cabe um aprofundamento na questão que tem merecido alguma atenção na literatura arquivística, ou seja, a discussão sobre se há, na realidade, dois princípios: o princípio do respeito aos fundos, e o princípio da ordem original. Em sua obra já citada anteriormente, MARTIN-POZUELO dedica todo um capítulo ao esclarecimento do debate, e conclui : "Portanto consideraremos o respeito da ordem natural dos documentos como um extensão do respeito à procedência dos fundos, e, ambos, os postulados fundamentais do Princípio Arquivístico da Proveniência" (op.cit. p. 150)

Estabelece-se, desta forma, o princípio da proveniência que se constitui até hoje, apesar de algumas releituras, no paradigma da disciplina arquivística. Estabeleciam-se, a partir daí , princípios de classificação e organização próprios para os acervos arquivísticos, subordinados àquelas características inerentes aos conjuntos arquivísticos, especialmente as que se referem à **organicidade** e à **totalidade**.

Outro ponto importante a se destacar neste mapeamento das características mais marcantes da Arquivologia como disciplina inserida nos princípios da racionalidade administrativa, o que permite sua associação com os

princípios de eficácia da Modernidade política refere-se à ruptura que se estabelece quando se inauguram as práticas que passaram a ser identificadas como "records management", ou gestão de documentos, tradução utilizada neste trabalho.

### 3.2.2. a gestão de documentos e a Teoria das 3 Idades

SILVA et. al. localizam entre as duas grandes guerras mundiais, ou seja, em meados do século XX, as primeiras preocupações mais sistemáticas com a eliminação de documentos arquivísticos. Em sua minuciosa obra (op.cit. p.130) identificam dois principais modelos de ação neste sentido:

1. o modelo inglês, segundo o qual a eliminação ficaria totalmente sob a responsabilidade da administração produtora. Tal posição era defendida pelo eminente arquivista britânico, Sir Hilary Jenkinson, segundo quem a eliminação de documentos não deveria fazer parte das atribuições de arquivistas.

2. o modelo alemão, que, ao contrário do anterior, preconiza que a importância da tarefa de eliminação exige a intervenção do arquivista.

Além dos modelos citados deve-se mencionar a importante contribuição do arquivista norte-americano T.R.Schellenberg sobre o tema da avaliação de documentos, através de sua formulação sobre os valores dos documentos arquivísticos, considerando a existência de um valor primário, que

sendo relativo aos motivos da criação dos documentos diria respeito à entidade produtora, e um valor secundário, que sendo relativo ao seu conteúdo de caráter informativo, diria respeito à investigação científica.

A idéias de Schellenberg plasmam-se no pós-guerra, que, como já foi visto no capítulo anterior, caracteriza-se pela "explosão documental" e pela evolução das tecnologias da informação. Não se deve perder de vista aqui os aspectos políticos relacionados à Guerra Fria e à polarização do mundo em dois blocos de influência política e ideológica.

Apesar dos indícios de preocupação com avaliação e seleção de documentos identificados acima, estas atividades são consolidadas nos Estados Unidos, nas práticas da gestão de documentos. Segundo a legislação norte-americana, gestão de documentos é :

"o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas a criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações dos agências"<sup>17</sup>  
(44 U.S.C. Chapter 29)

<sup>17</sup> "(2) the term "records management" means the planning, controlling, directing, organizing, training, promoting, and other managerial activities involved with respect to records creation, records maintenance and use, and records disposition in order to achieve adequate and proper documentation of the policies and transactions of the Federal Government and effective and economical management of agency operations."  
[http://www.archives.gov/about\\_us/basic\\_laws\\_and\\_authorities/basic\\_laws\\_and\\_authorities.html#recmgmt](http://www.archives.gov/about_us/basic_laws_and_authorities/basic_laws_and_authorities.html#recmgmt) , em 16 de fevereiro de 2004.

A efetivação da gestão de documentos é resultado dos relatórios e das recomendações da "Comission on Organization of the Executive Branch of the Governement", conhecida como Comissão Hoover, que teve duas versões, a primeira em 1947 e a segunda em 1955.

Artel Ricks,<sup>18</sup> em seu relatório apresentado ao Oitavo Congresso Internacional de Arquivos, em Washington, em 1976, afirma que os princípios da gestão de documentos significam uma revolução na Arquivologia e surgem nos Estados Unidos em função, principalmente, de 3 aspectos:

1. a herança multicultural que caracterizam os Estados Unidos, trazendo para os diferentes estados da federação padrões diversificados de cultura administrativa;
2. o volume dos documentos, e seu crescimento geométrico, com que deve lidar a administração pública americana. Neste sentido é ilustrativo o quadro abaixo, relativo ao crescimento do volume de documentos na administração federal americana desde a Guerra de Independência:

---

<sup>18</sup> O relatório, em versão francesa, está disponível ( em fevereiro de 2004) em [http://www.unesco.org/webworld/portal\\_archives/comp\\_studies\\_list.htm](http://www.unesco.org/webworld/portal_archives/comp_studies_list.htm)



PERÍODO	ANOS	VOLUME
1776 – 1861 (da Guerra de Independência à Guerra Civil)	85	3.000 M3
1861 –1914 (da Guerra Civil à 1ª Guerra Mundial)	53	45.000M3
1914 –1929 ( da 1ª Guerra Mundial à Crise de 29)	15	105.000M3
1929-1942 (da Crise de 29 à 2ª Guerra Mundial)	13	300.000M3
Estimativa de produção anual após a 2ª Guerra Mundial)		60.000M3
Produção em 1970		120.000M3

Fonte: ESPOSEL, 1994, p. 109)

3. o progresso tecnológico e econômico dos Estados Unidos e seu grande interesse pelos aspectos relativos à eficácia e à eficiência na administração, inclusive na administração pública. "... iniciava-se a era da administração científica..... a palavra chave das administrações ..... passou a ser eficiência" (Jardim, 1987, p. 36)

Dentro das recomendações da Comissão Hoover, e estabelecida pelo Federal Records Act, de 1950, foi criada uma nova agência na administração federal americana, o National Archives and Records Service - NARS<sup>19</sup>, com duas subdivisões principais: Office of Records Management e Office of the National Archives. Sob a tutela do primeiro, foram criados os "Records Centers" ,

<sup>19</sup> Em 1985 o NARS transforma-se em National Archives and Records Administration – NARA. O NARA é, hoje, a instituição arquivística mais bem situada na hierarquia das administrações públicas em todo o mundo. \*

"depósitos, algumas vezes especialmente construídos, para a armazenagem eficiente e de baixo custo, e acesso, para documentos semi-correntes esperando sua destinação final"<sup>20</sup> (NARA, 1986, p. 1b-14).

Assim, nos primeiros anos do pós-guerra se redefina o campo arquivístico

"..... a partir da intervenção nas seguintes etapas do ciclo documental: produção, utilização, conservação e destinação de documentos. Estas transformações tiveram impacto bastante relevante no perfil das instituições arquivísticas - como também na Arquivologia e nos profissionais da área -, inserindo-as profundamente na administração pública, na medida em que não mais se limitavam a receber, preservar e dar acesso aos documentos produzidos pelo Estado, mas, antes, assumem a liderança na execução das políticas públicas relacionadas à gestão de documentos." ( Jardim & Fonseca, 1998).

Estas transformações tiveram impacto bastante relevante no perfil das instituições arquivísticas - como também na Arquivologia e nos profissionais da área. Este impacto pode ser avaliado a partir da cisão, típica da arquivística norte-americana e de alguns países anglo-saxônicos entre: arquivistas, profissionais ocupados dos arquivos permanentes e "records managers", profissionais ocupados da gestão de documentos, constituindo categorias profissionais distintas.

Tal cisão vai muito além do que se poderia qualificar como questões corporativas e profissionais, e estabelece uma separação entre a Arquivologia e a

---

<sup>20</sup> "Records center ; a facility, sometimes especially designed and constructed, for the low -cost and efficient storage and furnishing of reference service on semi current records pending their ultimate disposition" (NARA, 1986, p. 1b-14)

Gestão de Documentos. O melhor exemplo desta posição surge justamente da tentativa de sua superação, quando entre os arquivistas canadenses se plasma o que ficou conhecido na literatura como "arquivística integrada", proposta como uma nova versão da disciplina. No "glossário" de sua importante obra "Os Fundamentos da Disciplina Arquivística" Carouf Couture e Jean-Yves Rousseau definem:

" Arquivística – disciplina que rege a gestão da informação orgânica (arquivos). Pode assumir três formas:

- uma forma exclusivamente administrativa (records management), cuja principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento;
  - uma forma tradicional, que põe a tónica unicamente no valor secundário do documento;
  - **uma forma nova, integrada e englobante, que tem como objectivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento.** "
- (COUTURE & ROUSSEAU, 1998, p.284, grifo nosso)

O interesse por tal cisão extrapola os estudos disciplinares, uma vez que a mesma parece ter sido incorporada aos estudos interdisciplinares, conforme fica claro em ROBREDO, 2003, quando ao estabelecer que áreas do conhecimento seriam incluídas na ciência da informação cita : "Durante estas décadas a informação tem sido envolvida: ... com as reivindicações teóricas da biblioteconomia e da gestão de documentos" (MARIJUAN, apud ROBREDO, 2003, p. 8 e 104)

Um aspecto relacionado aos itens analisados acima, ou seja, o princípio da proveniência e a gestão de documentos é o fato, nunca explorado na literatura arquivística, de que ambas as rupturas – e assim são consideradas na literatura – são provocadas por documentos tipicamente administrativos: o primeiro, o princípio da proveniência, tem sua origem numa Instrução de Serviço e o segundo, a gestão de documentos, num conjunto de artefatos burocráticos formado por: recomendações de uma comissão de reforma administrativa, o regimento de uma nova agência governamental e uma lei. Isto reveste-se de especial interesse nas tentativas de mapear os contornos disciplinares da Arquivologia, na medida em que relacionam-se ao entendimento dos conceitos de formações discursivas e de sistema de positivities, pilares da proposta de abordagem arqueológica de M. Foucault que rejeita que se reconheçam como unidades discursivas apenas aquelas que ele chama convencionais, ou seja, o *texto, a obra a ciência* e propõe que sejam Incluídos como elementos formadores das áreas de saber “as regras institucionais, as medidas administrativas, os textos jurídicos, ..... as reflexões políticas, as medidas legislativas, os programas de reforma...” (1971, p. 41)

Outros aspecto relacionado às características diplomáticas destes elementos relaciona-se à análise feita por Jardim (1999), na qual entretence os postulados teóricos de Chartier, Bourdieu e Polantz, urdindo, definitivamente, a inserção dos arquivos e da Arquivologia no quadro das “escritas” e dos “saberes”

de Estado. Esta abordagem é fundamental para o reconhecimento das fronteiras da disciplina arquivística e de suas possibilidades interdisciplinares.

Seguindo os passos de (Jardim), em sua análise do pensamento de (Bourdieu), temos:

"Em torno de uma escrita do Estado, Bourdieu (1996, p.105) assinala como este "concentra a informação, que analisa e redistribui. Realiza, sobretudo, uma unificação teórica. Situando-se do ponto de vista do Todo, da sociedade em seu conjunto...". O Estado é o responsável pelas operações de totalização (recenseamento, estatística, contabilidade nacional) objetivação (cartografia) por meio da escrita, **"instrumento de acumulação do conhecimento (por exemplo, os arquivos)** e de codificação como unificação cognitiva que implica a centralização e monopolização em proveito dos amanuenses e letrados" (grifo do autor). Configura-se, assim, uma ação unificadora do Estado, produzindo e legitimando uma cultura dominante, tal como também sugerido por Gramsci." (JARDIM, 1999, p. 45 )

Também (Poulantzas) oferece uma expressiva síntese daquilo que se procurou estabelecer neste item, ou seja: as relações entre a Arquivologia e os pressupostos da Modernidade e sua consolidação como saber autônomo na busca para soluções de eficácia e eficiência para os problemas da gestão documental da administração pública:

**"mais ainda que o discurso-fala representa aqui a articulação e a ventilação saber-poder em seu seio. Do traço escrito, da nota, das relações com os arquivos, nada existe, sob certos aspectos, para esse Estado, que não seja escrita, e tudo que nele**

**se faça deixa sempre uma marca escrita em alguma parte.** ... Trata-se de uma escrita anônima, que não repete um discurso mas torna-se trajeto de um percurso, que traça os lugares e os dispositivos burocráticos, percorre e figura o espaço centralizado-hierárquico deste Estado. Escrita que ao mesmo tempo espacializa e cria espaços lineares e reversíveis nesta cadeia consecutiva e segmentarizada que é a burocratização, **papelada da organização estatal moderna que não é simples detalhe pitoresco mas um traço material essencial à sua existência e funcionamento, cimento interno de seus intelectuais-funcionários, encarnando a relação deste Estado e do trabalho intelectual.**"(p.67, grifo do autor) " (POULANTZAS, apud JARDIM, 1999, p. 46)

### 3.3. TRADIÇÃO MANUALÍSTICA E SUAS LIMITAÇÕES: A GENERALIZAÇÃO DO PARTICULAR E IMPÉRIO DA NORMA

Na introdução às Atas do Terceiro Colóquio Internacional de Formação Arquivística, em 1990, promovido pela Seção de Educação e Treinamento Arquivístico do CIA, seu presidente, o arquivista alemão Eckhart Franz classifica como revolucionária a "onda" de novos manuais arquivísticos observada no final dos anos 80.

" ... É fascinante ver que os clássicos da literatura arquivística, o Manual Holandês, de Muller, Feith e Fruin, os trabalhos básicos de Jenkinson, Casanova e Schellenberg, que continuavam a ser reimpressos desde os anos 60, foram, ultimamente, superados por uma onda de novos manuais e textos em diversas línguas, que dão uma visão atualizada da teoria e da prática arquivísticas. Como exemplos devem ser citados "Arquivos no Século XXI", de Couture, no Canadá (1982/83), o novo manual italiano de Carucci e Lodolini (1983/84), os textos franceses de Hildesheimer, F. Durand-Evrard e C. Durand (1984/85), o "Gestão de Informações Arquivísticas", de Cook (1986), e os manuais que foram e estão sendo publicados pelas Associações Americana, Australiana e Holandesa (desde 1986/87), e, mais recentemente, o novo manual espanhol de A. Herrea, Arquivística Geral (1989). " (FRANZ, 1991, p. 12)

Em 1989, a Seção de Formação Profissional do Conselho Internacional de Arquivos propôs que um estudo comparativo avaliando os manuais e livros-texto arquivísticos fosse incluído entre os objetivos do Plano de Ação do Conselho. A partir desta proposta, o Conselho obteve junto à UNESCO o projeto de realização de um estudo RAMP<sup>21</sup> (Records and Archives Management Program) sobre a literatura arquivística. A proposta básica do estudo seria chegar, a partir de consultas feitas a diversos países, a um conjunto de manuais e livros-textos que pudessem ser considerados como exemplares da espinha dorsal da teoria arquivística, e que, como tal, pudessem ser publicados como material de interesse comum, para uso didático em nível internacional.

---

<sup>21</sup> O RAMP foi um programa desenvolvido dentro do Programa Geral de Informações da UNESCO, com objetivo de promover a gestão dos arquivos nos países em desenvolvimento. As áreas de maior atividade do RAMP foram infraestrutura, treinamento e educação, proteção da herança arquivística, aplicação de tecnologias da informação e pesquisa em Arquivologia. \*

Apesar da inegável importância que o Conselho Internacional de Arquivos dá a questão dos manuais e livros-textos, algumas dificuldades básicas foram identificadas por Franz (1991) no que diz respeito à abrangência possível deste tipo de literatura. Tais dificuldades poderiam ser resumidas em 3 pontos básicos:

### **1º - cobertura temática da publicação:**

A abrangência cada vez maior daquilo que se poderia chamar de um temário arquivístico torna quase impossível seu esgotamento em obras do tipo manuais e livros-texto. O rápido crescimento deste temário e a conseqüente obsolescência de suas afirmações face ao rápido desenvolvimento tecnológico e às mudanças político administrativas porque passam os diferentes países provocam a necessidade de atualização constante, dificilmente compatíveis com este tipo de veículo

### **2º - abrangência nacional dos manuais e livros-textos:**

Este aspecto diz respeito, especialmente, às questões relativas à história dos arquivos, à legislação arquivística, à política nacional de arquivos e de informação, à estrutura das instituições arquivísticas, enfim, a uma gama bastante grande de temas cuja relevância não é questionada e que são sempre abordados em manuais e livros-textos sob um ponto de vista nacional ou local, com referências apenas superficiais à experiências internacionais. Este fenômeno transforma livros-texto e manuais em veículos de utilização apenas



parcial. As questões relativas à gestão de documentos, à avaliação de documentos, aos procedimentos de arranjo e descrição também são bastante variáveis de acordo com as tradições históricas e culturais dos diferentes países, o que diminui ainda mais as possibilidades de utilização extensiva destes documentos.

### **3º - abrangência quanto ao nível de aprendizagem em que serão aplicados:**

Na maioria dos países, o ensino da Arquivologia pode se dar em diferentes níveis, de acordo com o público a que se destina, seja ele o profissional de nível acadêmico ou científico ou o profissional de nível técnico. Para cada um destes públicos, a necessidade de literatura se modifica, colocando carências específicas que não são supridas com manuais e livros-texto de abrangência geral.

O estudo Ramp proposto pela Seção de Formação Profissional foi levado a cabo e publicado em 1992 sob o título *Manuals and textbooks of archives administration and records management: a RAMP study*.

O estudo analisou 185 obras, que foram categorizadas a partir do seu conteúdo. ((RASTAS, 1992.)). Um quadro sintético da tipologia dos documentos abordados, a partir das categorias estabelecidas para o estudo revela que os

manuais e textos gerais ocupam um lugar de destaque entre as publicações na área, representando ¼ das publicações analisadas.

<b>CATEGORIAS</b>	<b>Nº DE PUBLICAÇÕES</b>	<b>%</b>
1. Obras de referência, manuais e livros-texto, coletâneas de artigos	<b>45</b>	<b>24,3</b>
2. Terminologia	<b>5</b>	<b>2,7</b>
3. Teoria Arquivística	<b>6</b>	<b>3,2</b>
4. Legislação e organização, legislação, organização e planejamento	<b>12</b>	<b>6,4</b>
5. Administração de arquivos, gestão de documentos, avaliação e eliminação, arranjo e descrição, serviços para o usuário e acesso, guias para o usuário	<b>32</b>	<b>17,2</b>
6. Conservação e restauração, edifícios e equipamentos, segurança, climas tropicais	<b>22</b>	<b>11,8</b>
7. Serviços arquivísticos, arquivos nacionais e arquivos da administração pública, arquivos locais, arquivos de empresas, arquivos privados, outros	<b>31</b>	<b>16,7</b>
8. Documentos especiais, materiais gráficos (mapas, plantas e desenhos técnicos), fotografias e microformas, material audiovisual, documentos eletrônicos	<b>15</b>	<b>8,1</b>
9. Novas tecnologias, reprografia e microformas, automação, história oral	<b>9</b>	<b>4,8</b>
10. Treinamento arquivístico	<b>8</b>	<b>4,3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>185</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** RASTAS, P. Manuals and textbooks of archives administration and records management: a RAMP study .

UNESCO : Paris, 1992.

### 3.4 O OBJETO SUAS MÚLTIPLAS FACETAS:

Outro aspecto que vale a pena considerar relevante nesta análise das "decorrências" relativas às considerações em torno do Manual dos Holandeses, e que seus estudiosos não parecem considerar merecedora de destaque, é o fato de que o Manual não menciona, em nenhuma das suas 100 normas ou princípios, a questão explícita da Arquivologia. Em nenhum momento o Manual explicita qualquer intenção de codificação de um campo de conhecimento. Na realidade todas as 100 normas são decorrentes da primeira, na qual os autores se dedicam a definir o que é um arquivo. Em suas próprias palavras, afirmam " esta definição de arquivo, que colocamos aqui como base sobre a qual se erguerá todo o resto..." (Associação Dos Arquivistas Holandeses, op. cit. p. 13) . Todo o resto, pois, é decorrência do bom entendimento desta definição, sobre a qual os autores debruçaram-se minuciosamente, analisando a importância e o sentido de cada uma de suas locuções.

"Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado **órgão administrativo** ou por um de seus funcionários ,na medida em que tais documentos se destinavam a **permanecer na custódia deste órgão ou funcionário.**" (idem, grifo nosso)

Esta definição traz em si os dois problemas que justificam a opinião expressa pelo teórico italiano Elio Lodolini (1990), sobre os aspectos controversos do conceito de arquivo.

"(Lês) "archives", (the) "archives", "Archiv" "archivo" "archivio" " archief" parecem indicar o mesmo conceito, respectivamente em francês, inglês, alemão, espanhol, em italiano e em holandês, isto é, nas seis línguas em que é redigido o Elsevier's Lexicon of Archive Terminology.<sup>22</sup>

<sup>22</sup> Esta publicação resulta do trabalho do Comitê de Terminologia do Conselho Internacional de Arquivos, criado em 1953. A preocupação com a questão da terminologia arquivística aparece com uma das principais questões do Conselho desde sua criação. (\*)

Dizemos parece porque após um exame apenas um pouco aprofundado se percebe que, para lá do aspecto estritamente léxico, o significado que em cada uma das línguas se dá ao termo arquivo é profundamente diferente.”  
(idem, p. 47, tradução nossa)

Os dois problemas apontados por Lodolini<sup>23</sup> são:

1. a extensão do arquivo. Aqui o problema se refere: 1) a considerar-se como arquivo os documentos produzidos por *instituições, públicas ou privadas, e pessoas físicas*; 2) a considerar-se como arquivo somente os documentos produzidos por uma *instituição, não por uma pessoa física ou por famílias*.

Os arquivistas holandeses são muito explícitos em sua visão doutrinária a este respeito quando formulam o princípio de número três:

“ 3. Os órgãos administrativos e os empregados de entidades privadas também podem originar um arquivo.

.....No entanto não abrange o exposto os chamados “arquivos de família”. Constituem estes, por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que os vários membros de determinada família, ..... reuniram e conservaram. Os documentos de um arquivo de família não formam “um todo”; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a conexão orgânica de

---

<sup>23</sup> Aqui inverteu-se a ordem dos problemas como foi estabelecida por Lodolini para que pudessem ser feitos, sem solução de continuidade no texto, os comentários e acréscimos julgados pertinentes.

um arquivo no sentido em que o define o presente Manual”  
(Associação dos Arquivistas Holandeses, op.cit. p. 19)

Sobre este tema, ou seja, sobre a “possibilidade de uma estrutura conceitual comum para arquivos públicos e arquivos pessoais” (COOK, 1998) foi publicado, em 1998, um número especial da Revista Estudos Históricos, do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Sob o título **Arquivos Pessoais**, o n. 21 da Revista comemora os 25 anos do Centro publicando os resultados do Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, realizado em 1997, sob os auspícios da Fundação Getúlio Vargas e da Universidade de São Paulo.<sup>24</sup>

Terry Cook em sua análise desta questão não minimiza sua importância: “...Entre esses dois tipos de arquivos, o público e o pessoal, o oficial e o individual, existe em muitos países uma divisão incômoda, ou mesmo uma tensão.” (Idem).

2: o momento em que “nasce” um arquivo. As tradições arquivísticas, aqui, podem ser divididas em duas posições: 1) aquela que estabelece o nascimento do arquivo no momento mesmo em que os documentos são produzidos na administração; 2) aquela que estabelece que um arquivo é constituído apenas quando, estabelecida e levada a efeito a avaliação e a eliminação dos documentos, se chega a um conjunto que tenha

<sup>24</sup> A Revista Estudos Históricos está disponível on line em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/revista.html>

“adquirido dignidade e maturidade arquivística e que seja transferido do órgão produtor para uma instituição <sup>25</sup> encarregada , de modo específico, de sua conservação.” (idem, p.54)

Estas posições são a origem de uma série de problemas terminológicos e conceituais, enfatizando a cisão sobre a qual falou-se no item anterior. Muitas vezes ultrapassando mesmo o que seria uma cisão, palavra que supõe uma unidade anterior. São profundamente relacionadas às tradições culturais e administrativas de cada país, e são emblemáticas das dificuldades em se ver estabelecida uma disciplina arquivística internacional.

O tema da inconsistência existente em torno do conceito de arquivo será retomado e aprofundado no próximo capítulo deste trabalho, tendo em vista que constitui um dos paradigmas sobre os quais percebem-se mudanças.

À pouca unidade em torno do conceito de arquivo, corresponde o mesmo *quantum* de divergência em torno da Arquivologia e seu(s) objeto(s) e em torno dos arquivistas e seu papel social.

“ Refletimos sobre novas dimensões da Arquivologia, levamos, portanto, à hipótese de que a área encontra-se em vias de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços. Espaços científicos, tecnológicos, sociais. Espaços de crise e crescimento.”  
(JARDIM, 1998, p. 1

---

<sup>25</sup> O fato das instituições com esta função nas diferentes tradições administrativas chamarem-se, também, arquivos parece fortalecer esta posição.

No próximo capítulo se tentará estabelecer as principais linhas do pensamento arquivístico atual, considerando a hipótese acima de que se está vivendo um momento de grandes transformações, que alguns autores da área <sup>(\*)</sup> identificam, inclusive, como um momento de mudança de paradigma.

#### 4. ARQUIVOLOGIA HOJE: MAPEANDO RUPTURAS

Como se procurou estabelecer no capítulo anterior, a Arquivologia foi profundamente marcada, em suas origens, pelos seus aspectos pragmáticos, vinculado às práticas burocráticas visando a eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos. A questão da Arquivologia enquanto área de conhecimento, ou ciência, não era um tema prioritário entre os autores da chamada "Arquivologia Clássica". O mapeamento de suas fronteiras disciplinares estava "dado" pelas suas características em termos de seu objeto, seus objetivos e métodos, os quais poderiam ser resumidos da seguinte forma:

**1)** O objeto da "Arquivologia clássica" era identificado pelo conjunto de documentos produzidos ou recebidos por uma dada administração, era o arquivo (fond d'archive), custodiado por uma instituição arquivística; **2)** suas principais entidades eram os documentos de arquivo como "artefatos" físicos, e as interações entre estas entidades eram consideradas orgânicas por natureza:



"Importa muito que não percamos de vista a tríplice dimensão do objeto da Arquivologia e *sua ordem*: arquivos - documentos de arquivo - informação." (Heredia, 1993 ,p.32, grifo nosso)

"Eles [os arquivos] têm, conseqüentemente, uma estrutura, uma articulação e uma **natural** relação entre suas partes, as quais são essenciais para sua significação. A qualidade de um arquivo só sobrevive em sua totalidade se sua forma e relações originais forem mantidas." JENKINSON,H. *apud* LAROCHE, 1971,p.8 ( tradução e grifo nossos)

Esta visão, no entanto, não é prerrogativa do pensador britânico do início do século XX. Ainda hoje eminentes teóricos afirmam a naturalidade da acumulação arquivística, como, por exemplo, Luciana Duranti, que, ao estabelecer as características dos registros arquivísticos inclui:

**"Naturalidade:** os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados naturalmente nas administrações, em função dos seus objetivos práticos; os registros arquivísticos se acumulam de maneira contínua e progressiva, como sedimentos de estratificações geológicas, e isto os dota de um elemento de coesão espontânea, embora estruturada (organicidade)." (1994,p. 3 )

3) Os objetivos e 4) a metodologia poderiam ser descritos como o controle físico e intelectual dos documentos, a partir da aplicação do princípio da proveniência e do seu desdobramento na ordenação dos documentos de acordo

com a organização dada no órgão produtor, na perspectiva de contribuir, para o controle da administração de uma maneira geral, e da administração pública em particular, para a preservação da memória e para a garantia de fontes para a História.

"Sendo imparciais no que diz respeito à criação, autênticos no tocante aos procedimentos, e inter-relacionados no que tange ao conteúdo, os registros documentais estão aptos a satisfazer os requisitos da legislação sobre valor probatório e constituem a melhor forma não só de prova documental mas de prova em geral. De fato, os registros, além das necessidades do direito e da história, servem à "transparência das ações", um novo e atraente nome para o que mais tradicionalmente constitui a obrigação de prestar contas (accountability) tanto do ponto de vista administrativo quanto histórico" (Duranti, 1994, p.55, grifo nosso)

Duas abordagens complementares podem ser consideradas como predominantes nas reflexões sobre o campo do conhecimento arquivístico hoje: aquela que identifica o momento de uma mudança de paradigma e aquela que identifica sua inserção numa nova "episteme" – a pós-modernidade. Ambas as abordagens apontam para mudanças importantes na estrutura da disciplina arquivística e, mais ainda, na maneira pela qual a Arquivologia caminha para ser vista como área de conhecimento autônoma .

As duas abordagens não são excludentes; ao contrário, são mutuamente referentes e a opção por mapeá-las em separado é uma opção de sistematização, baseada nas ênfases analíticas dos autores envolvidos na discussão.

#### 4.1 RUPTURA DE PARADIGMAS:

O modelo de análise da história da ciência elaborado por Thomas Khun em "A Estrutura das Revoluções Científicas" tem sido bastante usado por teóricos da Arquivologia; tem sido publicados importantes textos em que se discute a ruptura de paradigma vivida pela a área atualmente, caracterizando, segundo a proposta de Khun, que a Arquivologia vive um momento de "revolução científica."

Um **paradigma**, na teoria de Khun "é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma" (1991, p.219, grifo do autor). Aquilo que é capaz de provocar um estremecimento na estrutura de um paradigma é uma **anomalia**, "um fenômeno para o qual o paradigma não preparou o investigador" (idem,p.84). A partir daí, emerge um novo paradigma, que é mais do que a rearticulação do paradigma "deposto" , mas um novo paradigma significa "uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos dos seus métodos e aplicações" (ibidem, p.

116). Esta passagem de um paradigma para outro é o que Khun chama de "revolução científica"

Dentre os autores que utilizam o modelo proposto Thomas Khun em suas reflexões sobre a Arquivologia destaca-se Theo Thomassem, cuja análise identifica o fim da primeira revolução científica da Arquivologia, e o conseqüente estabelecimento de um paradigma, na publicação do Manual dos Holandeses, no final do século XIX. Esta revolução estava marcada pela superação da tradição diplomática, ou seja, a análise dos itens documentais individualmente e a consolidação paradigmática da tradição administrativa, ou seja, a primazia do conjunto arquivístico (fonds d' archive) e sua dependência em relação ao órgão produtor e à instituição de custódia.

A leitura de Thomassem sugere que ele identifica o desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação como a anomalia que está vetoriando uma mudança de paradigma na Arquivologia :

"... em nosso caso, o assombroso desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação deu origem a novas idéias, as quais, num certo ponto, não podem ser integradas às tradições arquivísticas existentes... No início dos anos 80 ficou claro que os computadores afetariam tremendamente o mundo arquivístico, mas a maior parte dos arquivistas ainda considerava o computador como uma simples ferramenta técnica." (1999,p. 7, tradução nossa)

Justificando sua afirmativa de que a primeira revolução científica na Arquivologia foi uma revolução européia e que a segunda, a que se vive hoje, é originária da América do Norte, Thomassen identifica o arquivista canadense Hugh Taylor como o primeiro autor a reconhecer que as mudanças no mundo arquivístico geradas pelas novas tecnologias da informação eram muito mais do que simplesmente técnicas, significando uma ruptura paradigmática.<sup>26</sup>

Considerando que a "revolução científica" está em curso, Thomassen afirma que tentar caracterizar os emergentes objeto, objetivos e metodologia de uma renovada disciplina arquivística é muito difícil:

"Nós estamos, como Cristóvão Colombo, no meio de um estágio exploratório, no meio de uma revolução científica, e nós não conseguimos evitar completamente descrever novo paradigma com os termos do antigo e chamar os nativos americanos de índios, correndo o risco de estarmos geográfica, política ou cientificamente incorretos" (idem, p. 9)

Como Cristóvão Colombo, também Thomassen correu os riscos e estabeleceu sua análise sobre os elementos do novo paradigma da disciplina arquivística em termos de seu objeto, seus objetivos e sua metodologia.

---

<sup>26</sup> O artigo a que Thomassen se refere, "Transformation in the Archives: technological adjustment or paradigm shift?" foi publicado em *Archivaria*, n. 25, 1987-1988. Este periódico, certamente um dos mais importantes da área, editado pela Associação dos Arquivistas Canadenses não está disponível em nenhuma biblioteca brasileira.

**1) O objeto da Arquivologia na perspectiva de um novo paradigma** emergente desloca-se do "arquivo" para a informação arquivística, ou, "informação registrada orgânica", termo cunhado por arquivistas canadenses, ou seja, a informação gerada pelos processos administrativos e por eles estruturada, de forma a permitir uma recuperação em que o contexto organizacional destes processos seja o ponto de partida.<sup>27</sup> Segundo Thomassen, este é um objeto duplo, uma vez que se refere à informação arquivística (conteúdo semântico do documento) e ao seu contexto gerador, ou seja, o processo de criação dos documentos (conteúdo diplomático do documento). "Ficam claros, desta forma, os dois níveis de informação contidos num arquivo: a informação contida no documento de arquivo, isoladamente, e aquela contida no arquivo em si, naquilo que o conjunto, em sua forma, em sua estrutura, revela sobre a instituição ou sobre a pessoa que o criou." (FONSECA, 1996, p. 41). **2) Suas entidades fundamentais** também são duplas: o documento individual e suas relações com os seus processos administrativos geradores. **3) Seu objetivo** vai além da acessibilidade; é a manutenção da "qualidade arquivística", ou seja, da clareza, da força e da resistência dos laços entre a informação e o processo administrativo que a gerou. **4) a metodologia** consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise das relações entre documentos e seus geradores, de forma a estabelecer, manter e analisar a autenticidade, a segurança e a fidedignidade dos documentos.

<sup>27</sup> Uma representação gráfica dos caminhos da informação – orgânica e não orgânica – dentro das organizações pode ser vista no Apêndice 2.

Apesar de reconhecer que estas rupturas tem sido provocadas em larga escala pelo que ele qualifica de "revolução digital", Thomassen afirma que o novo paradigma da Arquivologia é mais do que a passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos. Mais do que isso, é a passagem para uma Arquivologia pós-custódia, ou Arquivologia pós-moderna.

"Pela primeira vez em seu desenvolvimento, a Arquivologia está se transformando em ciência. Em sua fase pré-paradigmática [anterior ao Manual dos Holandeses] não era uma ciência de forma alguma, em seu estágio clássico não foi mais que um ciência auxiliar da História, mas agora, em sua etapa pós-moderna, está adquirindo estatura de ciência, tão autônoma quanto as outras Ciências da Informação e quanto a História." (op.cit. p. 10)

#### 4.2 ARQUIVOLOGIA PÓS-MODERNA

Pode-se considerar que a abordagem identificada como "Arquivologia pós-moderna" ou "Arquivologia pós-custodial" surge no Canadá no início da década de 1990. Os principais pressupostos desta abordagem recaem, naturalmente, nos princípios identificados com os preceitos do pensamento pós-moderno.

Terry Cook, que se pode considerar o "pai" desta abordagem, afirma

que:

"O pós-moderno desconfia da idéia de verdade absoluta baseada no racionalismo e no método científicos. O contexto por trás do texto, as relações de poder que conformam a herança documental, lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto. Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado<sup>28</sup>, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência. .... Os pós-modernistas procuram desnaturalizar o que presumimos natural....O pós-modernista toma tais fenômenos "naturais" — seja o patriarcalismo, o capitalismo, a religião ou, poderia eu acrescentar, a ciência arquivística tradicional — e afirma que são "antinaturais", ou "culturais" ou, no mínimo, "construções sociais" de um tempo, lugar, classe, gênero, raça etc. específicos." (COOK, 1997a, p. 15-16 )

Dentro da perspectiva destes pressupostos Cook (1997b) identifica 5 pontos, que ele mesmo classifica como amplos, de mudanças emergentes que deverão nortear as reconceituações necessárias ao desenvolvimento da área num mundo pós-moderno. Trazer aqui uma síntese destes pontos contribuirá para o entendimento das finalidades desta pesquisa:

---

<sup>28</sup> Aqui é interessante observar que a noção de representação da informação é estranha à Arquivologia, que tem preferido o termo descrição para identificar estas operações. Esta escolha é emblemática dos problemas que se pretende discutir neste capítulo.



1) uma mudança nas razões mesmas pelas quais arquivos devem ser preservados, uma mudança que desloca as razões da preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa, ancorada em conceitos de estado, para uma justificativa sócio – cultural, ancorada em políticas e usos públicos mais amplos. Instituições arquivísticas foram tradicionalmente fundados por Estados, para servi-los, como parte de sua estrutura hierárquica e cultura organizacional. A Arquivologia, então, como já foi afirmado neste trabalho, plasmou-se como “saber de Estado”, no estudo das características e propriedades de documentos públicos, em especial dos mais antigos... Embora a manutenção dos registros arquivísticos para assegurar a prestação de contas e a continuidade administrativa governamentais e a proteção dos direitos individuais dos cidadãos ainda serem considerados propósitos fundamentais para a preservação dos arquivos, a “ principal justificativa para a existência dos arquivos para a maioria dos usuários, e para o público em geral, repousa no fato de os arquivos serem capazes de oferecer aos cidadãos um senso de identidade, de história, de cultura e de memória pessoal e coletiva” (COOK, 1997b,p.24). Essa perspectiva, de transbordamento da noção de arquivo para além dos limites institucionais e, mais ainda, dos limites das instituições estatais é mencionada por (Chabin) (2002) no seu estudo sobre o uso da palavra “archives” na imprensa francesa:

“Claro que a palavra é mais freqüentemente usada para descrever as responsabilidades dos serviços públicos de arquivo ou o uso de arquivos históricos para publicação ou exposição. Contudo, o uso do termo “archives” na

imprensa vai além dos contextos tradicionais e hoje tem sido usado, recorrentemente, para temas que parecem novos para mim.” (p.1, tradução nossa)

Nessa mesma linha analítica, Ketellar afirma:

“Pergunte a qualquer mecanismo de busca pelo termo “archives” e obterá milhões de respostas (Google em 16 de agosto de 2001 trouxe 24,3 milhões, em 21 de abril de 2002, 33,2 milhões) e a maioria deles não são relativos a “arquivos” ou “documentos de arquivo” no sentido da terminologia arquivística, mas são uma expressão do valor que a sociedade associa à preservação do presente para uso futuro. Arquivar, então, não é relativo à história, mas ao futuro.” (2002, p. 3)<sup>29</sup>

Além disso, as instituições arquivísticas deixarão de ser lugares onde os usuários vão obter informações para serem provedores de acesso remoto, via Internet, a milhares de sistemas arquivísticos interligados .

2) outra mudança relaciona-se a como os arquivistas vem tentando preservar documentos como evidências autênticas e confiáveis de atos e transações. Arquivistas ao longo do século passado tentaram entender e iluminar o contexto de proveniência dos documentos tanto quanto seu conteúdo. O primeiro compromisso dos arquivistas, com esta premissa, era com a proteção

---

<sup>29</sup> Em 26 de fevereiro de 2004 foram 76 milhões de respostas.

da proveniência, preservando uma ordem original para os documentos quando não eram mais "úteis" para uma matriz geradora. Hoje arquivistas estão tentando assegurar estas características garantindo que os documentos sejam criados de acordo com padrões aceitáveis de evidência, e garantir, além disso, que todos os atos e idéias importantes estão sendo adequadamente documentados . Num mundo de mudanças rápidas e organizações muito complexas, que criam um volume enorme e descentralizado de documentos, num mundo de documentos eletrônicos, com seus registros virtuais e transitórios, seus bancos de dados relacionais e "multi purposes" e suas redes de comunicação interinstitucionais, nenhum registro confiável sobreviveria e estaria disponível para o futuro se o arquivista não interferisse na sua preservação antes mesmo de sua criação " a confortável noção de valor permanente de documentos de arquivo através dos tempos deve ser modificada pela simples razão de que os documentos eletrônicos serão ilegíveis ou terão que ser recopiados e sua estrutura e funcionalidade reconfiguradas em novos softwares em espaços de poucos anos" (p.25 , tradução nossa). Os métodos tradicionais de preservação de documentos de arquivo baseados em padrões apropriados de restauração, armazenagem e uso dos suportes físicos ficam irrelevantes na medida em que os documentos devem migrar seus conteúdos muito antes da deterioração física de seus suportes, o que está trazendo uma importante reconfiguração dos pressupostos de proveniência, originalidade e funcionalidade dos documentos. Assim, o princípio da proveniência

muda sua perspectiva de relacionar um documento diretamente a seu "lugar" individual numa hierarquia organizacional tradicional, para se transformar num conceito mais elástico, refletindo as funções e processos na criação dos documentos, dentro e através de organizações em constante mudanças, interagindo com uma clientela também mutável, refletindo diferentes culturas organizacionais, na maioria das vezes menos verticalizadas, ligadas em rede de curta duração. " Proveniencia, em suma, está relacionada a função e atividade mais do que a estrutura e lugar. Proveniência passa a ser mais virtual que física." ( 2002, p.10)

3) o terceiro tema refere-se à origem da teoria arquivística. Um século atrás, os princípios arquivísticos eram derivados de uma análise de documentos individuais baseada na Diplomática e de regras estabelecidas para o arranjo e descrição de séries documentais fechadas, produzidas por estruturas administrativas estáveis e mono-hierárquicas. Uma perspectiva bastante diferente se estabelece hoje. O foco transfere-se, agora, do documento em si para o seu contexto de produção, do artefato físico para os objetivos de sua criação. A teoria arquivística se ancora, hoje, na análise dos processos de criação dos registros do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas. Pode-se subdividir este tema: a) o documento : as partes componentes dos documentos – estrutura, conteúdo e contexto – antes fixadas e reunidas num único meio físico,

formando uma unidade lógica e física, hoje estão dispersas em diferentes espaços de armazenagem de dados, numa dispersão lógica e física. O documento mudou, então, de um objeto físico para um objeto conceitual, controlado por meta – dados que combinam virtualmente conteúdo, contexto e estrutura. Documentos deixam de ser artefatos fechados : “... o documento não é mais um objeto passivo, um registro de evidência, mas um agente ativo, jogando um papel contínuo na vida de indivíduos, organizações e sociedades.” (COOK, 2000, p. 10). b) os arquivos, ou “fond d’ archives”, à semelhança dos documentos, não mais são considerados como reflexos de uma dada e estática ordem física de acumulação, massim como a melhor e mais completa possibilidade de se capturar as múltiplas dinâmicas de criação e autoria que possam estar refletidas em documentos. c) o arranjo e descrição concentrando-se menos nos documentos e nos arquivos como entidades físicas e mais na compreensão das múltiplas inter- relações e usos dos documentos, bem como na incorporação de metadados funcionais do criador para os instrumentos arquivísticos de representação e recuperação da informação. d) a avaliação passará a ser uma operação deslocada da análise de um conjunto de documentos em relação ao seu potencial interesse para a pesquisa para se transformar numa operação voltada para a análise das funções sociais do criador dos documentos, seus programas e atividades e para a seleção de documentos que melhor sintetizem estas funções, programas e atividades. e) a preservação não mais será voltada para a restauração, conservação e guarda adequada dos

documentos físicos, mas, ao contrário, seu principal objetivo será a migração e emulação constantes dos conceitos e inter relações que agora definem os documentos eletrônicos para novos softwares. O importante, agora, é a preservação de conteúdos.

4) o quarto tema que emerge nesta análise relaciona-se com o fato de que hoje o arquivista deve ser um mediador ativo na "formatação da memória coletiva através dos arquivos" (idem, p. 11).

"Os arquivistas evoluíram de ascéticos e frios guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de preservação e gestão , selecionando para preservação somente uma minúscula parcela do grande universo de informações registradas. Arquivistas transformam-se dessa forma em ativos construtores de suas "casas de memória" . Assim, devem estar atentos, a cada dia, com o exame das suas políticas nos processos de criação e formação da memória arquivística." (COOK, 1997, p. 26)

5) o quinto e último tema que emerge da análise de Cook diz respeito ao fato de que a teoria arquivística não deve ser vista, como muitas vezes é, como um conjunto imutável de leis, estabelecidas desinteressadamente e guardando verdade para sempre; tampouco é linear,

formada a partir de um consenso universal. Ao contrário é uma colagem de diferentes , superpostas e contraditórias idéias coexistindo e misturando-se.

"A teoria arquivística evoluiu através de amplas fases da história social, e as refletiu : do positivismo europeu do século XIX para o "administrativismo" do "New Deal" americano, passou pelo Macluhanismo centrado na mídia dos anos 60 e, mais recentemente, para um historicismo pós-moderno. Se reconhecida, esta natureza mutante da teoria arquivística será sua força e não sua fraqueza" (idem, p. 26, tradução nossa)

É inegável o interesse das novas perspectivas da teoria arquivística que se desenham hoje. Contudo, é inegável, também, sua estreita relação com uma realidade européia e norte-americana. Para uma realidade latino-americana, na qual nem os preceitos de uma Arquivologia positivista foram consolidados, na qual ainda não se conseguiu estabelecer relações "administrativistas" com os órgãos da administração pública, é bastante inquietante pensar em termos de uma Arquivologia pós-moderna voltada para lidar com os registros de uma realidade cada vez mais "virtual" .

"Esta desigualdade expressa uma certa geopolítica da informação e relaciona-se à distribuição geopolítica dos recursos informacionais disponíveis no planeta, cuja concentração em alguns países implica em limitações consideráveis de acesso à informação. ....Os arquivistas

latino-americanos constituem um coletivo profissional no qual se inserem diversos perfis, mas têm em comum a sua inserção em sociedades profundamente desiguais, periféricas na ordem internacional da informação. .... - um arquivista latino-americano tende, por princípio, a confrontar-se com problemas semelhantes, no gerenciamento arquivístico, a dos seus colegas de países de centrais. Ao contrário da maioria dos seus colegas do chamado Primeiro Mundo, não conta, porém, com políticas públicas de arquivos, administra um enorme déficit de gestão arquivística causado por anos de negligência do Estado e tem uma escassa visibilidade social." (JARDIM & FONSECA, 2003)

Nos países europeus e na América do Norte grandes e complexos projetos internacionais e interinstitucionais de pesquisa vem sendo desenvolvidos, há quase uma década, envolvendo governos, universidades, indústria, e instituições arquivísticas na busca por soluções para a garantia do que foi chamado, no início deste capítulo, de "qualidade arquivística" dos documentos eletrônicos. É expressiva sua importância para a pesquisa arquivística.

Em seu artigo sobre o "estado da arte" da pesquisa arquivística, COUTURE e DUCHARME (1998-1999) apontam diversas tipologias sugeridos por diferentes autores, sistematizando o que deveria constituir os campos de pesquisa em Arquivologia. Entre os 5 modelos trazidos no artigo, 4 estabelecem tipologias na esfera específica dos documentos eletrônicos. É ainda em relação aos documentos eletrônicos que Gracy identifica o campo das relações interdisciplinares com a



Ciência da Informação, entre as cinco condições que estabelece para o crescimento da pesquisa na área:

" 1. A pesquisa em Arquivologia deve superar a simples descrição de eventos; ela necessita de uma metodologia adequada, de análise comparativa, estatística, qualitativa e histórica; 2. a natureza da informação arquivística deve constituir um campo de pesquisa prioritário; 3. a pesquisa em Arquivologia deve recorrer às ciências da informação, sobretudo para o que se refere aos documentos eletrônicos; 4. a pesquisa em Arquivologia deve adquirir uma dimensão internacional; 5. devem ser empreendidos esforços sistemáticos para obter os recursos necessários ao financiamento da pesquisa arquivística." (GRACY, apud COUTURE e DUCHARME, op.cit. p. 14, tradução nossa)

No Brasil são muito tímidas as relações entre os responsáveis pelos projetos do Governo Eletrônico, pelo projeto Sociedade da Informação e os arquivistas.<sup>30</sup> Buscar as causas deste afastamento sugeriria o desenvolvimento de outra pesquisa. No entanto, não se poderia chegar a responder as questões envolvidas nesta pesquisa sem estabelecer, ainda que brevemente, as características da evolução do pensamento arquivístico no Brasil.

### 4.3 A ARQUIVOLOGIA NO BRASIL:

---

<sup>30</sup> Sobre estas questões foi publicado o pioneiro trabalho de Rosely Rondinelli, elaborado como dissertação de Mestrado em Ciência da Informação, no Programa DEP/IBICT e publicado pela Editora da Fundação Getúlio Vargas sob o título: "Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos".

Para que se possa balizar as tentativas de resposta às questões que orientam este trabalho, será pontuado um breve pano de fundo a partir da década de 1970.

Claro que história dos arquivos e da disciplina arquivística no Brasil poderia ser analisada desde muito antes da década de 1970, e esta é uma lacuna na historiografia da área em nosso país; mas, este esforço demandaria uma pesquisa exclusiva...

\* Justificativa

A década de 1970 foi de fundamental importância para estabelecer alguns parâmetros que, ainda hoje, definem as questões arquivísticas no Brasil: assim temos, em 1971, a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que exerceu uma indiscutível liderança nas conquistas posteriores.

“Na falta de uma centralização ou de uma coordenação administrativa que abranja a totalidade dos arquivos do Brasil, existe no País, desde 1971, um órgão não-oficial que assume função notável neste campo. Trata-se da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que conta atualmente com mais de 2000 sócios...”  
(DUCHEIN, 1979, p.28)

Estas conquistas podem ser enumeradas:

1) A promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, realizados regularmente desde então. Foram realizados, desde então 13 congressos. Aos esforços da comunidade arquivística brasileira para a realização regular dos

Congressos não correspondeu um esforço de efetiva divulgação de seus resultados técnico/científicos. Foram publicados os Anais de apenas 5 Congressos, sendo dois em CD ROM.

2) A publicação do primeiro periódico brasileiro especializado na área, a revista Arquivo & Administração, cuja publicação manteve periodicidade regular até 1986. O último número da revista foi publicado em 1999.

3) A criação dos cursos de Arquivologia em nível superior, sendo de 24 de janeiro de 1972 o voto da Câmara de Ensino Superior que aprova a criação de um curso de Arquivologia em nível superior.

4) A regulamentação das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, obtida em julho de 1978, quando é promulgada a Lei n.º 6.546, que dispõe sobre a regulamentação destas profissões. A profissão de técnico de arquivo nunca foi implementada, uma vez que nunca foi estabelecido um curso profissionalizante na área. Este é um fato relevante, na medida em, entre outros fatores ajudou a cristalizar uma visão monolítica do campo de trabalho na área, fazendo com que arquivistas e estagiários de Arquivologia se ocupem indiscriminadamente de todas as tarefas relacionadas com o fazer arquivístico.

A falência deste tipo nacional de associativismo, dando lugar à associações regionais, mais capazes, talvez, de lidar com as diversificadas realidades brasileiras, marca o final, nos anos 90 da liderança da AAB na área. Emblemático desta crise foi a não realização do 14º Congresso Brasileiro de

Arquivologia, em 2003, o que aponta para a necessidade de se construir novos mecanismos de consolidação do campo como área de conhecimento autônoma, como o restabelecimento de fóruns gerais de discussão teórica, em nível nacional.

A década de 1980, por sua vez, foi fortemente marcada pelo fortalecimento, infelizmente conjuntural, das instituições arquivísticas públicas, sob uma forte liderança do Arquivo Nacional.

"A história de todos os ramos de conhecimento e de todas as profissões é pontilhada de termos que repentinamente adquirem um novo sentido, eliminando as acepções anteriores. Foi o que ocorreu com a expressão "modernização de arquivos" na Segunda Conferência RAMP, realizada pela Unesco em junho de 1982. Até essa reunião, a expressão não possuía outro significado além do literal: melhoria das instalações, renovação dos equipamentos ou aperfeiçoamento dos métodos de trabalho dos arquivos. A alteração semântica foi determinada por uma intervenção da diretora-geral do Arquivo Nacional do Brasil, na qual propunha à Unesco o estabelecimento de um "projeto-piloto de modernização em uma instituição arquivística do tipo tradicional". O termo ingressou no vocabulário arquivístico com essa nova acepção, sob o peso dos 150 anos de história dos arquivos da América Latina." (KECSKEMÉTI, 1988, p.5)

Esta acepção significava romper com o círculo vicioso dos chamados "arquivos nominais" , ou seja, instituições arquivísticas presentes nos

organogramas das administrações públicas dos países latino-americanos, com todos os indícios de sua existência, tais como: " instalações, papéis timbrados e publicações periódicas, mas desprovidas dos recursos materiais e humanos indispensáveis ao exercício das funções arquivísticas essenciais." (idem)

Enumerar todos os pontos representativos desta modernização seria excessivo, uma vez que o projeto desenvolveu-se por toda a década de 1980, gerando uma série bastante grande de eventos e fatos. Entre estes destacar-se-ão aqueles considerados mais representativos em cada uma das vertentes do projeto:

1) na vertente de fortalecimento de uma rede nacional de instituições arquivísticas foi criado o Fórum de Diretores de Arquivos Estaduais, que reunia-se sistematicamente, e promoveu o estabelecimento de uma cooperação interinstitucional sem precedentes na história das instituições arquivísticas brasileiras. Sob a liderança do Arquivo Nacional, através da Coordenação do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, esta cooperação permitiu a realização de diversos cursos de capacitação em âmbito regional, foi responsável pela realização da Conferência Nacional de Arquivos Públicos, importante encontro de reflexão acadêmica e de fortalecimento político para as instituições envolvidas;

2 ) na vertente de um fortalecimento da importância da gestão arquivística dentro do projeto de reforma democrática do Estado brasileiro em

discussão na década de 1980, destaca-se o debate em torno de um projeto de Lei para os arquivos brasileiros. Apesar da lei de arquivos só ter sido promulgada em 1991, seu debate percorreu quase toda a década anterior; é preciso mencionar, também, (as demarches feitas pelo Arquivo Nacional junto à Assembléia Constituinte responsável pela elaboração da Constituição de 1988 no sentido de introduzir no texto constitucional referências à gestão arquivística em todos os seus níveis.) Destes esforços obteve-se - o que ficou aquém das expectativas -, a inclusão do art. 216, parágrafo 2º na nova Constituição: "Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem". Merece destaque, também, a presença das instituições arquivísticas nos debates da Reforma Administrativa Federal de 1985, constituindo a Câmara V - Racionalização, Simplificação e Descentralização Administrativa, da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental - CEPAD,<sup>31</sup>

3) na vertente da produção do conhecimento arquivístico no Brasil e de sua divulgação, destaca-se o lançamento da Revista Acervo, com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento das técnicas arquivísticas e da metodologia de pesquisa histórica, refletindo a produção brasileira nessas duas áreas. A partir de 1993, cada número da revista passou a ser dedicado a um tema distinto. A partir de 1996 a revista passou a publicar artigos exclusivamente historiográficos...;

<sup>31</sup> Foi publicado um documento relatando esta experiência, única na farta história das reformas administrativas brasileiras: CEPAD. A importância da informação e do documento na administração pública brasileira. Brasília : FUNCEP. 1987. ⊕

4) na vertente de uma qualificação internacional do pensamento arquivístico brasileiro, destaca-se o fato de arquivistas brasileiros serem convidados, pela primeira vez, para proferir palestras no Congresso Internacional de Arquivos; vários arquivistas brasileiros viajam ao exterior em bolsas de estudo e estágios. Na faceta política desta vertente, destaca-se o fato de o Brasil, pela primeira vez, ocupar um cargo na Secretaria Executiva do Conselho Internacional de Arquivos e a presidência e a vice-presidência da Associação Latinoamericana de Arquivos – ALA.

A década de 1990<sup>32</sup> pode ser caracterizada, dentro dos pressupostos desta pesquisa, como sendo o período de consolidação da Universidade como espaço político e acadêmico importante na configuração do campo arquivístico.

Neste período pode-se observar:

1) um aumento significativo do número de cursos de Arquivologia no país: desde 1972 foram criados 8 (oito) cursos regulares de formação de arquivistas em nível de graduação, sendo que 37,5% destes foram criados ainda na década de 70 – os da Universidade do Rio de Janeiro – UNI-RIO (1977), da Universidade Federal de Santa Maria (1977) e o da Universidade Federal Fluminense (1978). No início da década de 1990 foi criado o da Universidade de Brasília (1991) e, recentemente, na segunda metade da década de 90, os da Universidade Federal da Bahia, o da Universidade Federal do Rio Grande do Sul ,

<sup>32</sup> Parte dos dados utilizados nesta análise foram levantados para a elaboração do texto Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. Caderno de Textos. MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

o da Universidade Estadual de Londrina e o da Universidade Federal do Espírito Santo. Em 2003 foi criado o curso de Arquivologia da UNESP, campus de Marília. Há estudos sobre a criação de cursos de Arquivologia na Universidade de São Paulo e na Federal de Pernambuco. Assim, o crescimento dos cursos de Arquivologia no país é bastante significativo, tendo havido um aumento de mais de 100% de cursos na década de 90.

2) uma melhor qualificação do corpo docente dos cursos de Arquivologia: em relação ao corpo docente dos cursos, os dados levantados revelam que apenas 3,8% dos docentes não possui qualquer espécie de titulação de pós-graduação: que 23% são especialistas, 46% são mestres e 15% são doutores. 91% das dissertações e 100% das teses a que estes títulos dizem respeito foram aprovadas na década de 1990. Outro dado interessante é que 38,46 % dos docentes são graduados em Arquivologia.

3) um aumento da contribuição de autores vinculados à Universidade na produção científica da área: em seus estudos, já considerados como clássicos na área, Jardim (1999, a,b,c) aponta para uma predominância de autores vinculados à Universidade no quadro de artigos publicados em periódicos especializados na área. Ao longo da década de 1990, os autores vinculados à Universidades são responsáveis por cerca de 45% da produção de artigos especializados. Ainda segundo os dados da pesquisa de Jardim, do núcleo de 6



autores de maior produtividade na área, 4 são vinculados à universidades, o que representa 67% do núcleo mais produtivo.

4) um aumento de possibilidades de áreas de concentração em Arquivologia em cursos de pós-graduação existentes: apesar de não se poder falar em aumento na oferta de cursos de pós-graduação na área arquivística, seja no âmbito dos cursos lato sensu ou de stricto sensu, observa-se uma maior abertura dos cursos de pós-graduação stricto-sensu em Ciência da Informação para abrigar a discussão de questões relativas aos arquivos e à informação arquivística. Nesse aspecto, destaca-se o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, que mantém uma linha de pesquisa intitulada Informação Orgânica, que <sup>não tem mais</sup> tem como principal interesse as questões relativas à informação arquivística. Destaca-se, também, o do DEP/IBICT, por cujos cursos, de mestrado e doutorado, passaram um grande número de docentes com titulação de mestre e doutor dos cursos de Arquivologia no Brasil, o que certamente contribuiu para levar à definição de uma linha de pesquisa intitulada Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação. Levando em consideração dos dados disponíveis, dos 8 docentes com titulação de mestre na UFF e na UFSM, 6 obtiveram seus títulos no programa do IBICT e dos 4 docentes com titulação de doutor apenas 1 obteve seu título em outro programa de pós-graduação. No caso da UnB, a maioria dos docentes com pós-graduação em Ciência da Informação obteve seus títulos em

universidades estrangeiras ou na própria UnB. Algumas iniciativas mais recentes merecem referência: o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFMG indica, como sub-tema da linha de pesquisa Informação e Sociedade, o tema Informação Arquivística. O Curso de Mestrado em Memória Social e Documento, da UNI-RIO também tem sido uma opção para aqueles que se dedicam à reflexão dos fenômenos e questões próprias da Arquivologia.

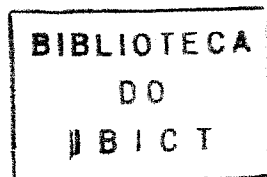
5) a desmobilização das instituições arquivísticas, inclusive do Arquivo Nacional: este fenômeno faz parte do sistemático desmonte das estruturas administrativas do Estado brasileiro, do quadro neo – liberal de Estado mínimo, e que atingiu níveis de absoluta irresponsabilidade no governo Collor, mas que não sofreu reversão nos governos subsequentes. Este fenômeno gerou um êxodo de quadros das instituições arquivísticas para a Universidade e para outras instituições de informação. A falência das instituições arquivísticas promove uma certa perda de identidade na área, uma vez que este é um campo do conhecimento plasmado na tentativa de responder às demandas da administração pública em diferentes períodos e em diferentes circunstâncias políticas. Em contrapartida, assiste-se à implementação e consolidação do Conselho Nacional de Arquivos – o CONARQ. Hoje o CONARQ ocupa um espaço de liderança, embora mais na formulação de soluções normativas do que na formulação e implementação de uma política nacional de arquivos.

Pontuados estes aspectos, considera-se que já se pode passar à tentativa de, a partir dos mesmos, responder à questão que provocou esta pesquisa. \*

## 5. QUADROS EM MOVIMENTO:

O primeiro título suscitado pelas observações deste capítulo foi "Um Quadro em Mudança?". Mesmo considerando que a pergunta poderia parecer retórica ou provocativa, o título permaneceu o mesmo durante quase todo o tempo de elaboração final do trabalho. Mas, como sabiamente se diz, o título deve ser a última coisa a ser colocada em qualquer obra. Assim, no final pareceu que o termo movimento expressa melhor o fenômeno que aqui se tenta mapear, entendido como processo de mudança ou alteração das relações internas ou externas de um sistema. Aqui se está falando de aspectos do sistema disciplinar da Arquivologia e da Ciência da Informação. E, certamente não se está falando de apenas um quadro...

Sem pretensão de entrar no vastíssimo e intrincado universo da análise epistemológica, este trabalho orientou-se para iluminar, a partir de uma dada realidade, aspectos de uma resposta à exclusão interdisciplinar que, pelo menos tradicionalmente, envolve as áreas da Ciência da Informação e da Arquivologia.



O mapeamento que se tentou nos capítulos anteriores delineiam aspectos que podem ser explicativos desta exclusão; iluminou outros que parecem aumentar a estranheza em torno dela.

Neste capítulo serão apresentados dados relativos à produção do conhecimento na área arquivística colhidos no campo empírico. Na coletas destes dados foram privilegiadas duas instâncias que acredita-se sejam representativas dos campos de pesquisa de uma disciplina: os periódicos especializados e a produção de teses e dissertações. A inconsistência dos dados relativos aos eventos científicos da área em nível nacional e internacional não recomendaram sua utilização nesta análise.

Além da coleta de dados empíricos também recorreu-se à alguma literatura trazendo análises correlatas às propostas neste trabalho.

### 5.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E OS PERIÓDICOS

A opção pelo periódico especializado como elemento indicador no âmbito desta pesquisa deve-se ao seu papel na construção de um campo científico. Mueller (1999) destaca quatro funções dos periódicos científicos: lócus de estabelecimento da "ciência certificada", ou seja, aquela partilhada e avalizada por uma comunidade científica; canal de comunicação e de divulgação científica; memória científica e registro de autoria. Assim, os periódicos são importantes

parâmetros de análise da configuração de campos científicos e o interesse acadêmico de cada comunidade científica pelos "seus" periódicos é referência, também, de sua maturidade. É dentro desses parâmetros que se constituiu a base de análise deste capítulo.

### 5.1.1 Os periódicos e a Ciência da Informação:

Apesar do interesse central deste capítulo estar na produção do conhecimento na área arquivística, não se poderia chegar a tecer as conclusões pertinentes sem passar, ainda que brevemente, por este indicador de produção do conhecimento na Ciência da Informação, num viés de interesse voltado, especificamente, para o mapeamento da possível interdisciplinaridade com a Arquivologia. Assim, temos, no cenário internacional, a análise do Journal of the Society of Information Science and Technology, - JASIST, o Information Science Abstracts - ISA, e do Annual Review of Information Science and Technology - ARIST. Do ponto de vista da produção brasileira, analisou-se a revista Ciência da Informação, pelas suas qualidades de periódico "líder" da área no país. Em cada periódico foram analisados os títulos dos artigos.

Robredo (2003) considera que entre os veículos de comunicação científica disponíveis na Ciência da Informação destaca-se o Journal of the American Society for Information Science and Technology - JASIST, na medida em que "é, provavelmente, o que mais e melhor tem acompanhado a evolução da

área – inclusive adaptando o seu nome às sucessivas mudanças de orientação – e o que melhor cobre o atual escopo da área”<sup>33</sup> (p. 118) . Analisando este escopo observa-se que as questões explicitamente relacionadas à Arquivologia e à Gestão de Documentos estão incluídos no item 4 - *Ciência da Informação Aplicada*, nos sub-itens automação de escritórios e gestão de documentos; gestão de sistemas de arquivos; gestão eletrônica de documentos; registros eletrônicos, versioning “ técnica de desenvolvimento de aplicativos de colaboração e interoperabilidade” (idem, p. 120) , fluxo da informação, arquivamento, segurança.

Analizando os sumários do JASIST desde 97 encontra-se a seguinte configuração de artigos relacionados à questão dos arquivos: 8 artigos, num total geral de 686, ou seja, 1,2%, distribuídos da seguinte forma: em 1997 e 1998 foram publicados 2 artigos, sendo um em cada ano. Em 1999 e 2000, o número aumentou para dois artigos por ano e, em 2001, volta-se ao patamar anterior: um artigo é publicado em 2001 e um em 2002.

Em relação à outra publicação da *American Society for Information Science and Technology* - o ARIST foram encontrados os seguintes dados: apenas um artigo, publicado no volume 30, de 1995, refere-se explicitamente aos arquivos, embora pelo título - *History, Archives, and Information Science*, de Lawrence J. McCrank se possa imaginar que se trata mais

<sup>33</sup> Ver Apêndice 3 . No escopo da área registrado por Robredo em 2002 havia um 5 item, aspectos legais e sociais da informação : impacto dos sistemas e da tecnologia da informação na sociedade; ética e informação; aspectos legislativos e regulatórios; história da ciência da informação; aspectos internacionais; infra-estrutura de informação; privacidade; propriedade intelectual; direitos autorais, entre os quais se poderiam, também, serem encixadas questões arquivísticas.

de fontes para a pesquisa histórica do que de Arquivologia como campo de conhecimento.

Dentre os periódicos de resumo existentes para a área da Ciência da Informação optou-se por trazer dados do Information Science Abstracts. Este periódico foi analisado anteriormente, num outro contexto de pesquisa, e, assim, aqui vão ser apresentados os dados entre 1997 e 2001. Os dados encontrados no ISA revelam que o descritor Archives aparece com regularidade, sendo que em 1997 surge o descritor Archivist, o qual deixa de constar nos números subsequentes. Em termos do número de artigos indexados temos uma contagem que sugere crescimento, pois: em 1997 há 53 artigos indexados sob o descritor Archives; em 1998 o número cresce para 132; em 1999 este número baixa para 55, sendo que nos fascículos 11 e 12 não havia nenhum artigo indexado. Em 2000 e 2001 entra-se num certo patamar de regularidade, uma vez que são indexados, respectivamente, 63 e 61 artigos. Tem que ser considerado, no entanto, que na coleção consultada (Biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ, em fevereiro de 2002) para a pesquisa havia fascículos faltando para estes anos, sendo 3 fascículos em 2000 e 5 fascículos em 2001.

Estes indicadores, ainda que não exaustivos, apontam para uma interseção pequena entre as duas áreas.

No cenário nacional, foi analisada a Revista Ciência da Informação, reconhecidamente o mais tradicional e importante periódico na área no Brasil.



Nas análises contidas em seu artigo O Periódico Ciência da Informação na Década de 90 : um retrato da área refletido em seus artigos, MUELLER & PECEGUEIRO (2001, p. 50) utilizam um escopo temático onde se estabelecem as seguintes categorias principais:<sup>34</sup> 1) Ciência da Informação, Biblioteconomia e Documentação (generalidades) ; 2) Ensino, Atividade Profissional e de Pesquisa; 3) Organização e Gerência de Atividades de Informação, de Bibliotecas e Centros de Pesquisa ; 4) Estudo de Usuário, Transferência e Uso da Informação e Uso da Biblioteca ; 5) Estudos da Literatura e do Documento; 6) Prédios de Bibliotecas ; 7) Serviços Técnicos ;8) Entrada, Tratamento, Armazenamento, Recuperação e Disseminação da Informação;9) Outros Assuntos Correlatos ou Adicionais. Neste escopo, a questão arquivística é explicitada na classe Organização e Gerência de Atividades de Informação, de Bibliotecas e Centros de Pesquisa, na sub- classe Arquivos Públicos.

A revista Ciência da Informação é indexada e resumida em Paschal Thema: Science de L' Information, Documentation, Library and Information Science Abstracts, PAIS Foreign Language Index, Information Science Abstracts, Library and Literature, Páginas de Contenido: Ciencias de la Información, Educacción: Noticias de Educación, Ciencia y Cultura Iberoamericanas, Referativnyi Zhurnal: Informatika

<sup>34</sup> Para um visão geral deste escopo temático, ver Apêndice 4.

↗ mão item

Na análise foram considerados os títulos dos artigos, desprezando-se as demais seções da revista.

Em 301 artigos, publicados entre 1992 e 2002, apenas 5 (cinco), ou seja, 1,6% explicitam a questão arquivística. É relevante chamar a atenção para o explicitar, na medida em que muitos títulos sugerem que se está estudando a informação arquivística mas isto não é reconhecido pelo autor. Muitas vezes o autor sequer sabe que está falando de informação arquivística. Títulos como: *Sistemas de informações estratégicas para a vitalidade da empresa*; *Informação: essência da qualidade* (ambos retirados do volume 25, 1996), por exemplo, sugerem fortemente que se está falando de informação registrada orgânica, ou seja, se está falando da informação produzida pelos processos organizacionais, ou seja, se está falando da informação arquivística... Apesar disso, a questão arquivística não aparece associada a estes tópicos. Nos resumos de nenhum dos artigos a questão arquivística é explicitada. (O aprofundamento destes dados de "não-reconhecimento" poderia trazer importantes contribuições para o mapeamento e a compreensão da Arquivologia e de suas relações com a Ciência da Informação.)

Nota-se uma grande paridade entre os dados de interseção encontrados no JASIST - 1,2% e os encontrados na Ciência da Informação, 1,6%. Apesar da discrepância em termos de período analisado, respectivamente, 1997-2001 e 1992-2001, é interessante observar que a semelhança percentual permite falar de uma certa conformidade nos cenários nacional e internacional,

no que se refere à interseção que pode observar entre as duas áreas dentro do espectro deste indicador.

Em seu artigo "Bibliometrics of electronic journals in information science," Donald Hawkins analisa o perfil dos periódicos eletrônicos em Ciência da Informação. Sua análise traz algumas informações interessantes para os objetivos desta pesquisa: usando descritores, – para cada item foram indicados até quatro descritores – , a configuração que obteve, que pode ser vista integralmente no <sup>mão tem</sup> apêndice 5, informa que o descritor "archives" aparece em 16º lugar, em termos de frequência de aparição, numa lista de 39 itens, representando 3,5% do total de aparições. Em contrapartida, nenhuma instituição arquivística, pública ou privada, aparece entre as 12 organizações não acadêmicas que figuram na pesquisa como origem institucional de mais de 5 artigos. Em sua lista dos periódicos eletrônicos da área de Ciência da Informação apenas um, o periódico Ariadne, aparece na lista de periódicos referidos no Portal de Arquivos da Unesco.

### 5.1.2 Os Periódicos e a Arquivologia

No plano internacional, a escolha dos indicadores a serem utilizados neste tópico foi balizada pelos seguintes fatores restritivos: 1) ausência de instrumentos de mapeamento e controle da produção de periódicos na área ou seja, não há periódicos de indexação, não há periódicos de resumo, não há

bibliotecas virtuais, não há bases de dados bibliográficos; 2) os periódicos arquivísticos não têm sido objeto da Arquivologia, ou seja, a literatura não fornece dados para suprir as carências identificadas acima. Assim, optou-se por um indicador não acadêmico, mas cuja visibilidade internacional reveste de importância: o Portal de Arquivos da UNESCO.

Assim, aqui foram analisados os 71 *links* listados na opção "periódicos < publicações < fontes na internet"<sup>35</sup>. Uma análise geral dos sites aos quais estes links remetem revela: 21 sites de periódicos especializados, 16 sites não foram encontrados, 7 sites em língua estrangeira de difícil acesso (alemão, dinamarquês, croata e turco), 23 sites de boletins ou "new-letters", 3 sites de periódicos de divulgação, e um link que não remete a periódico.

Dos 21 periódicos especializados a que remetem os sites referidos acima, encontram-se 3 que se estabelecem na interseção de que fala esta pesquisa, ou seja, são periódicos "interdisciplinares". Em relação a estes, e dentro dos propósitos desta pesquisa, serão analisados apenas os percentuais de artigos sobre questões arquivísticas, não sendo feita nenhuma classificação para os demais artigos. Estes periódicos são:

**ARIADNE**: periódico que voltado para a divulgação científica do UK *Electronic Libraries Programme* - "eLib", que desenvolve 60 projetos relativos à construção de serviços e recursos eletrônicos. É um periódico vinculado ao UKOLN

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.unesco.org/whowhat/how>. Acessado em 6 de outubro de 2003.

e sediado na Universidade de Bath (Inglaterra), centro de excelência em administração de informação digital, provendo consultoria e serviços às comunidades bibliotecárias e de informação. Sua linha editorial privilegia a divulgação de eventos, entrevistas e notícias relativos ao desenvolvimento do programa.

**CURSUS** periódico eletrônico produzido pelos alunos da Escola de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade de Montreal, com objetivo de difundir os textos acadêmicos por eles produzidos ao longo das disciplinas. Além de permitir aos estudantes difundir suas reflexões, o periódico também objetiva iniciá-los na edição de textos acadêmicos. *Cursus* é publicado semestralmente, desde 1995. A última referência encontrada no site do periódico é do número relativo a 2001. São disponibilizados sumários e resumos.

Num total de 32 artigos, no período analisado – 1995 – 2001, 9 referem-se a questões arquivísticas, ou seja, 28,2%. Dos 9, apenas 1 estabelece relações entre as áreas cobertas pelo periódico, embora o seu assunto – associações profissionais de bibliotecários e arquivistas, impeça sua categorização como reflexão interdisciplinar.<sup>36</sup>

A análise do periódico não indica que o fato de ser um veículo criado numa Universidade, dentro de um programa de pós-graduação onde se encontram alunos de Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação não teve impacto

<sup>36</sup> O artigo de Dany Bouchard "Étude comparative et descriptive de l'IFLA, de la FID et du CIA : des associations professionnelles au service de la bibliothéconomie et de l'archivistique internationales" está disponível em <http://www.ebsi.umontreal.ca/cursus/vol2no2/bouchard.htm>

na tipologia dos artigos, no que diz respeito a um possível projeto interdisciplinar de reflexões.

**AFRICAN JOURNAL OF LIBRARY, ARCHIVES AND INFORMATION SCIENCE:** único periódico citado no Portal da Unesco com uma explicitada vocação interdisciplinar. Foram analisados os artigos no período de 2000 a 2002 e encontrou-se a seguinte resposta: de um total de 41 artigos foram encontrados 8 relativos a arquivos e *records management*, ou seja, 19,5% . O periódico tem escopo geográfico, com uma absoluta maioria de autores africanos. É publicado semestralmente e é indexado no Information Science and Library Literature e seus artigos são resumidos pelo Library and Information Science Abstracts.

Os dados recolhidos na análise destes 3 periódicos informam que, apesar de estarem vocacionados para uma cobertura interdisciplinar, isto não significa artigos refletindo projetos interdisciplinares de pesquisa ou mesmo preocupação com os aspectos da interdisciplinaridade. Nenhum dos artigos classificados apresentou esta temática.

Também não foram individualmente analisados, tendo em vista o fato de que, pela sua especialização, não se enquadram nos interesses maiores da questão desta pesquisa, Os periódicos : 1) Archivi per la storia ( voltada essencialmente para a questão do tratamento arquivístico de fontes primárias para a pesquisa histórica 2) Records Management Journal (voltada

exclusivamente para aspectos da gestão de documentos), 3) Prologue (editada pelo National Archives and Records Administration com o objetivo de divulgação de acervo) e 4) The Archivist ( editada pelo Arquivo Nacional do Canadá com o objetivo de divulgação de acervo). É interessante observar, no entanto, que o Records Management Journal não traz, em seus 51 artigos publicados desde 1998 *nenhuma* menção à Ciência da Informação.

Dos periódicos especializados incluídos no Portal da Unesco, foram analisados aqueles que traziam a possibilidade de acesso *on-line* a, pelo menos, índices e/ou sumários. A absoluta carência de bibliotecas com acervos minimamente atualizados na área arquivística não deixa alternativa...

Dentre os periódicos que não disponibilizam este tipo de informação *on-line* estão os editados pelo Conselho Internacional de Arquivos , ou seja, as revistas Archivum e Janus, substituídas, ambas, pela revista Comma, em 2002. Considerando 1) a importância destes periódicos para o intercâmbio científico do campo, na medida em que objetivam, também, de divulgar os resultados das atividades científicas do Conselho ( o Congresso Internacional, a Table Ronde dês Archives e as reuniões dos Comitês de Estudos), 2) considerando a importância do Conselho Internancional de Arquivos na área e, 3 ) considerando a importância da Internet na comunicação de informações, especialmente para instituições internacionais e intergovernamentais, considera-se grave, e revelador, que o CIA não disponibilize tais informações na WEB.

Para análise dos demais periódicos foi utilizada uma adaptação do esquema temático construído por Carol Couture para seu trabalho *La Formación et la Recherche en Archivistique dans le Monde : une étude comparative*. Uma tradução do esquema original pode ser consultado no <sup>não tem</sup> apêndice 6. Pela sua importância para a discussão da autonomia da área enquanto campo disciplinar foram acrescentadas informações sobre indexação e resumo. Também foram indicadas possibilidades de acesso a resumos e notas biográficas de autores. Pela sua importância em relação à divulgação científica, foram incluídas informações sobre a disponibilidade de texto integral on-line e à assinatura eletrônica.

### ① **American Archivist:**

Publicada desde 1937 pela Associação dos Arquivistas Americanos, a revista *American Archivist* é uma das mais antigas publicações da área. Durante sessenta anos, de 1937 até 1997, a revista foi quadrimestral. A partir de 1998 passa a ser publicada semestralmente. A revista tem por escopo a Arquivologia teórica e prática e, apesar de não estar restrita à autores norte-americanos, traz uma nítida relação com o universo da questão arquivística nos Estados Unidos. A revista disponibiliza sumários e abstracts e notas biográficas de autores desde 1997. É indexada em *Library Literature*, e resumida em *Historical Abstracts*. Não publica versão eletrônica e não disponibiliza textos integrais dos seus artigos na Web.



No período em estudo, 1997 –2002 ,foram publicados 90 artigos, e os resultados da análise foram:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	3	3,96	ARQUIVO E SOCIEDADE	6	6,6
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (*)	5	5,5	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	22	24,4
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	21	23,3	TECNOLOGIAS	12	13,3
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	5	5,5	FORMAÇÃO E PESQUISA (*)	15	16
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	3	3,6			

Foram encontradas dificuldades na classificação de muitos itens entre as categorias “funções arquivísticas” e “tecnologias”, na medida em que muitos artigos refletiam sobre a questão das operações arquivísticas *sobre* documentos eletrônicos. Em relação à categoria “gestão de programas, serviços e instituições arquivísticas” notou-se uma predominância sobre a gestão de instituições arquivísticas governamentais, especialmente os arquivos estaduais, e sobre a gestão e a importância dos serviços de arquivos empresariais, tendo sido publicados, 1997, números especiais dedicado a ambos os temas.

## ② Archival Science

É um periódico recente, que começou a ser publicado em 2001, com uma periodicidade trimestral; em 2002, no entanto, foram publicados apenas 2 números.

Segundo seus editores, a revista é "um periódico independente, e cobre o espectro temático da "informação registrada orgânica" do ponto de vista da forma, estrutura e contexto". Seu público alvo são: "primeiramente, pesquisadores e educadores em Arquivologia e, secundariamente, todos aqueles profissionalmente interessados na informação registrada". É o único periódico analisado que explicita, em suas informações editoriais, um interesse nas abordagens interdisciplinares e interculturais. Os editores chefes do periódico são professores de diferentes instituições de ensino superior da Holanda e o corpo editorial é formado por alguns dos mais importantes pensadores da Arquivologia contemporânea, na seguinte configuração de representação geopolítica: Europa ( 8 membros), América do Norte (2 membros do Canadá e 3 membros dos Estados Unidos) , 1 da China (1 membro), Austrália ( 1 membro) e África do Sul ( 1 membro), além de um representante da IFLA, na Holanda. Note-se a ausência de representantes da América Latina.

A revista disponibiliza sumários e resumos desde 2001 e é indexada e resumida em "ABI inform"; "Current Geographical Publications"; "Information Science Abstracts"; "INSPEC Information Services". Existe versão eletrônica da

assinatura, e apenas o número 1, de 2001, veiculou gratuitamente o texto integral dos artigos.

No período em estudo, 2001 – 2002, foram publicados 43 artigos, e os resultados da análise foram:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	7	16,2	ARQUIVO E SOCIEDADE	17	39,5
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA *	1	2,3	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	11	25,5
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	2	4,6	TECNOLOGIAS	4	9,3
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	-		FORMAÇÃO E PESQUISA *	1	2,3
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	1	2,3			

Nota-se a concentração de títulos nas categorias mais teóricas do esquema, em detrimento dos títulos relativos aos aspectos aplicados da Arquivologia. Tal comportamento está certamente associado às características editoriais da revista.

### 3. Archivaria

Publicada semestralmente pela Associação dos Arquivistas Canadenses desde 1975, *Archivaria* tem como escopo "a investigação na área da

Arquivologia, no Canadá e internacionalmente, em temas tais como: a história, a natureza e o uso dos arquivos, a teoria arquivística, os desenvolvimentos tecnológicos, os novos campos da História e demais disciplinas correlatas, as relações entre os arquivistas e os demais profissionais relacionados à gestão da informação". Archivaria disponibiliza na Web sumários e abstracts desde 1990. Não há informação sobre indexação e resumo. Não há versão eletrônica do periódico e não são disponibilizados textos integrais dos artigos.

Durante o período em estudo, 1992 – 2001, a revista publicou um total de 152 artigos, distribuídos da seguinte forma:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	14	9,2	ARQUIVO E SOCIEDADE	25	16,4
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (*)	7	4,6	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS*?)	54	35,5
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS**	24	15,7	TECNOLOGIAS	8	5,2
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS			FORMAÇÃO E PESQUISA	10	6,5
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	5	3,2	Não classificados	5	3,2

Aqui também foram encontradas dificuldades na classificação de muitos itens entre as categorias "funções arquivísticas" e "tecnologias", na medida

em que muitos artigos refletiam sobre a questão das operações arquivísticas *sobre* documentos eletrônicos.

#### ④ Journal of the Society of Archivists

Publicação semestral, sob a responsabilidade da Associação de Arquivistas do Reino Unido, o periódico tem por escopo todos os assuntos do interesse dos arquivistas, bem como daqueles que usam os arquivos para seus estudos. O periódico oferece versão eletrônica da assinatura. JSA é indexado e resumido em "Art and Archaeology Technical Abstracts", "Arts and Humanities Citation Index", "British Humanities Index", "Current Contents/Arts & Humanities", "PASCAL, Research Alert"; "Research into Higher Education Abstracts" e "Social Science Citation Index". Disponibiliza resumos e sumários desde 1997.

Ao longo do período analisado, 1997 – 2002, o periódico publicou um total de 105 artigos, classificados como se segue:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	7	6,6	ARQUIVO E SOCIEDADE	10	9,5
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA ⊕	1	0,9	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	42	40
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	17	16,1	TECNOLOGIAS	4	3,8
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	1	0,9	FORMAÇÃO E PESQUISA ⊕	6	5,7
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	9	8,5	NÃO CLASSIFICADOS	8	7,6

A análise não apontou nenhuma especificidade, mantendo os padrões de distribuição de artigos observados nos demais periódicos.

## 5. Archives

Publicada pela Associação dos Arquivistas do Que'bec desde 1969, o escopo temático do periódico inclui todos os aspectos relativos "à informação registrada e orgânica". Entre as orientações editoriais que a revista estabelece se inclui a disposição de evitar a publicação de instrumentos de pesquisa, os textos legais e os relatórios de experiência, com exceção daqueles que a própria Associação prioriza. Esta é uma observação interessante, na medida em que a publicação, total ou parcial, de instrumentos de pesquisa tem sido uma tônica daquilo que se costuma designar como "pesquisa" em Arquivologia. É interessante observar, também, que o editorial da revista é o único, entre os analisados, que se refere explicitamente à questão da informação arquivística. Naturalmente que este fato está relacionado à proximidade com os considerados autores da definição, todos arquivistas de Quebec.

A revista Archives é semestral e disponibiliza sumários, abstracts e alguns textos integrais de seus artigos desde 1995. Não há informação sobre associação à periódicos de índices e abstracts. Não há versão eletrônica da assinatura. No período em estudo, 1995 – 2002, foram publicados 56 artigos classificados da seguinte forma:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	2	3,5	ARQUIVO E SOCIEDADE	9	16
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA *	1	1,7	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	26	46,4
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	10		TECNOLOGIAS	1	1,7
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	2	3,5	FORMAÇÃO E PESQUISA †	4	7
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	1	1,7	NÃO CLASSIFICADOS		

Foram encontrados dois artigos explicitando a questão da informação arquivística, sendo um deles de autor brasileiro, o que leva a reforçar a idéia de que esta relação Arquivologia - Ciência da Informação é excepcionalmente presente no Brasil. Quanto ao resto, o periódico tem um comportamento padrão.

#### 6. Gazette des Archives:

O mais antigo periódico especializado na área, a Gazette iniciou sua publicação em 1933, pela Associação dos Arquivistas Franceses. É uma publicação quadrimestral, e seu escopo são os métodos, as experiências e as fontes relacionadas aos arquivos. Esta ênfase na importância das fontes arquivísticas se faz notar nos números especiais da revista, dedicados a temas específicos. A

revista não publica sumários, mas disponibiliza índices por autor, de 1933 a 1999.

Não há informação sobre associação com periódicos de indexação e de abstracts.

A publicação de índices dificulta a classificação, uma vez que é muito difícil estabelecer a categoria editorial ( se é artigo, relato de experiência, etc.) do item indexado. Apenas as recensões podem ser identificadas, pois aparecem sob

duas autorias, a do recenseur e a do recenseado. Considerando estes aspectos, o número total de itens identificados na Gazette é muito maior do que o das outras revistas. Como se está interessado nas proporções, esta não chega a ser uma

objeção metodológica à inclusão do periódico nesta análise.

No período estudado – 1992- 1999, a revista apresentou um total de 198 artigos (aqui entendidos como itens indexados, a partir do explicado acima), classificados como se segue:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	2	1,1	ARQUIVO E SOCIEDADE	21	10,6
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (*)			FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	31	31,6
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	105	53,3	TECNOLOGIAS	22	11
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	11	5,5	FORMAÇÃO E PESQUISA (*)	2	1,1
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	3	1,5	NÃO CLASSIFICADOS		



A reflexão sobre a tipologia dos números especiais da revista talvez ajude iluminar os resultados obtidos acima: A deontologia dos arquivistas; O pré-arquivo na França e no exterior; Da diplomática medieval a diplomática contemporânea; O cinema e os arquivos; Os arquivos municipais e o patrimônio fluvial e marítimo; Arquivos municipais e patrimônio industrial; Os arquivos da saúde; Arquivos religiosos e pesquisa histórica; Arquivos no meio rural; Arquivos municipais e animação cultural; A informática e o trabalho arquivístico; Fundos judiciários e pesquisa jurídica.

#### **7. Arquivo & Administração:**

Único periódico brasileiro citado no portal da Unesco ( as outras referências a links brasileiros se referem a boletins e um link remete a um site que não é de nenhum periódico).

A revista Arquivo & Administração foi um importante veículo de divulgação da área arquivística no Brasil durante a década de 1970, foi fundada em 1972, e parte da década de 1980. Publicada pela Associação dos Arquivistas Brasileiros, seus objetivos foram a divulgação "de estudos, atividades, experiências e reflexões acadêmicas sobre Arquivologia, tanto no âmbito nacional quanto internacional". Seu perfil acadêmico sempre foi ambíguo, uma vez que não havia critérios de avaliação, sendo incluídas contribuições que iam de artigos com características acadêmicas a peças literárias (crônicas e poesias) com temática relacionados à memória e aos arquivos. Não obstante, foi responsável pela

publicação de artigos originais e traduções importantes. Foi uma publicação de caráter quadrimestral, razoavelmente de 1971 a 1986, quando teve sua publicação interrompida. Retomou as atividades em 1994, quando assumiu características mais acadêmicas, certamente devido ao fato de estar recebendo auxílio do CNPq. O último número foi publicado em 1999. No site da AAB são disponibilizados os sumários da revista desde 1972. Não há informação sobre serviços de indexação e resumos. Foram analisados 20 artigos, publicados entre 1994 e 1999.

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	3	15	ARQUIVO E SOCIEDADE	2	10
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA			FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	3	15
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	6	30	TECNOLOGIAS	2	10
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	2	10	FORMAÇÃO E PESQUISA	2	10
LEGISLAÇÃO E ÉTICA			NÃO CLASSIFICADOS		

Apesar das características expostas acima, a análise do periódico Arquivo & Administração aponta para o que poderia ter se concretizado numa linha editorial bastante original, e que vem justificar as premissas que deram origem às

questões desta pesquisa: 25% destes artigos<sup>37</sup> explicitam a questão da informação arquivística; e, com exceção de um, seus autores vinculam-se ao programa de pós-graduação em Ciência da Informação UFRJ/ IBICT.

Para alargar um pouco mais a pesquisa no cenário nacional, utilizou-se o elenco, produzido por Jardim (1999 a, 1999 b), de periódicos que publicaram artigos relacionados a temas arquivísticos entre 1990 e 1999. Destes foram selecionados os especializados em Arquivologia, pela sua adequação ao perfil desta pesquisa. Note-se que a revista *Arquivo & Administração* foi tratada anteriormente. Assim foram selecionados os seguintes periódicos:

#### **8. Acervo:**

Publicada pelo Arquivo Nacional desde 1986 a revista *Acervo* foi criada com a proposta de "dotar o Arquivo Nacional de um instrumento ágil na divulgação de suas atribuições... além de atender aos pesquisadores na busca dos registros que reconstituem a história brasileira". Apesar de não ter sido criada, como se viu, com objetivos acadêmicos, tampouco como veículo de difusão da Arquivologia como disciplina, a revista *Acervo* publicou importantes textos de reflexão arquivística, constituindo-se, durante o que poder-se-ia chamar sua primeira fase (1986-1989), no principal periódico da área no Brasil, tendo em vista,

---

<sup>37</sup> Os artigos são: *Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes*, de Ana Maria Camargo; *Arquivos e Informação: Uma Parceria Promissora*, de Inaldo Barbosa Marinho e Junia Guimarães e Silva; *Informação, Arquivos e Instituições Arquivísticas*, de Maria Odila Fonseca e *Informação Arquivística, Estrutura e Representação Computacional*, de Carlos Henrique Marcondes.

inclusive, a interrupção da revista Arquivo & Administração. Suspensa sua publicação em 1990, foi retomada em 1993 já com outras características, sendo cada número dedicado a temas distintos. A revista não explicita a prática da revisão externa dos artigos publicados, não é indexada ou resumida em periódicos pertinentes. Não traz informações on-line, a não ser breves notas sobre a temática geral dos números a partir de 1996, no site do Arquivo Nacional.

Entre 1992 e 2002 a revista Acervo publicou números temáticos sobre os seguintes temas: Fotografia, , Tecnologias aplicadas ao Arquivos, Leituras e Leitores, Estudos de Gênero, Fontes para a História do Brasil em Arquivos e Bibliotecas Portuguesas, Imigração, Os Anos 60 , Escritas do Brasil, Estudos de Violência. Como se pode perceber, pouco restou da perspectiva arquivística que o periódico tinha em sua fase inicial. Destes números especiais apenas os primeiros trazem artigos que podem ser considerados como relativos à Arquivologia como disciplina. Considerando que a Revista Acervo é publicada pela maior instituição arquivística brasileira é bastante importante que não se dedique mais aos temas arquivísticos. Assim, nos anos de 1993 e 1994, a revista Acervo publicou 13 artigos classificados da seguinte maneira:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA			ARQUIVO E SOCIEDADE	2	15,3
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA <sup>(*)</sup>	1	7,6	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	2	15,3
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	3	23	TECNOLOGIAS	4	30,7
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	1	7,6	FORMAÇÃO E PESQUISA <sup>(*)</sup>		
LEGISLAÇÃO E ÉTICA			NÃO CLASSIFICADOS		

Observa-se uma ênfase nos aspectos da "tecnologia", o que deve-se, certamente ao número especial mencionado acima.

### 9. Arquivo e História:

Publicada pela primeira vez em 1994, pelo Arquivo Público do Rio de Janeiro, a revista foi criada com vistas "manter uma política editorial que socialize junto ao público, geral e especializado, materiais do arquivo ou produzido a partir da pesquisa documental. A revista não explicita a prática da revisão externa dos artigos publicados, não é indexada ou resumida em periódicos pertinentes. Traz sumários dos números existentes de 1994 até 1998. Não há informações sobre números posteriores a 1998.

Assim, a revista Arquivo & História publicou, ao longo deste período, um total de 13 artigos relativos à Arquivologia, classificados como se segue:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA			ARQUIVO E SOCIEDADE	3	23
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA *	1	7,7	FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	2	15,3
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS	2	15,3	TECNOLOGIAS	1	7,7
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	1	7,7	FORMAÇÃO E PESQUISA *		
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	3	23	NÃO CLASSIFICADOS		

Em relação ao expressivo número de artigos publicados na categoria legislação e ética e arquivo e sociedade, deve-se notar que o Arquivo do Estado do Rio de Janeiro, como ademais todos os arquivos estaduais do país, esteve envolvido, durante o período analisado, com os arquivos das polícias políticas, simbolicamente entregues aos cuidados dos arquivos estaduais no início da década de 1990.

### 10) Anais do Arquivo Público do Pará:

Os Anais do Arquivo Público do Pará são uma publicação anual, que desde 1995, vem divulgando, "prioritariamente, documentos da instituição, assim como ensaios inéditos sobre a região amazônica e material de interesse da Arquivologia." A revista não explicita a prática da revisão externa dos artigos

publicados, não é indexada ou resumida em periódicos pertinentes. Traz sumários dos números existentes de 1995 até 1998. Não há informações sobre números posteriores a 1998. Os sumários estão disponíveis on-line no site do Arquivo Público do Pará.

A revista tem uma seção Arquivologia, na qual publica um artigo em cada número. Assim, no período analisado, de 1995 a 1998, os Anais publicaram um total de 3 artigos sobre questões arquivísticas, todos relacionados às práticas da gestão de documentos.

#### **11. Estudos Históricos:**

A revista Estudos Históricos é uma publicação semestral, desde 1988, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. Embora seja uma revista explicitamente “dedicada à História do Brasil” e no seu perfil não haja nenhuma menção a arquivos ou à Arquivologia, a revista publicou 2 números especiais em que a temática arquivística foi contemplada. Estes números foram publicados em 1994 e 1998, respectivamente sobre “Cpdoc 20 Anos” e “Arquivos Pessoais”. Os artigos publicados passam por revisão externa, mas a revista não oferece informações sobre vinculação à periódicos de indexação ou de resumo. Oferece acesso on-line ao texto integral de seus artigos.

A análise dos dois números resultou na análise de 12 artigos, dentro do seguinte quadro:

CATEGORIA	N.	%	CATEGORIA	N.	%
OBJETIVO E FINALIDADE DA ARQUIVÍSTICA	2	16,6	ARQUIVO E SOCIEDADE		
HISTÓRIA DOS ARQUIVOS E DA ARQUIVOLOGIA (7)			FUNÇÕES ARQUIVÍSTICAS	1	8,3
GESTÃO DE PROGRAMAS, SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES ARQUIVÍSTICAS			TECNOLOGIAS		
SUPORTES E TIPOS DE ARQUIVOS	8	66	FORMAÇÃO E PESQUISA (8)		
LEGISLAÇÃO E ÉTICA	1	8,3	NÃO CLASSIFICADOS		

A ênfase observada na categoria "suportes e tipos de arquivos" explica-se pelo fato de que um dos números especiais a que se refere esta análise trata dos arquivos pessoais

A análise dos dados levantados fazem emergir as seguintes características:

1. em relação à origem dos periódicos: percebe-se uma predominância, em nível internacional de periódicos vinculados à associações profissionais. Já no cenário nacional esta perspectiva muda, observando-se a predominância de periódicos com vinculação à instituições arquivísticas, em sua maioria públicas. Além de outros dados gerais, explicativos das dificuldades por que passam os periódicos brasileiros em todas as áreas, a associação com



instituições tão periféricas quanto as arquivísticas explicam a falência dos periódicos especializados em Arquivologia no Brasil. Todos os periódicos analisados, com exceção da revista Estudos Históricos, que não é especializada em Arquivologia, tiveram sua publicação interrompida. De tal forma que a análise feita por Jardim não pode ser atualizada por esta pesquisa. A realidade descrita em 1999 não foi mudada. Cristalizou-se por inércia.

2. em relação à temática, observa-se a confirmação das características pragmáticas da área, com uma predominância de artigos classificados nas categorias "funções arquivísticas" e "gestão de programas, serviços e instituições arquivísticas" . nacionais. Esta predominância percorre todos os periódicos analisados, internacionais e nacionais, com a única exceção do periódico Archival Science. Parece razoável atribuir esta característica à independência do periódico, que não é vinculado nem a associação profissional nem à instituição arquivística.
3. em relação à origem institucional dos autores, a análise perde a consistência uma vez que, em nível internacional, apenas dois periódicos disponibilizam notas biográficas dos autores. Na análise dos mesmos , a guisa de curiosidade, observou-se que no American Archivist predominam os autores vinculados à instituições arquivísticas e no Archival Science predominam os autores vinculados à instituições de ensino, numa

proporção bastante semelhante: 15 vinculados à universidade para 23 autores vinculados à instituições arquivísticas, no caso do *American Archivist* e 29 autores vinculados à universidade para 12 autores vinculados à instituições arquivísticas, no caso do *Archival Science*. Deve ser considerada, também, uma certa incongruência cronológica, uma vez que *Archival Science* foi publicada pela primeira vez em 2000. Em ambos os casos há predominância inferior a 50%.

4. em relação aos mecanismos de efetivação do periódico como locus científico, observa-se que não há uma evidente preocupação com este aspecto. Embora a maioria dos periódicos internacionais explicitem a questão da revisão externa, apenas 3 indicam práticas de indexação e resumo. Apesar do *Journal of the Society of Archivists* informar sua vinculação ao "*Social Sciences Citation Index*", em tentativa feita em 14 de março este periódico não foi encontrado no site do Índice. Entre os periódicos nacionais analisados nenhum se refere a estas práticas.
5. a longevidade dos periódicos internacionais remetem à estabilidade da área enquanto produtora/usuária de conhecimento publicável/publicado. Remete, também, à estabilidade das associações profissionais, justificando, numa certa medida, a ênfase a que se refere a introdução do segundo capítulo desta tese.

## 5.2 A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E A PESQUISA DE PÓS-GRADUAÇÃO

A impossibilidade de obter dados consistentes sobre a produção internacional de dissertações e teses, associada à grande heterogeneidade dos sistemas de ensino nos diversos países, fez com que, neste tópico tenha sido analisada apenas a produção brasileira.

Os dados aqui apresentados foram coletados no Banco de Teses disponível no site da CAPES ([www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br)), acessado em agosto de 2003. A base de dados disponibiliza títulos, resumos de 125 mil teses e dissertações aprovadas em programas credenciados de pós-graduação, numa cobertura cronológica de 1987 a 2001. Mantém uma ferramenta que permite a pesquisa a partir de filtros temáticos, por autor e por palavras chaves e por palavras do resumo. Para esta pesquisa foram aplicados os filtros temáticos Arquivos, Arquivologia e Arquivística. No primeiro foi necessário fazer uma seleção, na medida em que teses e dissertações sobre história, saúde pública, informática, etc, mencionam a palavra arquivos em seus resumos. Aplicando os filtros e fazendo a seleção necessária, atingiu-se os seguintes resultados<sup>38</sup>: foram aprovados, ao todo, 53 trabalhos, sendo 48 dissertações e 5 teses.

---

<sup>38</sup> As tabelas gerais, ordenadas por autor, programa, etc. encontram-se em anexo, tendo sido considerada esta a maneira mais fácil para a leitura deste capítulo.

**Tabela geral da produção por ano e por grau de titulação**

ANO	MESTRADO	DOUTORADO	TOTAL
1992	2	0	2
1993	2	0	2
1994	4	0	4
1995	5	0	5
1996	6	0	6
1997	8	1	9
1998	1	1	2
1999	2	0	2
2000	9	1	10
2001	9	2	11
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>48</b>	<b>5</b>	<b>53</b>

**Tabela geral da produção por área de pós-graduação**

ÁREA	TESES & DISSERTAÇÕES	
ADMINISTRAÇÃO	2	3,7%
TECNOLOGIA	1	1,9%
LETRAS E LINGÜÍSTICA	1	1,9%
COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	4	7,5%
<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>26</b>	<b>49%</b>
ARQUITETURA	1	1,2%
<b>HISTÓRIA SOCIAL</b>	<b>8</b>	<b>15%</b>
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1	1,9%
<b>MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO</b>	<b>7</b>	<b>13,2%</b>
EDUCAÇÃO	1	1,9%
CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL)	1	1,9%
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>100%</b>

**Tabela geral da produção de teses e dissertações por área de pós-graduação**

ÁREA	TOTAL	DISSERTAÇÕES	TESES
ADMINISTRAÇÃO	2	2 - 4,16%	-
TECNOLOGIA	1	1 - 2,1%	-
LETRAS E LINGÜÍSTICA	1	-	1 - 20%
COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	4	4 - 8,3%	-
<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>26</b>	<b>24 - 50%</b>	<b>2 - 40%</b>
ARQUITETURA	1	1 - 2,1%	-
<b>HISTÓRIA SOCIAL</b>	<b>8</b>	<b>6 - 12,5%</b>	<b>2 - 40%</b>
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1	1 - 2,1%	-
<b>MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO</b>	<b>7</b>	<b>7 - 14,6%</b>	-
EDUCAÇÃO.	1	1 - 2,1%	-
CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL)	1	1 - 2,1%	-
<b>TOTAL</b>	<b>53</b>	<b>48</b>	<b>5</b>

**Tabela geral da produção de teses e dissertações por programa de pós-graduação**

PROGRAMA	ÁREA	NÚMERO DE TESES/DISSERTAÇÕES
UFSC	ADMINISTRAÇÃO.	1 - 1,8%
CEFET	TECNOLOGIA	1 - 1,8%
PUC - CAMPINAS	BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	4 - 7,5%
UFBA	LETRAS E LINGÜÍSTICA	1 - 1,8%
UFF	COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	3 - 5,6%
<b>UFMG</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>6 - 11,3%</b>
UFPb/JOÃO PESSOA	CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	1 - 1,8%
<b>UFRJ/IBICT</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>7 - 13,2%</b>
UFRJ	ARQUITETURA	1 - 1,8%
UFRJ	COMUNICAÇÃO	1 - 1,8%
UFRJ	HISTÓRIA	1 - 1,8%
UFSC	ADMINISTRAÇÃO	1 - 1,8%
UFSM	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	1 - 1,8%
<b>UNB</b>	<b>CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO</b>	<b>8 - 15%</b>
<b>UNI RIO</b>	<b>MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO</b>	<b>7 - 13,3%</b>
UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	EDUCAÇÃO.	1 - 1,8%
USP	CIÊNCIA SOCIAL (ANTROPOLOGIA SOCIAL)	1 - 1,8%
USP	<b>HISTÓRIA SOCIAL</b>	<b>7 - 13,2%</b>

**Tabela de orientadores com mais de uma orientação**

<b>ORIENTADOR</b>	<b>N</b>
ANA MARIA DE ALMEIDA CAMARGO – USP – HISTÓRIA SOCIAL	5
GEORGETE MEDLEG RODRIGUES – UNB – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	2
JOSE PEDRO PINTO ESPOSEL – SEM VINCULO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	3*
LUCY GONCALVES FONTES – UFMG – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	3
LUIS CARLOS LOPES – UFF – COMUNICAÇÃO, IMAGEM, INFORMAÇÃO	4
MARIA JOSÉ WEHLING - UNI-RIO – MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO	2
MARIA NÉLIDA GONZALEZ DE GÓMEZ – UFRJ/IBICT – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	3
VILMA MOREIRA DOS SANTOS – UFMG – CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	2

\* Co-orientação

A análise dos dados levantados faz emergir as seguintes características:

1. Nota-se um regular aumento na produção de teses e dissertações com temática arquivística. Uma busca feita, a título de complementação, para o período anterior a 1992 não encontrou nenhum registro no Banco de Teses da Capes. Foram usados, naturalmente, os mesmos critérios usados para o período posterior.
2. Nota-se uma expressiva concentração destas teses e dissertações em programas de pós-graduação na área de Ciência da Informação, seguida da área de História Social, Memória Social e Documento.
3. Nota-se uma dispersão bastante homogênea destas teses e dissertações entre os diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação no país, o que aponta para um movimento receptivo que não se pode associar às características de um ou outro programa. Ao

contrário, por exemplo, do que acontece com o programa de pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo, que concentra a quase totalidade de teses e dissertações apresentadas a programas de pós-graduação na área da História.

- ④. Observa-se que entre os orientadores há uma concentração em torno da prof. Ana Maria Camargo, do programa de História Social da USP, cuja vinculação à área arquivística é notória. Entre os professores orientadores dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, mais uma vez há uma certa homogeneidade na distribuição de teses e dissertações por orientador e por programa, sugerindo que alguns professores tenham um papel de agentes catalisadores das questões relativas à informação arquivística dentro de cada programa. Catalisam mais, inclusive, que linhas de pesquisa formalmente estabelecidas, uma vez que não se percebe uma prevalência, em termos de produção, dos programas que explicitam linhas de pesquisa voltadas para a informação arquivística

Ao comparar-se os levantamentos acima aos dados disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq<sup>39</sup>, onde se buscou informações sobre as relações entre estes orientadores e um interesse mais estável do professor orientador em termos da pesquisa na área observou-se que num total de 40 orientadores apenas 21, ou seja, 52 % estão inscritos em grupos de pesquisa indicados na base de dados Lattes. Este dado informa que as relações orientador/área da tese e dissertação

<sup>39</sup> O quadro relativo a este levantamento foi colocado em anexo.

ainda carece de institucionalização na área arquivística. É revelador o fato de que quase a metade dos orientadores de teses e dissertações na área arquivística não estejam institucionalizados. Naturalmente se reconhece que a atividade de pesquisa vai além dos parâmetros da institucionalização, havendo grupos de pesquisadores produtivos operando num certo patamar de informalidade; por outro lado, porém, numa área incipiente como é a Arquivologia a institucionalização é o único mecanismo para operar numa certa e necessária visibilidade.

Deve-se registrar o fato de que o orientador com maior concentração de orientandos não se encontra registrado em grupo de pesquisa da Base Lattes.

Entre os professores-orientadores que estão associados a grupos de pesquisa, vai ser notada uma expressiva falta de consistência entre a orientação dada a um trabalho na área arquivística e um interesse mais consolidado em pesquisa na área. Assim, dos 21 professores nesta categoria, 10, quase a metade, pertencem a grupos de pesquisa estranhos à temática arquivística, justificando uma impressão de interesse conjuntural por ocasião da orientação. Dos demais 11 professores, apenas um pertence a grupo de pesquisa com interesse explícito na questão da interdisciplinaridade.

A partir destes dados e dos balizamentos estabelecidos nos capítulos anteriores pode-se caminhar em direção às considerações finais desta pesquisa, onde se tentará responder as questões que a instigaram.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Parece útil retomar os pressupostos e a questão de pesquisa apresentados na introdução deste trabalho para estabelecer, em torno das assertivas neles contidas, a linha mestra de condução destas considerações.

Assim, depois de passar pelas verificações impostas pela natureza desta pesquisa pode-se: **1)** *(re)-afirmar* que uma nova pauta de reflexões vem contribuindo para uma *redefinição da Arquivologia como campo de saber autônomo*, em especial no sentido de *rediscutir seus objetos e objetivos tradicionais* ? **2)** *(re) afirmar* que esta "nova pauta" identifica-se com a *pesquisa de pós-graduação*, apontando para a *(re)-definição de lócus de produção de conhecimento e de marcos interdisciplinares com a Ciência da Informação?*

A revisão de literatura e a coleta de dados empíricos feitas para o desenvolvimento deste trabalho autoriza a resposta: sim, observa-se uma pauta renovadora das reflexões dentro da área arquivística. E, se observarmos a seleção da literatura lida para este trabalho, vamos encontrar uma predominância de

autores docentes, vinculados, em sua maioria, à programas universitários de estudos arquivísticos.

Mas uma nova pauta de reflexões não leva, por si só, ao fortalecimento da Arquivologia como campo disciplinar autônomo e independente. Outras questões se impõem. No plano internacional observam-se poucas mudanças em relação à configuração institucional da área em termos de uma das vertentes da produção do conhecimento analisadas neste trabalho. Majoritariamente, os periódicos especializados mais importantes continuam a ser aqueles publicados por associações nacionais de arquivistas. Apesar da maioria destes periódicos cumprirem as exigências mínimas de avaliação externa dos artigos que publicam, o seu tratamento como canal de comunicação científica é frágil, pois não há periódicos de resumo e indexação na área e sua relação à mecanismos de indexação, resumo e citação de áreas afins é pouco consistente e pulverizado. Isto revela a pouca importância atribuída, na área, ao periódico como veículo indicador da "ciência certificada" ou seja, da ciência que passou por uma avaliação dos pares. Isto pode ser considerado revelador de uma certa fragilidade da Arquivologia como campo de conhecimento autônomo. Os seus periódicos especializados não tem sido, na Arquivologia, objeto de estudo no seu papel de agente produtor de discurso acadêmico. Também são desconhecidos, na área, estudos de citação, importante dispositivo de mapeamento de campos científicos, trazendo a possibilidade de iluminar influências, linhas hegemônicas de

pesquisa e de interpretação, lócus majoritários de produção de conhecimento, além de outros indicadores

Um outro elemento desta fragilidade é fato de que a disciplina arquivística não aparece na lista de áreas do conhecimento associadas ao Social Science Citation Index. A Arquivologia não aparece como área autônoma, tampouco como área agregada ou "subordinada", ou seja, não aparece no escopo temático das áreas que poderiam ser identificadas como correlatas, tais como História, Administração, Direito e Ciência da Informação.

Não obstante estas considerações, pode-se observar que os periódicos continuam a ser publicados regularmente, e sua longevidade - a maioria deles existe há mais de duas décadas - representa uma importante referência sobre a estabilidade da área.

Os aspectos relacionados acima indicam que os limites e a configuração disciplinar da Arquivologia não são objetos de suas investigações. E isto parece estar perfeitamente naturalizado; pelo menos os indicadores utilizados nesta pesquisa não apontam para a configuração disciplinar da Arquivologia como objeto expressivo de estudos.

Outra questão que deve emergir nas conclusões desse trabalho diz respeito à terminologia. Como se espera que tenha ficado claro, há uma íntima relação entre a configuração da disciplina arquivística e a história política e administrativa de cada país; assim, a terminologia arquivística é um território bastante delicado,

uma vez que a relação entre termo e conceito nem sempre é clara e "amigável", porque se trata de traduzir termos e conceitos intrinsecamente associados à realidades político-administrativas muito específicas. Embora os levantamentos deste trabalho não indiquem a questão terminológica como tema prioritário de pesquisa, a revisão de literatura feita indica que há uma preocupação com este tema por parte quase todos os autores envolvidos na discussões mais renovadoras da área. Estes autores sugerem, sempre, a necessidade de seu aprofundamento. Tal empreendimento, porém, não se instala. Porque? A possibilidade de resposta aponta para o fato de que este deve ser um estudo conduzido em perspectiva internacional, e não há instâncias acadêmicas internacionais na área. O Conselho Internacional de Arquivos não cumpre este papel, tendo uma atuação marcada pelas configurações geopolíticas dos organismos internacionais aos quais se vincula.

Apesar das reflexões que, sem dúvida, vem ventilando os debates na área, a comunidade arquivística ainda está longe de poder ser considerada uma comunidade científica, na medida em que ainda subsiste, na área, uma configuração que não consegue romper com os limites nacionais e corporativos. As organizações mais importantes dentro do campo são associações nacionais e regionais de arquivistas; são associações que agregam profissionais de um país, ou de uma região dentro de um país. As poucas associações internacionais existentes, regionais na maioria, se referem à aspectos políticos relativos à direitos humanos,

à direitos ao patrimônio arquivístico, ou se referem à países e regiões já agrupados por algum elemento externo à questão arquivística, como por exemplo, a Associação dos Arquivistas Lusófonos, a Associação dos Arquivistas Francófonos, e por interesses muito específicos em certo tipo de documento, como por exemplo, a Associação Européia de Arquivos de Filmes.

Destaca-se, também, o pequeno uso da Web como instrumento de comunicação e divulgação científica: não há listas acadêmicas de discussão, não há bibliotecas virtuais, há poucos periódicos eletrônicos, não há bibliografias sistematizadas e atualizadas, não há sites de divulgação científica. Além disso, os periódicos arquivísticos oferecem poucas possibilidades de acesso gratuito aos textos integrais dos artigos e, com poucas exceções, não oferecem versões eletrônicas de assinatura. Um exemplo deste uso academicamente pouco consistente da Web é o Portal de Arquivos mantido pela Unesco. Sem querer minimizar o seu papel de facilitador na busca de informações, o Portal carece de critérios mais rigorosos de verificação, encontrando o pesquisador que recorre a esta fonte um grau de inconsistência razoável, como revelam os dados desta pesquisa. Mais uma vez fica clara a primazia dos arquivos e das instituições arquivística na área, na medida em que o uso da Web como instrumento de divulgação de instituições arquivísticas encontra um padrão de qualidade que não corresponde à sua utilização pelos arquivistas enquanto pesquisadores e produtores de um conhecimento que possa ir além das fronteiras institucionais.

O papel da universidade como lócus de produção de conhecimento não se revela com facilidade no plano internacional na medida em que, com exceção da revista eletrônica *CURSUS*, não há outro periódico associado à programas de formação universitária, em qualquer nível. Na análise da origem institucional de autores nos periódicos pesquisados neste trabalho, observa-se uma presença significativa de autores docentes, mas não se pode falar em supremacia, até por falta de dados, uma vez que nem todos os periódicos disponibilizam dados biográficos sobre os autores. De qualquer modo, outros estudos poderiam analisar esta produção a partir de parâmetros de análise que privilegiassem a relação autor/conteúdo, no sentido de perceber a contribuição de autores docentes na reflexão de ponta na área.

A não existência de nenhuma associação de docentes ou de pesquisadores, em nível nacional ou internacional, é outro fato que ajuda a iluminar a pouca autonomia do campo, mesmo no que diz respeito à sua vertente mais acadêmica.

Em relação à interdisciplinaridade não se pôde perceber que esta seja uma questão emergente na área arquivística. Pelo contrário, o tema da interdisciplinaridade não aparece, com ênfase, na revisão da literatura feita para a realização deste estudo e tampouco se revela nos dados levantados no campo empírico. A necessidade de definição da disciplinaridade, necessariamente anterior, parecem explicar esta lacuna.

Porém, nas definições dos campos prioritários de pesquisa os aspectos da interdisciplinaridade aparecem com clareza em importantes análises. O aprofundamento dos estudos feitos sobre a pesquisa na área, com a necessária inclusão de dados brasileiros seria de grande importância.

As observações que estão aqui sintetizadas apontam para uma marcante característica insular da área, com marcas de perigosa endogenia, e que, cristalizando uma visibilidade acadêmica precária, permite que se estabeleçam estéreis superposições de objetos de estudo ao invés de frutíferas relações interdisciplinares, com áreas como Gerenciamento de Recursos Informacionais, Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Organização da Informação, Organização do Conhecimento, etc.

A respostas às questões centrais orientadoras desta pesquisa tem facetas diferentes no plano nacional. A flagrante deterioração de algumas instâncias institucionais da administração pública, provocadas pelo modelo neoliberal de estado mínimo, imposto aos países periféricos nas últimas décadas, atingiu frontalmente as instituições arquivísticas nacionais, as quais vinham tentando romper, na década de 1980, sob a liderança do Arquivo Nacional, com a tradição latino-americana dos "arquivos nominais". As instituições arquivísticas brasileiras, hoje, com as raras exceções de praxe, encontram-se ainda mais fragilizadas do que sempre estiveram. Os dados levantados nesta pesquisa revelam que os poucos periódicos especializados na área e, em sua

maioria publicados por estas instituições, não conseguiram sobreviver aos anos 90. Hoje apenas um periódico brasileiro pode ser considerado como especializado em Arquivologia. É a Revista Cenário Arquivístico, publicada pela Associação de Arquivistas do Distrito Federal desde 2000.

A falência do modelo associativo nacional também aponta para a precariedade da área no Brasil; o fato mais contundente desta falência foi a interrupção na realização dos Congressos Brasileiros de Arquivologia, que vinham sendo realizados regularmente desde 1971. O 14º Congresso, em 2003, não foi realizado.

Por outro lado, os dados apontam para expressivo crescimento da oferta de possibilidades de estudo de Arquivologia, nos níveis de graduação e pós-graduação. O crescimento da oferta de cursos de graduação observado na década de 90 justificaria um aprofundamento na análise em termos de sua relação de oferta e procura por parte dos vestibulandos, de suas estruturas curriculares e do grau de especialização de seus corpos docentes.

As relações interdisciplinares com a Ciência da Informação aparecem mais fortes no cenário brasileiro do que no plano internacional. A associação com a Ciência da Informação parece uma característica da evolução da área arquivística no Brasil. Apesar de se poder tecer considerações sobre se esta não é uma "interdisciplinaridade conjuntural", estabelecida como solução de sobrevivência acadêmica, dado ao desolador cenário das instituições arquivísticas nacionais, os



dados levantados nesta pesquisa apontam para a construção de efetivas relações interdisciplinares entre as áreas, na medida em que se pode observar a homogeneidade com que teses e dissertações com temática arquivística são acolhidas em diferentes programas de pós-graduação em Ciência da Informação, que aponta para um movimento receptivo que ultrapassa as esferas conjunturais. \*

Ao contrário, por exemplo, do que acontece com a inserção da temática arquivística em programas de pós-graduação em História, área tradicionalmente considerada como afim à Arquivologia, cuja expressiva concentração sugere elementos conjunturais de atração.

As considerações aqui apresentadas só devem ser consideradas  *finais*  no âmbito deste trabalho, na medida em que dão o fecho necessário e obrigatório desta pesquisa. Para os demais propósitos, devem ser vistas como iniciais; iniciais de outros projetos de pesquisa suscitados pelas reflexões que emergem deste. E é nesta dialética de tese e síntese que se pretende contribuir para o desenvolvimento da Arquivologia como campo autônomo de conhecimento e para a consolidação de suas relações acadêmicas e epistemológicas com a Ciência da Informação.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPUDIA MELLO, J.Enrique. Institucionalidade y Gobierno: un ensayo sobre la dimensión archivística de la Administración Pública. México : Instituto Nacional de Administración Pública. 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Manual de Arranjo e Descrição de arquivos. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional,1975.

BEARMAN, David. Diplomatics, Weberian Bureaucracy, and the Management of Electronic Records in Europe and America. European Archives in an Era of Change.

BELKIN, N.J.. Information Concepts for Information Science. Journal of Documentation, v.34 , n.1, March 1978.

BENAKOUCHE, R. . A informática e o Brasil. São Paulo: Polis/Vozes, 1988.

BORKO, H. . Information Science: what is it? American Documentation, January, 1968.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas. Sobre a teoria da ação. São Paulo : Papyrus Editora. 1997.

BRAGA, Gilda. Informação, Ciência da Informação: breve reflexões em três tempos. C. Inf., v. 24, n. 1, 1995.

BROOKES, B. The Foundations of Information Science: Philosophical Aspects. Journal of Information Science 2 (1980) 125-133.

CHABIN, Marie-Anne. "Comparative Use of the Word Archives in the French Media". XXXVI<sup>ème</sup> CITRA. Marselha, 13-16 de novembro de 2002. Disponível em <http://www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/actu/citra-02/bio.htm>

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, Rio de Janeiro, novembro de 1997

\_\_\_\_\_. What is Past is Prologue : a History of Archival Ideas Since 1898, and the Future Paradigm Shift. Archivaria, 43 (Spring 97).

\_\_\_\_\_. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. Archival Science, 1 (2000).

\_\_\_\_\_. Beyond the Screen: the records continuum and archival cultural heritage. Australian Society of Archivists Conference. Melbourne, 2000.

\_\_\_\_\_. Fashionable Nonsense or Professional Rebirth: postmodernism and the practice of archives. Archivaria, 51 (Spring, 2001)

COUTURE, C., ROUSSEAU, J.Y. Les archives au XX siècle. Montreal : Université de Montreal. 1982.

\_\_\_\_\_. L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité? Argus. Montreal, v. 17, n. 2, junho 1988.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da Disciplina Arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote. 1998.

COUTURE, C., DUCHARME, D. La Recherche en Arquivística: un état de la question. Archives, v.30, n.3-4, 1998-1999.

DELMAS, Bruno. Archival science facing the information society. Archival Science. 1: 25-37, 2001.

DESCHATELET, Gilles. L'Archivistique et la Bibliothéconomie: deux disciplines soeurs dans l'arbre genealogique des sciences de l'information. In: GIRA. La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherches. Montreal, Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Québec, 1990.

DERRIDA, Jacques. Mal de Arquivo. Uma impressão Freudiana. Rio de Janeiro : Relume Dumará. 2001.

DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE, ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANCAIS. Manuel d'Archivistique. Paris : Imprimerie Nationale, 1970.

DUCHEIN, Michel . Relatório sobre os Arquivos no Brasil. Arq.& Adm., Rio de Janeiro ,7(1): 28- 30, jan./abr. 1979.

\_\_\_\_\_ Los obstaculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de a información conservada en los archivos: un estudio del RAMP. Paris : Unesco, 1983.

\_\_\_\_\_ . O Respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro ,10- 14(11): 14 - 33, abr. 1982 ago., 1986.

DURANTI, Luciana. "Diplomatics: New Uses for an Old Science [Part One]," Archivaria 28 (Summer 1989): 8-11 .

\_\_\_\_\_ . "Diplomatics: News Uses for an Old Science (Part II), Archivaria, 29 (Winter 1989 - 90)

\_\_\_\_\_ . "Diplomatics: News Uses for an Old Science (Part III), Archivaria, 30 (Summer 1990)

\_\_\_\_\_ . "Diplomatics: News Uses for an Old Science (Part IV), Archivaria, 31 (Winter 1990 - 91)

\_\_\_\_\_ . "Diplomatics: News Uses for an Old Science (Part V), Archivaria, 32 (Summer 1991)

\_\_\_\_\_ . "Diplomatics: News Uses for an Old Science (Part VI), Archivaria, 33 (Winter 1990 - 92)

\_\_\_\_\_. The Archival Body of Knowledge: Archival theory, method and practice, and graduate and continuing education. Journal of Education for Library and Information Science. V.34, n.1 p. 8-24, winter 1993.

\_\_\_\_\_. Registros Documentais Contemporâneos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan.-jun., 1994

\_\_\_\_\_. The Impact of Digital Technology on Archival Science. Archival Science. 1: 39- 55, 2001.

ESPOSEL, J.P. Arquivos: uma questão de ordem. Niterói : Muiraquitã, 1994.

FONSECA, Maria Odila. Direito à informação: acesso aos arquivos municipais no Brasil. Dissertação de Mestrado. UFRJ/IBICT. Rio de Janeiro. 1996.

\_\_\_\_\_. Informação, Arquivos e Instituições arquivísticas. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-45, 1998.

\_\_\_\_\_. O ensino da Arquivologia e a literatura arquivística. In: JARDIM & FONSECA, org., A Formação do Arquivista no Brasil. Niterói : EDUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. Formação e capacitação profissional e a produção do conhecimento arquivístico. Caderno de Textos. MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

FOSKETT, D.J. Information Science as an Emergent Discipline: educational implications. J. Librarianship 5(3) July 1973.

FOUCAULT, Michel et alii O homem e o discurso. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro. 1971.

FOUCAULT, Michel As Palavras e as Coisas. São Paulo : Martins Fontes. 1990.

\_\_\_\_\_. A Arqueologia do Saber. São Paulo : Forense Universitária. 1995.

FRANCO, Celina M, BASTOS, Aurélio W. Os Arquivos Nacionais: estrutura e legislação. Acervo, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.7-28, jan./jun. 1986.

FUSTER RUIZ, F. Archivística, Archivo, Documento De Archivo...Necesidad De Clarificar Los Conceptos. Anales De Documentación, 2, 1999, p. 103-120

GALLEGO DOMÍNGUEZ, O. LOPEZ GOMEZ, P. Introducción a la Archivística. Bilbao : Consejo de Cultura y Turismo. 1989.

GIRA. La place de l'archivistique dans la gestion de l'informations: perspectives de recherches. Montreal, Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales du Quebec, 1990.

GOLEMBIEWSKI, R.T. Public Administration: readings in institutions, processes, behavior. Chicago : Rand MacNally & Cia. 1966.

GOMEZ, Maria Nelida Gonzalez de. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. Ci. Inf., Brasília, 16 (2) : 157-67, jul./dez. 1987

\_\_\_\_\_. O caráter seletivo das ações de informação.. INFORMARE. Rio de Janeiro: , v.5, n.2, p.7 - 31, 2000

\_\_\_\_\_. Novos cenários políticos para a informação. Ci. Inf. v.31, n.1, p.27-40, jan. /abr. 2002.

GRAHAM, N. The Form and Function of Archival Theory. The Katharine Sharp Review. n.4, winter 1997.

HARMONIZATION OF TRAINING IN LIBRARIANSHIP, INFORMATION SCIENCE AND ARCHIVES. Paris : UNESCO, 1987.

HAWKINS, Donald T. Bibliometrics of electronic journals in information science Information Research, 7(1), January 2002. Disponível em <http://informationR.net/ir/7-1/paper120.html>

HAYES, Robert M. History Review: The development of Information Science in the United States. Asis. 98. Arquivo em pdf disponível em 6/01/ 2004  
[http://www.chemheritage.org/explore/ASIS\\_documents/ASIS98\\_01.pdf](http://www.chemheritage.org/explore/ASIS_documents/ASIS98_01.pdf)

HECKHAUSEN, H. Discipline and Interdisciplinarity. In: OCDE/CERI, L' Interdisciplinarité : problemes d'enseignement et de recherche dans les universités. Paris : OCDE, 1972.

HEREDIA, A. Herrera . Archivística General. Teoria y Práctica. Sevilla : Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1983.512p.

HERNER, Saul Brief History of Information Science. Journal of the American Society for Information Science. 35 ( 3 ) : 157-163, 1984

IANNI, Octávio Tipos e mitos da modernidade . Zonanon , de 11-12-2002 , em <http://zonanon.com/ideias/oi021211.htm> , em 6/2/2004

JAPIASSU, Hilton. Interdisciplinaridade e Patologia do Saber. Rio de Janeiro : Imago, 1976.

JARDIM, José Maria. O conceito e a prática de gestão de documentos. Acervo. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v.2, n.2, jul. dez. 1987.

\_\_\_\_\_. Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil. Niterói : EDUFF, 1995. 196p.

\_\_\_\_\_. Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói : EDUFF, 1998.

\_\_\_\_\_. A Produção De Conhecimento Arquivístico: Perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM & FONSECA, org., A Formação do Arquivista no Brasil. Niterói : EDUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. A Universidade e o ensino da Arquivologia no Brasil. In: JARDIM & FONSECA, org., A Formação do Arquivista no Brasil. Niterói : EDUFF, 1999.

\_\_\_\_\_. "A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil 1996 1999", Departamento de Documentação / Núcleo Interdisciplinar de Estudos da Informação - NEINFO, UFF. Relatório parcial de pesquisa. 1999.

JARDIM, J. M., FONSECA, M.O. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. Cadernos BAD, v.2, 1992.

\_\_\_\_\_. Arquivos in : Formas e Expressões do Conhecimento. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia, 1998.

\_\_\_\_\_. A Informação como campo interdisciplinar. 1998. <http://www.uff.br/neinfo/artigos/1998a>

\_\_\_\_\_. Educação, pesquisa e tecnologia : um olhar a partir da América Latina. Cenário Arquivístico. 2003.

KETELAAR, Eric. The Difference Best Postponed ? Cultures and comparative archival science. Archivaria 44 (1997).

\_\_\_\_\_. L' Ethnologie Archivistique. Conférence inaugurale du Colloque européen de l'Association des archivistes français, Strasbourg, 20-22 octobre 1999.

\_\_\_\_\_. The Archive as a Time Machine. DLM Forum 2002. Barcelona, 8 de maio de 2002.

KECSKEMÉTI, Charles. A Modernização do Arquivo Nacional do Brasil. Acervo. Rio de Janeiro v.3, n.2, jul. dez. 1988.

KING, I. Resenha de: Groupe interdisciplinaire de recherche en archivistique (GIRA). La mission de l'archiviste dans la société (2<sup>e</sup> Symposium en archivistique). Montréal, Université de Montréal, 8 et 9 avril 1994, 240 p. Archives, V. 28, N. 3 - 4, 1996-1997.

LAROCHE, Carlo. Que signifie le respect des fonds? Esquisse d'une archivistique structurale. Paris, La Gazette des Archives, supplement au n.º 73, 1971.

LE COADIC, Y. A Ciência da Informação. Brasília : Briquet de Lemos Livros, 1996

LE GOFF, Jacques. Memória . In: Enciclopédia Eunaudi, v. 1 Memória / História. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. Documento/Monumento . In: Enciclopédia Eunaudi, v.1 Memória/História. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

\_\_\_\_\_. A História Nova. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

LIEVROW, Leah. Information resources and democracy: understanding the paradox. Journal of the American Society of Information Science. v.45,n.6, p. 350-357, 1994.

LODOLINI, Elio. El Problema Fundamental de la Archivistica: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. Irargi Revista Archivistica. N.1, p. 27-61, 1988.



LOJKINE, Jean. A revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

MACHLUP, F. & MANSFIELD, U. (ed.). The study of information: interdisciplinary messages. N.Y. John Wiley, 1983.

MARTÍN-POZUELO, Ma.Paz. La Construcción Teórica en Archivística: el principio de procedencia. Madrid : Universidad Carlos III. Boletín Oficial Del Estado. 1998.

MIRANDA, A. e BARRETO, A A . Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil: síntese e perspectiva. DataGramZero. V. 1, n.6, dez/00

MORIN, E. O Método. 1. A natureza da natureza. Lisboa : Publicações Europa América, 1987.

\_\_\_\_\_. Introdução ao Pensamento Complexo. Lisboa : Publicações Instituto Piaget. 1991.

MUELLER, Suzana P. M.. O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. DataGramZero.. n. zero dez/99

MULLER, S; PECEGUEIRO, C. O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 2, p. 47-63, maio/ago. 2001

NARA. Records Center Operations Manual. Washington : NARA. 1986.

OTLET, P. Documentos e Documentação. (Introdução ao trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universal, realizado em Paris, em 1937). Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>

PIAGET, J. The epistemology of interdisciplinary relationships. In: OCDE/CERI, L'Interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités. Paris : OCDE, 1972

PINHEIRO, Lena Vânia R. A Ciência da Informação entre luz e sombra : domínio epistemológico e campo interdisciplinar. Tese de Doutorado. Doutorado em Comunicação. UFRJ/ECO. 1997.

POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. Administração de Arquivos e Documentação. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v.13, 1964.

\_\_\_\_\_. Max Lehman et la Genese du Principe de Provenance. In : Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents : recueil de textes. RAMP study . UNESCO : Paris, 1985.

RASTAS, P. Manuals and textbooks of archives administration and records management: a RAMP study . UNESCO : Paris, 1992.

RICKS, Artel. La gestion des documents comme fonction des archives in : Techniques modernes d'administration des archives et de gestion des documents : recueil de textes. RAMP study . UNESCO : Paris, 1985.

ROBREDO, Jaime. Da Ciência da Informação Revisitada aos Sistemas Humanos de Informação. Brasília : Thesaurus Editora e SSR Informações. 2003

RODRIGUES, José H. A situação do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1959.

ROUANET, SERGIO P. Autonomia, Modernidade e Democracia Mundial. Política Democrática, ano 1 n. 2 jun./set. 2001. pág. 48 – 58

SAMUELS, Helen . Appraising the Records of Modern Science and Technology. Janus, 1995.2.

SARACEVIC, Tefko. Information Science: origin, evolution and relations. preprint.(1990)

\_\_\_\_\_. Interdisciplinary nature of information science. Ciência da Informação, vol 24, n.1, 1995.

SMIT, J. TÁLAMO, M.F. & KOBASHI, N. A Determinação do Campo Científico da Ciência da Informação: uma abordagem terminológica. Anais do V Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Escola de Ciência da Informação da UFMG. Belo Horizonte, 10 – 14 de novembro de 2003.

SHERA, J.H., CLEVELAND, D.B. History and Foundations of Information Science. ARIST. Annual Review of Information Science and Technology, v. 12, p. 249-275, 1977

SCHAFF, Adam. A sociedade informática. São Paulo: UNESP/Brasiliense, 1995.

SCHELEMBERG, T.R. Arquivos Modernos. Rio de Janeiro : FGV, 1973.

\_\_\_\_\_. Documentos Públicos e Privados: arranjo e descrição. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 1963.

SEDAP-PR/FUNCEP . A importância da Informação e do documento na Administração Pública Brasileira. Relatório final da Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental - CEPAD. Brasília : FUNCEP. 1987.

SILVA, A.M et.al. Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Edições Afrontamento : Porto. 1999.

THOMASSEN, Theo The Development of Archival Science and its European Dimension. Seminar for Anna Christina Ulfsparré. Swedish National Archives. Estocolmo, Fev. 1999.

\_\_\_\_\_. A First Introduction to Archival Science. Archival Science 1: 373-385, 2001.

TOURAINÉ, Alain. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

WALLOT, J.P., GRIMARD, J. Culture, archives et developpement. Archives, volume 27, numero 3, 1996.

WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.

WELLISCH, Hans. From Information Science to Informatics: a terminological investigation. J. Librarianship, v.4, n.3, July 1972.

ZHANG, Y. Definitions and Sciences of Information. Information Processing & Management. v.24, n.4, 1988.

8.ANEXOS

## ANEXO 1

TABELA GERAL – ORDENAÇÃO POR AUTOR

AUTOR	TÍTULO	ANO	M/D	PRO	N
ANA CÉLIA N. DE ANDRADE	Inventário do Fundo Clamor. Organização e Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul	2000	M	USP HISTÓRIA SOCIAL	1
ANDRE HENRIQUE GUERRA COTTA	O tratamento da informação em acervos de manuscritos musicais brasileiros	2000	M	UFMG CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	2
ANDRÉ PORTO ANCONA LOPEZ	Partidos E Associações Políticas No Brasil Contemporâneo: Proposta De Tipologia Documental	1994	M	USP HISTÓRIA SOCIAL	3
ANDRÉ PORTO ANCORA LOPEZ	As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos	2001	D	USP HISTÓRIA SOCIAL	4
ANNA CARLA ALMEIDA MARIZ	O Correio Eletrônico e seu impacto na formação dos arquivos empresariais: estudo de casos da Shell e do Club Mediterranée	1997	M	UNI-RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO	5
BEATRIZ JUNQUEIRA PEDRAS	Uma leitura do I Livro de Tombo do Convento do Carmo de Salvador: contribuição à construção histórica da ordem dos carmelitas na Bahia-colonial.	2000	M	UFMG CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	6
CARLOS ALESSIO ROSSATTO	Percepções de usuário acerca do arquivo público do estado do Rio Grande do Sul: um ambiente a ser descoberto.	2001	M	UFSC ADMINISTRAÇÃO	7
CELIA MARIA LEITE COSTA	Memória e administração: O arquivo Público do Império e a Consolidação do Estado Brasileiro	1997	D	UFRJ HISTÓRIA	8
CHRISTIANNE ROSE DE SOUSA OLIVEIRA	Acesso à informação no Arquivo Público do Estado do Maranhão	2000	M	UFRJ COMUNICAÇÃO	9
CLAUDIA SUELY RODRIGUES DE CARVALHO	O controle ambiental para preservação de acervos com suporte em papel na concepção dos edifícios de arquivos e bibliotecas em clima tropical úmido	1997	M	UFRJ ARQUITETURA	10

CLAUDIO DUTRA CRESPO	O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas	2000	M	UFF COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	11
DANIEL FLORES	Análise do Programa de Legislação Educativa Integrada - PROLEI: Uma Abordagem Arquivística na Gestão Eletrônica de Documentos	2000	M	UFSM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.	12
ELIANE BRAGA DE OLIVEIRA	A contratação de terceiros nos serviços arquivísticos da administração pública federal em Brasília.	1997	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	13
ELIANE MANHAES MENDES	Tendências Para A Harmonização De Programas De Ensino De Arquivologia Biblioteconomia E Museologia No Brasil: Um Estudo Delfos	1992	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.	14
ELIZABETH LEÃO DE CARVALHO	Informação Orgânica: Recursos estratégicos para tomada de decisão pelos membros do Conselho de administração da Universidade Estadual de Londrina	2001	M	PUCAMP BIBLIOTECON OMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO.	15
ELIZETE ROSA DOTTO	Arquivos Históricos: Problemas Tecnico-Administrativos E Práticos- Morais E Os Fatores Que Contribuem Para Sua Ocorrência	1993	M	UNI- RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO.	16
ÉLVIO JOSÉ PICCININI	Impacto da tecnologia da informação na atividade dos arquivos bancários: um estudo de caso	2001	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	17
FLAVIO LEAL DA SILVA	Arquivo, Memória e Fragmentação: a construção do acervo do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz	1999	M	UNI- RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO.	18
HELENA DE MIRANDA ROSA E SOUZA	Rio De Janeiro: Transferência Da Capital Federal E Seus Impactos Na Esfera Da Informação/Documentação	1992	M	UFRJ/IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	19
HELOISA ESSER DOS REIS TIAGO PEREIRA	Contribuição Ao Diagnóstico De Um Sistema De Informação Arquivística Aplicada	2001	M	CEFET - TECNOLOGIA	20
JOACIL BASÍLIO RAEL	Tratamento da Informação: Integridade de Informações em Meios Eletrônico	2001	D	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	21

JOAO MARTINS RODRIGUES NETO	Caracterização Tipológica Dos Documentos Da Província Franciscana Imaculada Conceição Do Brasil: Subsídios Para O Processamento Técnico De Arquivos Eclesiásticos Regulares	1995	M	USP HISTÓRIA SOCIAL.	22
JOSE MARIA JARDIM	Cartografia De Uma Ordem Imaginária: Uma Análise Do Sistema Nacional De Arquivos	1994	M	UFRJ/ IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.	23
JOSÉ MARIA JARDIM	Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do estado brasileiro	1998	D	UFRJ/ IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	24
JOSÉ MAURO DA CONCEIÇÃO PINTO	A teoria da classificação no campo comunicacional: um olhar sobre a comunicação em bibliotecas, museus e arquivos	2001	M	UFF COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	25
JOSEMAR HENRIQUE DE MELO	Política do Silêncio. O Sistema de arquivos do estado de Pernambuco	1999	M	UFPb/JOÃO PESSOA CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO	26
JULIA BELLESSE DA SILVA LINS	O Profissional Arquivista No Contexto Sócio-Cultural	1996	M	UNI RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO	27
JUNIA GOMES DA COSTA GUIMARÃES E SILVA	Socialização da informação arquivística: A viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação	1996	M	UFRJ/ IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	28
KÁTIA ISABELLI DE BETHANIA MELO DE SOUZA	Os arquivos no contexto educacional: novas perspectivas	1996	M	UNI RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO.	29
LUIZ CLEBER GAK	Documentação Cartorária: Da Identificação Ao Uso Social	1995	M	UNI RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO.	30
MARIA ALEXANDRA MIRANDA APARÍCIO	O Acesso e a Utilização da Informação Arquivista sobre a África no Arquivo do Itamaraty em Brasília	2001	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	31
MARIA DA CONCEIÇÃO CARNEVALE	Os arquivos históricos e o trabalho arquivístico no Rio de Janeiro	2000	M	UFF COMUNICAÇÃO, IMAGEM E INFORMAÇÃO	32

MARIA DO CARMO ALVARENGA AND GOMES	A Produção Do Conhecimento Histórico E Do Documento: Estudo Da Relação Entre A Historiografia Mineira E As Fontes - 1979/1990	1994	M	UFMG CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	33
MARIA LENIR ORAN FONSECA FEITOSA	Arquivo Público Do Estado Do Amazonas: Da Missão À Ação"	1997	M	UNIVERSIDAD E DO AMAZONAS EDUCAÇÃO.	34
MARIA REGINA PERSECHINI ARMOND CORTES	Arquivo Publico E Informação: Acesso A Informação Nos Arquivos Públicos Estaduais Do Brasil	1996	M	UFMG CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	35
MARISA MARQUES ZANATA	Instrumentos De Pesquisa Nos Arquivos Da Unicamp	1997	M	PUCCAMPINA S - BIBLIOTECON OMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.	36
MARIZA BOTTINO	Arquivo Universitário: Considerações Em Torno Da Questão Panorama Da Situação No Brasil	1994	M	UFRJ/ IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	37
MARTA ELOISA MELGAÇO NEVES	Em Busca Da Organicidade: Um Estudo Do Fundo Da Secretaria De Governo Da Capitania De Minas Gerais	1997	M	UFMG CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	38
NEIDE APARECIDA GOMES.	O Ensino De Conservação Preservação E Restauração De Acervos Documentais No Brasil	2000	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.	39
OLGA MARIA CORREA GARCIA	A Aplicação Da Arquivística Integrada Considerando Os Desdobramentos Do Processo A Partir Da Classificação	2000	M	UFSC ADMINISTRAÇ ÃO.	40
RENATO TARCISO BARBOSA DE SOUSA	Os Arquivos Correntes E As Massas Documentais Acumuladas: Busca De Novas Soluções Para Velhos Problemas	1995	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	41
RITA DE CASSIA MARTINEZ LO SCHIAVO	Roteiro Para Organização De Arquivos De Entidades De Classe	1997.	M	USP HISTÓRIA SOCIAL	42
ROSALE DE MATTOS SOUZA	A Representação Do Filme Documentário Institucional: Testemunho Histórico-Científico No Espaço Informacional/Acadêmico	2001	M	UFRJ/ IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	43



ROSANE MONTIEL	Movimento: A Janela De Uma Geração. A Organização Do Fundo De Arquivo "Jornal Movimento"	1996	M	USP HISTÓRIA SOCIAL	44
SANDRA LUCIA PEREIRA	O Conceito De Arquivo Na Literatura E Na Opinião De Gestores De Arquivos Privados	1995	M	PUCAMP BIBLIOTECOMIA E CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO.	45
SANDRA LÚCIA REBEL GOMES	Lugares De Memória E Informação, Os Arquivos E Centros De Documentação Sobre Trabalho, Trabalhadores E Suas Organizações	1996	M	UFRJ/ IBICT CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	46
SILVANA KARPINSKI	O Laboratório Do Arquivista - Fapesp: A Constituição Dos Arquivos Permanente E Intermediário, E O Processo De Avaliação, Seleção E Descarte	1995	M	USP HISTÓRIA SOCIAL	47
SONIA HELENA DA COSTA KAMINITZ	A Necessidade Da Criação Da Instituição Arquivo Na Primeira Metade Do Século XIX	1998	M	UNI RIO MEMÓRIA SOCIAL E DOCUMENTO	48
SUELI MITIKO YANO	Consultor em informação e Documentação & Information Broker: perfil e formação no estado de São Paulo	2001	M	PUCAMP-BIBLIOTECOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.	49
VANDERLEI BATISTA DOS SANTOS	Gestão de documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: Identificação das Principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos Arquivos públicos brasileiros	2001	M	UNB CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	50
VERA MARIA ROCHA VASCONCELLO MOTTA	Arquivos Privados De Titulares Mineiros - 1930/1983: Um Estudo Sobre A Localização, Composição E Uso Dos Documentos	1993	M	UFMG CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	51
VITTORIO CONSIGLIO	Fontes missionárias e história indígena: Um inventário analítico	1997	M	USP CIÊNCIA SOCIAL	52

	sobre textos jesuíticos nos arquivos referentes à missão em maranhão e Grã-Pará, século XVII-XVIII.			(ANTROPOLOGIA SOCIAL).	
ZENY DUARTE DE MIRANDA MAGALHÃES DOS SANTOS	Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informativo. Salvador	2000	D	UFB LETRAS E LINGÜÍSTICA	53

ANEXO 5

QUADRO DE PROFESSORES ORIENTADORES E GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NA BASE LATTES - CONSULTA FEITA EM 7/11/03

**Pe:** Antonio Lisboa Carvalho de Miranda  
**Gr:** Comunicacao cientifica - UNB

**Pe:** Carlos Alberto Nunes Cosenza  
**Gr:** Biologia Matemática e Computacional - UFRJ  
**Gr:** Desempenho do Ambiente Construído - UFRJ  
**Gr:** Gp/CAD - Grupo de Pesquisa em Concepção e Análise do Design - UFRJ  
**Gr:** Localização e Arquitetura Industrial - UFRJ  
**Gr:** Logística, Localização de Negócios e Sistemas de Informação - UNESA

**Pe:** Elizabeth de Andrade Lima Hazin  
**Gr:** Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea - UNB  
**Gr:** Inventário de Arquivos de Escritores Baianos - UFBA

**Pe:** Ernesto Renan Melo de Freitas Pinto  
**Gr:** Centro de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Ciências Humanas - UFAM  
**Gr:** Núcleo de Estudos do Imaginário - UFAM

**Pe:** Felipe Martins Müller  
**Gr:** GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS-GED - UFSM  
**Gr:** Grupo PIGS - UFSM  
**Gr:** Grupo de Fundamentos da Computação e Métodos Formais - UFRGS  
**Gr:** Heurísticas e Metaheurísticas: Desenvolvimento e Estratégias de Ensino-Aprendizagem - UFSM  
**Gr:** Investigação-Ação Escolar e Educação Dialógica-Problematizadora - UFSM

**Pe:** Georgete Medleg Rodrigues  
**Gr:** As políticas de informação do Estado e a gestão dos patrimônios documentais - UNB

**Pe:** Geraldina Porto Witter  
**Gr:** Linguagem Escrita: leitura e escrita - PUC-CAMPINAS  
**Gr:** Produção Científica - PUC-CAMPINAS

**Pe:** Geraldo Moreira Prado  
**Gr:** Configurações Políticas e Econômicas da Informação - IBICT

**Pe:** Rosa Inês de Novais Cordeiro  
**Gr:** Informação, Conhecimento e Tecnologia da Informação - UFF

**Pe:** Icleia Thiesen Magalhaes Costa  
**Gr:** Memória e Espaço - UNIRIO

Pe: Jaime Robredo  
Gr: Inteligência Organizacional e Competitiva - UNB  
Gr: Representação e Organização do Conhecimento - UNB

Pe: Sílvia Cortez Silva  
Gr: Memória e Sociedade - UFPE

Pe: Lídia Alvarenga  
Gr: Grupo de Estudos em Tratamento da Informação - UFMG

Pe: Luís Carlos Lopes  
Gr: Estudos de Mídia - UFF

Pe: Manoel Luiz Lima Salgado Guimaraes  
Gr: LECH - Laboratório de Estudos Históricos da Ciência - UERJ  
Gr: Subjetividade e História - UERJ  
Gr: Maria Jose Mesquita Cavalleiro de Macedo Wehling  
Gr: HISTÓRIA DO DIREITO E DAS INSTITUIÇÕES - UNIRIO

Pe: Maria Nelida Gonzalez de Gomez  
Gr: Configurações Políticas e Econômicas da Informação - IBICT  
Gr: Informação e Saúde - FIOCRUZ  
Gr: Teoria, Epistemologia e Interdisciplinaridade da Ciência da Informação - IBICT

Pe Marina Rodrigues Brochado  
Gr: Tecnologia e Educação - CEFET/RJ  
Gr: Laboratório de Aprendizagem - CEFET/RJ  
Gr: Meio Ambiente e Eficiência Energética - CEFET/RJ  
Gr: Tecnologia e Educação - CEFET/RJ

Pe Regina Maria Marteleto  
Gr: Informação e Sociedade - UFMG

Pe: Rosali Fernandez de Souza  
Gr: Processamento e Organização da Informação - IBICT

Pe: Paulo Augusto Castagna  
Gr: Musicologia Histórica Brasileira - UNESP  
Gr: Música étnica e popular (Brasil/América Latina) - UNESP

Pe: Zilda Marcia Gricoli Iokoi  
Gr: Intolerância e Resistência: 50 anos de luta pelos direitos no Brasil (1935-1985) - USP

9. APÊNDICES

APÊNDICE 2  
ORIGEM E NATUREZA DA INFORMAÇÃO DENTRO DE UM ORGANISMO

Fonte: COUTURE, C., DUCHARME, J., ROUSSEAU, J.  
L'Archivistique a-t-elle trouvé son identité? ARGUS, v.17, n.2, 1988

